

A importância da disciplina de Sociologia na formação do aluno, com vista a uma intervenção responsável na vida social, conduziu necessariamente a uma reflexão sobre o tipo de instrumento didáctico que pudesse servir, ainda que sob diferentes ópticas, tanto a professores como a alunos.

A prática tem demonstrado a dificuldade de assimilação dos conteúdos dos textos originais sem qualquer elemento decodificador dos mesmos. No entanto, reconhece-se que deve caber ao aluno um papel muito importante na procura e na descoberta. Assim, ao lado de textos de autores consagrados que permitem a identificação dos conceitos fundamentais da Sociologia, fornecem-se pistas para que o aluno os possa explorar de uma forma orientada. Um texto informativo, claro e acessível serve de apoio e de ligação a um conjunto vasto de textos de autores consagrados que exprimem sobre cada assunto o seu ponto de vista.

O livro inclui também a definição de objectivos referentes às diferentes unidades de ensino, os quais, conjugados com a verificação da aprendizagem incluída no final de cada unidade, permitem que o aluno teste, a cada momento, a sua progressão.

Se os objectivos propostos para a elaboração deste trabalho foram alcançados, só os seus utilizadores o poderão dizer em função da prática lectiva.

Os autores agradecem que lhes sejam remetidas críticas e sugestões para que possam, no futuro, melhorar e enriquecer o seu trabalho.

Os Autores

 **Texto Editora**

Est. de Benfica, 462 E / 1500 LISBOA / Tel. 714 55 43  
R. da Torrinha, 228 - Loja E / 4000 PORTO / Tel. 38 18 71  
End. Postal: Apartado 4081 / 1502 LISBOA CODEX

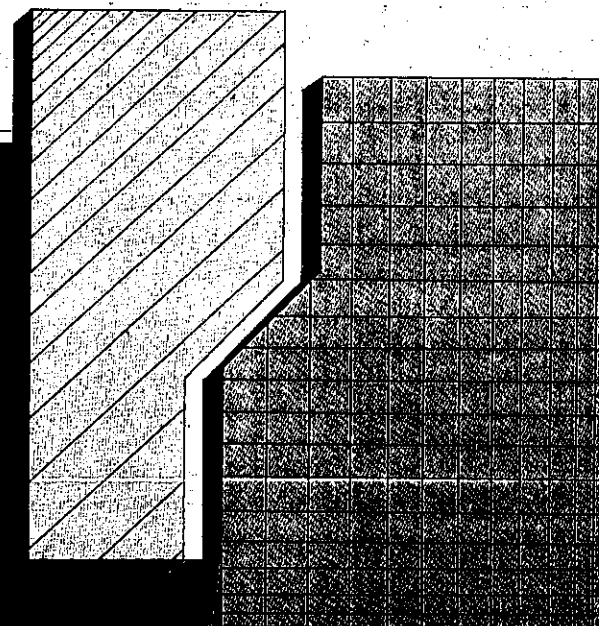
14500100

MARIA DA LUZ OLIVEIRA

MARIA JOÃO PAIS

BELMIRO GIL CABRITO

# SOCIOLOGIA



  
Texto Editora

**Análise da relação existente entre a Sociologia e as outras Ciências Sociais**

- Cita algumas Ciências Sociais com as quais a Sociologia se relaciona estreitamente
- Indica, caso a caso, os pontos de contacto entre as ciências através das relações
- Justifica a necessidade de articulação entre a Sociologia e as outras Ciências Sociais
- Aborda o fenómeno social total numa perspectiva interdisciplinar das Ciências Sociais

**Compreende o processo de pesquisa científica em Ciências Sociais**

- Descreve o processo de pesquisa científica
- Refere algumas condições que permitem ao cientista ultrapassar o seu ponto de vista
- Indica as características da observação científica
- Justifica a necessidade de tais características face à objectividade científica
- Distingue métodos quantitativos de métodos qualitativos
- Cita algumas dificuldades na utilização dos métodos quantitativos em Ciências Sociais
- Compara o método compreensivo com o método explicativo

**Conhece algumas técnicas de pesquisa em Ciências Sociais**

- Enumera algumas técnicas de pesquisa em Ciências Sociais
- Apresenta as suas características
- Refere situações que justifiquem a sua utilização
- Descreve, criticamente, algumas técnicas de pesquisa em Ciências Sociais

# 1. INTRODUÇÃO

## 1.1. ORIGENS DA SOCIOLOGIA

A Sociologia é uma jovem ciência social.

Naturalmente, ao longo dos séculos, muitos filósofos e outros pensadores se debruçaram sobre as mais variadas questões sociais, sobre os problemas que sempre afligiram a humanidade, sobre as causas das desordens e desigualdades sociais, sobre a justificação da mudança social, etc.

No entanto, ao abordarem estas questões e ao reflectirem sobre elas, (dado o nível de desenvolvimento do conhecimento e método científicos), limitaram-se a formular apreciações de carácter ético-valorativo, ou seja, considerações não válidas dum ponto de vista científico.

De facto, são dois os posicionamentos possíveis do pensador perante uma questão:

- reflectir sobre ela recorrendo a princípios *normativos* ou *filosóficos*;
- percorrer as etapas do processo de pesquisa científica, isto é, assumir uma atitude *científica*.

No primeiro caso, o pensador poderá criar *doutrinas*, mas no segundo caso teremos *ciência*.

O espírito humanista que caracterizou o saber até ao século XVI, levou os pensadores a formularem juízos de valor acerca do homem, sem se preocuparem com leis explicativas dos fenómenos observados. É neste sentido que Platão<sup>(1)</sup>, no diálogo da "República", se refere ao modo de organizar uma sociedade justa "onde os homens se pudessem manter afastados da corrupção e da prática de actos que manchassem as suas almas". Para Platão, a tarefa do filósofo seria, pois, "investigar as leis que deveriam ser criadas para que a cidade se pudesse tornar conforme à justiça e fazer dela um bom instrumento para a salvação das almas", em vez de a analisarem efectivamente.

A concepção moralista da cidade real é, pois, importante no estudo da evolução do pensamento sociológico, mas insuficiente do ponto de vista científico. Ora estudar o que é, e não como deve ser, é a perspectiva científica correcta<sup>(2)</sup>.

Ao longo da Idade Média, outros pensadores tiveram o mesmo tipo de preocupações, devido sobretudo à influência do cristianismo. No entanto, também as suas conclusões, válidas dum ponto de vista moralista e humanista, enfer-

(1) Filósofo grego. Viveu entre 428 a.C.-347 a.C.).

(2) É evidente que a observação por nós feita, em nada diminui o valor e a importância do contributo de Platão no domínio filosófico-doutrinal.

É também conveniente referir, que a obra dos filósofos da Antiguidade grega se desenvolveu, de início, em relação a outras disciplinas sociais (Heródoto/História; Aristóteles/Política/Economia; Platão/Política/Economia, por exemplo). As preocupações hoje designadas de sociológicas seriam reflexões globais sobre a sociedade como um todo. Assim consideradas, as ciências sociais constituíam uma Ciência Social unitária.

mam da mesma deficiência de análise. O racionalismo escolástico, método que caracterizou o pensamento do período medieval, ao valorizar a razão em detrimento da observação e da experiência, é a prova do que atrás afirmámos.

A partir do século XVI já se pressente uma atitude de reacção contra este método doutrinal ou normativo.

O alargamento de horizontes para além da Europa, a descoberta de novos estilos de vida que os descobrimentos proporcionaram, o contacto com novos costumes, crenças, valores, etc., estimularam a pesquisa científica.

É um período de afirmação anti-dogmática, um período de inovação e mudança que se reflecte no campo das artes, das ciências, das técnicas, do comércio, da economia em geral, numa palavra, em todos os domínios do social.

Todavia, era ainda cedo para a Sociologia nascer. Só mais tarde a Sociologia se pôde afirmar, como ciência.

O século XVIII conheceu a revolução industrial, que teve como ponto de partida a Inglaterra. A sociedade industrial resultante dessa revolução, encontra-se em plena expansão no século XIX. A industrialização vai revolucionar a sociedade ocidental e destruir o seu equilíbrio. De facto, tudo é novo na sociedade industrial — as técnicas de produção, as relações sociais de produção, a separação entre o trabalhador e o produto do seu trabalho, o relacionamento do trabalhador com os meios de produção, o horário e o ritmo de trabalho, as instituições, as leis, as regras de conduta social, os valores sociais, as perspectivas sociais e políticas, etc.

É, de facto, um período de mudança, de anomia e insatisfação que vai, consequentemente, originar tensões e conflitos.

Assim, torna-se necessário compreender a nova vida social, encontrando a sua ordem, os seus mecanismos de equilíbrio e a sua dinâmica.

No século XIX, o pensamento político também adquire características peculiares. Os homens reconhecem que a sociedade já não lhes é exterior, mas que se encontra estreitamente ligada e dependente deles.

O homem descobre afinal a sua ligação à sociedade através do carácter social da produção, que só a produção industrial torna mais evidente.

De facto, a produção só pode existir pela acção conjunta dos indivíduos. É a proximidade dos homens na produção, a necessidade de cooperação para a realização de um mesmo produto, a colaboração entre todos os intervenientes que torna possível essa tomada de consciência.

No entanto, a produção vai exigir constantes mudanças, quer em termos técnicos, quer em termos sociais, que se repercutem no estatuto social do homem. Com a industrialização, por exemplo, o produtor livre passou a assalariado. O homem identifica, assim, o seu novo estatuto social.

Mas, ao mesmo tempo que se reconhece como um produto social, ele é também levado a agir sobre a sociedade industrial no sentido de a humanizar.

A sociedade industrial encontra-se em perpétuo movimento, o que vai gerar conflitos e desequilíbrios. Cabe então ao homem actuar, primeiro, como intérprete desses movimentos e, em seguida, como agente controlador dessa dinâmica.

A Sociologia surge, assim, da necessidade de compreender e de actuar sobre a sociedade industrial.

Mas é sobretudo no nosso século, mais precisamente no pós-segunda Grande Guerra, que a Sociologia vai ter um grande desenvolvimento, pelas respostas que pode dar acerca de um grande conjunto de questões que se prendem com a nossa vida colectiva.

Nesse sentido, a Sociologia será o guia do progresso e do bem-estar social.

## 1.2. OS PRIMEIROS SOCIÓLOGOS



Auguste Comte (1798-1857)

O termo Sociologia é da autoria de Auguste Comte. De acordo com a generalidade dos autores, foi Comte quem criou esta nova ciência social, (por tal, foi chamado o "pai" da Sociologia) ao defender a possibilidade de utilização do método de análise das ciências exactas pelas ciências sociais, isto é, ao dar-lhes um estatuto igual ao das ciências naturais. A sua preocupação na defesa da nova disciplina, que pretendia científica, fez com que lhe chamasse, de início, Física Social<sup>(3)</sup>.

Comte entendia, então, que esta ciência, que depois designou por Sociologia, seria uma ciência globalizante, que se debruçaria sobre todos os domínios sociais (histórico, económico, político, etc.). Para ele, só da complementaridade e da interdependência das diferentes facetas do social, se poderia ter uma visão perfeita dos fenómenos sociais.

Na abordagem dos fenómenos sociais, Comte apontou o método positivo, observação seguida de experimentação, referido na lei dos três estados.

Na análise comtiana distingue-se:

- A *Estática Social* que estuda as áreas permanentes de qualquer sociedade como a economia, a família ou a comunidade em geral e as suas relações;
- A *Dinâmica Social* que estuda a forma como as sociedades evoluíram, pois dizia que, no seu entender, elas percorreriam etapas pré-determinadas de desenvolvimento, culminando com o seu aperfeiçoamento final (teoria evolucionista linear).

Um dos principais contributos de Comte foi a Lei dos Três Estados, através da qual ele prova ter chegado a "hora" da Sociologia.

<sup>(3)</sup> Mais tarde, Comte veio a designar a nova ciência de Sociologia em virtude de na mesma altura outro pensador usar a expressão Física Social para referir determinadas estatísticas sociais que estava efectuando.

## texto n.º 1 ✓

### LEI DOS TRÊS ESTADOS

"(...) Estudando assim o desenvolvimento total da inteligência humana nas suas diversas esferas de actividade, desde os primórdios até aos nossos dias, creio ter descoberto uma grande lei fundamental à qual ele está submetido por uma necessidade invariável, e que me parece poder ficar solidamente estabelecida, quer em provas racionais fornecidas pelo conhecimento da nossa organização, quer por verificações históricas que resultam de um exame atento do passado. Essa lei consiste em que cada uma das nossas concepções principais, cada ramo dos nossos conhecimentos, passa sucessivamente por três estados teóricos diferentes: o estado teológico, ou fictício; o estado metafísico, ou abstracto; o estado científico, ou positivo. Por outras palavras, o espírito humano, pela sua natureza, emprega sucessivamente em cada uma das suas investigações três métodos de filosofar, cujo carácter é essencialmente diferente e mesmo radicalmente oposto: em primeiro lugar o método teológico, em seguida o método metafísico e enfim o método positivo. Daí três espécies de filosofias ou de sistemas gerais de concepções sobre o conjunto dos fenómenos, que se excluem mutuamente; a primeira é o ponto de partida necessário da inteligência humana; a terceira o seu estado fixo e definitivo; a segunda é unicamente destinada a servir de transição.

No estado teológico, o espírito humano, dirigindo essencialmente as suas investigações para a natureza íntima dos seres, as causas primeiras e finais de todos os efeitos que atingem, numa palavra, para os conhecimentos absolutos, imagina os fenómenos como produzidos pela acção directa e contínua de agentes sobrenaturais mais ou menos numerosos, cuja intervenção arbitrária explica todas as anomalias aparentes do universo.

No estado metafísico, que, no fundo, não é mais do que uma simples modificação geral do primeiro, os agentes sobrenaturais são substituídos por forças abstractas, verdadeiras entidades (abstracções personificadas) inerentes aos diversos seres do mundo, e concebidas como capazes de engendrar por si próprias todos os fenómenos observados, cuja explicação consiste então em assinalar para cada um a entidade correspondente.

Enfim, no estado positivo, o espírito humano, reconhecendo a impossibilidade de obter noções absolutas, renuncia a procurar a origem e o destino do Universo e a reconhecer as causas íntimas dos fenómenos, para se aplicar unicamente em descobrir, pela utilização bem combinada do raciocínio e da observação, as suas leis efectivas, quer dizer, as suas relações invariáveis de sucessão e de semelhança. A explicação dos factos, reduzida portanto aos seus elementos reais, é doravante a ligação estabelecida entre os diversos fenómenos particulares e alguns factos gerais, de que os progressos da ciência tendem cada vez mais a diminuir o número. (...)"

### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

A leitura e análise do texto permite-nos:

- enunciar, em traços largos, a lei dos três estados;
- identificar e caracterizar as três etapas definidas por Auguste Comte na referida lei;
- referir o contributo de Comte para a elevação da Sociologia à categoria de ciência.

### OUTROS SOCIÓLOGOS

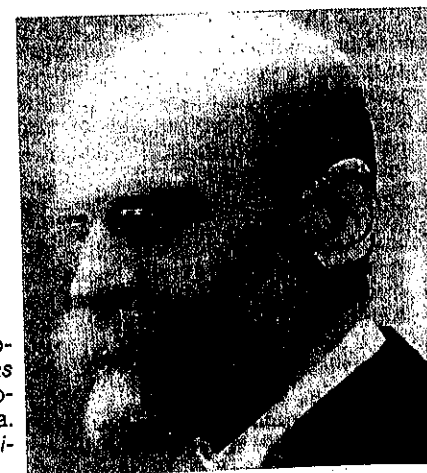
A Sociologia teve, no entanto, outros fundadores, defensores também da metodologia científica, a qual desejavam construir, através da procura, compilação e análise de factos, seguida da construção de teorias.

Contudo, acabaram por ser na prática mais filósofos sociais que cientistas, isto é, primeiro construíram as teorias e, só depois, procuraram dados que pudessem comprová-las.

Em Inglaterra, Herbert Spencer<sup>(4)</sup> publicou em 1876 os *Princípios da Sociologia*, transpondo a teoria da evolução orgânica para a sociedade humana.

Nos E.U.A., Lester F. Ward publicou em 1883 a *Sociologia Dinâmica*, na qual afirmava que a mudança social era determinada pela acção social orientada cientificamente pelos sociólogos. No entanto, ainda se estava longe da investigação científica.

#### Emile Durkheim (1857-1917)



É com Emile Durkheim que a Sociologia vai encontrar nas suas *Regras do Método Sociológico* (1895), a metodologia científica que se procurava. Durkheim aplica-a no estudo do *Suicídio*, obra que publica em 1897.

Em *Le Suicide*, Durkheim analisa minuciosamente os dados fornecidos pela estatística criminal. Tal análise, não pretende pôr em evidência leis históricas, mas sim leis na acepção das ciências da natureza, isto é, relações intemporais entre variáveis. Só depois formulou a sua teoria sobre o suicídio.

<sup>(4)</sup> (Filósofo inglês. Viveu entre 1820-1903).

Por outro lado, para Durkheim, um facto social deveria ser enquadrado no todo social em que se desenvolve. Por conseguinte, a Sociologia deveria estudar, também, as sociedades globais e fazer uma análise comparativa dos diversos tipos de sociedade.

## texto n.º 2

### O SUICÍDIO E A INTEGRAÇÃO SOCIAL

"(...) Para a maioria das pessoas, o acto de *suicídio* parecerá o mais individual dos actos, uma decisão que um indivíduo tomará no máximo do desespero pessoal ou da depressão. Foi, no entanto, o suicídio que constituiu o objecto de uma das investigações sociológicas mais famosas dos começos do século XX: *Le Suicide*, Émile Durkheim. Uma das razões que levaram Durkheim a empreender este trabalho foi o intento de mostrar que o estudo dos comportamentos não é totalmente redutível ao estudo dos indivíduos. No prefácio do seu livro escreveu: "Não se compreende que possa haver sociologia se não houver sociedades, mas estas não poderão existir se apenas existirem indivíduos."

(...) O que Durkheim inicialmente fez foi recolher as estatísticas sobre o número de suicídios em vários países da Europa, durante o século XIX, e analisá-las. Verificou então um facto muito curioso. Se o suicídio fosse um acto puramente individual de desespero, em que não entrasse nenhuma componente social, dever-se-iam normalmente esperar variações apreciáveis de ano para ano nas taxas de suicídio, em qualquer sociedade. No entanto, apesar de os casos de suicídio serem em reduzido número, comparados com as populações totais, as taxas de suicídio mantinham-se extraordinariamente regulares de ano para ano, e mesmo mais regulares que as taxas de natalidade e de mortalidade em determinados países. Durkheim tomou em consideração todas as explicações de suicídio que tinham sido apresentadas até então, baseadas em factores como o clima, a raça, a doença mental, a hereditariedade e o contágio (a ideia de que um suicídio provoca outros). Num dos capítulos do seu livro, que é um verdadeiro *tour de force* de sociologia, demonstrou que todas estas explicações eram insustentáveis, seja por deficiências lógicas, seja porque as proposições apresentadas se revelavam inverosímeis quando confrontadas com as estatísticas disponíveis. Tornou-se, no entanto, evidente que a frequência dos suicídios era maior em certos períodos do dia e em certas épocas do ano, nomeadamente a meio da manhã e à tarde e no Verão mais que no Inverno. (...)

Durkheim descobriu, posteriormente, que a probabilidade do suicídio variava com a religião dos indivíduos. Os protestantes tinham mais probabilidades de cometer o suicídio que os católicos e os judeus eram os menos frequentemente levados a suicidar-se. O suicídio também aparecia estatisticamente relacionado com o tipo de vida familiar: as pessoas casadas e com filhos tinham menos probabilidades de se suicidarem que as solteiras e as viúvas. Para as mulheres que eram ou tinham sido casadas, as que não tinham filhos suicidavam-se com maior frequência. Durkheim observou ainda que as taxas de suicídio eram reduzidas quando ocorriam acontecimentos políticos cruciais, como eleições importantes, guerras populares, etc. Finalmente, conseguiu encontrar um elo comum a todas estas relações: o grau de integração do indivíduo na sociedade. (...)

A este respeito, Durkheim enunciou três proposições. A probabilidade do suicídio varia com o grau de integração religiosa, familiar e política. Quanto mais o indivíduo estiver integrado numa dessas esferas ou em todas elas, menor será a probabilidade de se suicidar. A partir daqui, Durkheim propôs a definição de um primeiro tipo de suicídio que designou de "egoísta" e que seria causado por carência de integração social. (...)

Por outro lado, Durkheim chegou a duas outras conclusões de carácter geral: primeiro, o suicídio ocorria muito mais frequentemente nas cidades que nos campos; segundo, as taxas de suicídio tendiam a aumentar com o ocorrer do século XIX. Durkheim argumentou que a vida nas cidades era mais impessoal e anónima que a vida nos campos e que o processo de industrialização no século XIX tinha por efeito aumentar a importância numérica relativa das populações urbanas. Parecia que, até certo ponto, a própria estrutura de integração social estava a ruir, de tal modo que os indivíduos enfrentavam cada vez mais dificuldade para se integrarem socialmente. Durkheim, que estava aliás muito preocupado com essa tendência (que julgava constituir um indicador de "mal social", de patologia social), propôs a definição dum segundo tipo de suicídio — o suicídio "anómico" — derivado de situações em que o indivíduo não encontrava qualquer estrutura onde se pudessem integrar.

Durkheim verificou ainda que as pessoas também se suicidavam em situações em que se registava um grau muito elevado de integração do indivíduo no grupo social; como no caso das sociedades primitivas ou tradicionais. (...) Concluiu, por isso, que, em algumas situações sociais, o indivíduo podia estar tão profundamente integrado no seu grupo que acabava por atribuir menos valor à sua vida que à aceitação das exigências sociais a que se achava submetido. Deste modo, quer por um "sentimento de honra", quer por "vergonha de transgredir" aquelas exigências, sacrificaria a sua vida para as manter ou mesmo reforçar. Isto levou Durkheim a distinguir um terceiro tipo de suicídio, a que chamou "altruísta". (...)

Durkheim conseguiu assim demonstrar que o acto individual de suicídio, muito embora isolado e raro, não pode ser adequadamente explicado sem se levarem em conta as relações sociais de que as pessoas, de uma maneira ou de outra, dependem. Convém notar que este tipo de metodologia não permite prever se determinado indivíduo se suicidará ou não, mas apenas identificar os grupos sociais onde os suicídios serão mais frequentes e as razões por que o serão".

Margaret A. Coulson e David S. Riddell, *Approaching Sociology. A Critical Introduction*, in A. Sedas Nunes, *Sobre o problema do conhecimento em Ciências Sociais*.

### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

Após cuidada reflexão sobre o texto é-nos possível:

- compreender que o estudo dos comportamentos, mesmo individuais, não é totalmente redutível ao estudo dos indivíduos;
- inferir do sentido da afirmação de Durkheim: "Não se compreende que possa haver sociologia se não houver sociedades, mas estas não poderão existir se apenas existirem indivíduos.";
- detectar as diferentes fases do trabalho de pesquisa sociológica desenvolvido por Durkheim, quando procurava a "lei do suicídio";
- relacionar o suicídio com o grau de integração social;
- compreender que qualquer acto social, por mais individual que pareça ser, é sempre influenciado pela realidade social em que se desenvolve.



Outro pioneiro no campo da Sociologia foi o alemão Max Weber que, além de defender o método compreensivo para a investigação social, se dedicou à investigação de "tipos ideais".

Para Max Weber a Sociologia é uma ciência da conduta humana na medida em que a conduta do homem é social. Dado que toda a sociedade tem a sua cultura, Max Weber pretende compreender os diferentes tipos de sociedades com as suas crenças, actividades, expectativas, preocupações, etc. Isto porque toda a forma de existência tem um sistema próprio de crenças, valores e conhecimentos que a peculiariza. Existe, assim, no entender deste sociólogo, uma solidariedade entre a História e a Sociologia. Esta ligação estreita aparece bem nítida na concepção do tipo ideal que é, de certo modo, o elemento central da obra de Max Weber.

*"O conceito de tipo ideal está ligado à noção de compreensão, dado que ele é uma organização de relações inteligíveis próprias de um conjunto histórico ou a uma sequência de acontecimentos."*

*"A construção de tipos ideais é a expressão do esforço de todas as disciplinas científicas para tornar inteligível a matéria, identificando a sua racionalidade interna."*<sup>(5)</sup>

No dizer de Raymond Aron, "quando se diz que os franceses são indisciplinados e inteligentes, não se quer dizer que todos eles sejam indisciplinados e inteligentes, o que é improvável. O que se pretende é reconstruir um indivíduo histórico, os franceses, identificando certos traços que parecem típicos e definindo a sua originalidade. Quando um filósofo afirma que os homens são prometéicos, que definem seu futuro tomando consciência do passado, que a existência humana é um engajamento, ele não quer dizer que todos os homens concebem a sua existência pela reflexão simultânea a respeito do passado e do futuro. Está sugerindo que o homem é verdadeiramente homem quando se eleva a este nível de reflexão e de decisão. Quer se trate da burocracia ou do capitalismo, do regime democrático ou de uma nação particular, como a Alemanha, o conceito não será definido nem pelas características comuns a todos os indivíduos nem pelas características médias. Será uma reconstrução estilizada, um isolamento dos traços típicos".

<sup>(5)</sup> Raymond Aron, "As Etapas do Pensamento Sociológico", Ed. Universidade de Brasília, 1982.

## texto n.º 3

### O CONCEITO OPERATÓRIO DE "TIPO IDEAL"

"(...) O método científico consiste na construção de *tipos*, investiga e expõe todas as conexões de sentido irracionais, afectivamente condicionadas, do comportamento que influem na acção como "desvios" de um seu desenrolar "construído" como puramente racional em relação a fins. Por exemplo, para explicar um "pânico" produzido na Bolsa, será conveniente fixar primeiro como se teria desenrolado a acção fora de toda a influência de afectos irracionais, para introduzir depois, como "perturbações", aquelas componentes irracionais. De igual modo procederíamos na explicação de uma acção política ou militar: teríamos de fixar, primeiro, como se teria desenrolado essa acção se se conhecessem todas as circunstâncias e todas as intenções dos protagonistas e se se tivessem orientado as escolhas dos meios — tendo em conta os dados da experiência considerados por nós como existentes — de um modo rigorosamente racional em relação a fins. Só assim seria possível a imputação dos desvios às irracionalidades que os condicionaram. A construção de uma acção rigorosamente racional em relação a fins serve nestes casos à Sociologia — devido à sua evidente inteligibilidade e enquanto racional à sua univocidade — como um *tipo* (tipo ideal) mediante o qual se pode compreender a acção real, influenciada por irracionalidades de toda a espécie ( afectos, erros), como um desvio do desenrolar previsto da acção racional.

(...)

A Sociologia constrói conceitos tipo (...) e procura encontrar as regras gerais (que presidem) aos acontecimentos. Isto em contraposição com a História, que se esforça por atingir a análise e a imputação causais das personalidades, estruturas e acções *individuais*, consideradas culturalmente importantes. (...)

Max Weber, *Economia e Sociedade*.

### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DOS TEXTOS

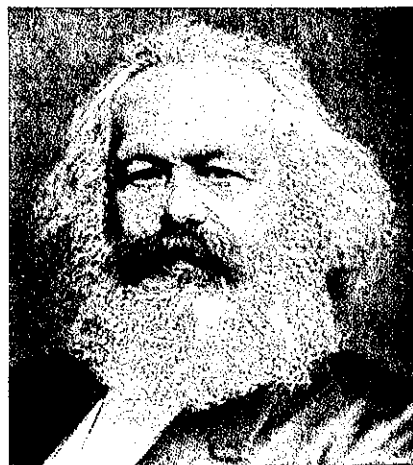
Após a leitura dos dois textos anteriores é possível responder às seguintes questões:

- justifique a estreita ligação entre a Sociologia e a História apontada por Max Weber;
- dê uma noção de tipo ideal. Exemplifique;
- explique a necessidade do "tipo ideal" ser histórico.

Marx é, sem dúvida, o sociólogo do capitalismo.

Na sua monumental obra *O Capital* Marx analisa o sistema capitalista na sua génese, funcionamento e evolução à luz do materialismo dialéctico, método da sua autoria.

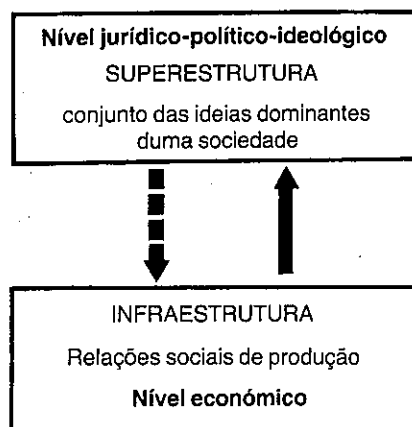
Segundo esta perspectiva, a evolução e a mudança sociais, são consequência da luta de classes, resultando esta do antagonismo de interesses entre as classes sociais (antagonismo/luta de contrários — dialéctica).



Para a sua análise, Marx tem como objectivo a sociedade global, à semelhança de A. Comte, uma vez que para ele a evolução só pode ser estudada em função do todo. Neste sentido, Marx foi tanto um especialista na área económica como na sociológica, na política, etc. Para Marx, as ciências sociais deveriam conjugar esforços na explicação do todo social.

O *materialismo* é uma posição filosófica que, ao contrário do idealismo, faz depender as ideias dominantes de uma sociedade, da sua *base material* (esta constituída pela infra-estrutura ou base económica).

Deste modo, as ideias, (literatura, arte em geral, religião, leis, crenças — superestrutura), características dos diferentes períodos históricos, seriam sempre determinadas pela vivência económico-social dos povos e não o contrário, como afirma Comte.



Quanto à evolução social, este autor também se distancia de Comte pois, embora perfilhando a sua teoria evolucionista, considera-a não rectilinear mas multilinear.

Essa evolução far-se-ia bruscamente, uma vez que resulta da interacção de inúmeros factores técnicos, naturais e sociais.

Para Marx, cada fase da evolução das sociedades concretizaria um estágio diferente do precedente e seria a base para o desenvolvimento e passagem para o novo estágio.

## texto n.º 4'

### ELEMENTOS PARA A COMPREENSÃO DA MUDANÇA SOCIAL

Marx, num texto que é talvez o mais célebre de todos os que escreveu, resumiu o conjunto da sua concepção sociológica. No prefácio da *Contribuição à Crítica da Economia Política* publicada em Berlim, em 1859, ele assim se exprime.

"Eis, em poucas palavras, o resultado geral a que cheguei e que, uma vez alcançado, serviu-me como fio condutor para meus estudos. Na produção social da sua existência, os homens estabelecem relações determinadas, necessárias, independentemente da sua vontade. Essas relações de produção correspondem a um certo grau de evolução das suas forças produtivas materiais. O conjunto de tais relações forma a estrutura económica da sociedade, o fundamento real sobre o que se levanta um edifício jurídico e político, e ao qual respondem formas determinadas da consciência social. O modo de produção da vida material domina em geral o desenvolvimento da vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina a sua existência, mas ao contrário, é a sua existência social que determina a sua consciência. Num certo grau de desenvolvimento, as forças produtivas materiais da sociedade colidem com as relações de produção existentes, ou com as relações de propriedade dentro das quais se vinham movimentando até àquele momento, e que não passam da sua expressão jurídica. Essas condições que ainda eram formas de desenvolvimento das forças produtivas transformam-se agora em sérios obstáculos. Começa então uma era de revolução social. A transformação dos fundamentos económicos é acompanhada de mudança mais ou menos rápida em todo esse enorme edifício. Ao considerarmos tais mudanças, é preciso distinguir duas ordens de coisas. Há a transformação social das condições de produção económica, que se deve constatar com o espírito rigoroso das ciências naturais. Mas há também as formas jurídicas, políticas, religiosas, artísticas, filosóficas, em suma, as formas ideológicas com as quais os homens tomam consciência desse conflito e o levam até ao fim. Não se julga uma pessoa pela ideia que tem de si própria. Não se julga uma época de revolução de acordo com a consciência que ela tem de si mesma. Esta consciência pode ser melhor explicada pelas contrariedades da vida material, pelo conflito que expõe as forças produtivas sociais e as relações de produção. Nunca uma sociedade expira antes de que se desenvolvam as forças produtivas que ela pode comportar; nunca se estabelecem relações de



produção superiores sem que as condições materiais da sua existência tenham nascido no próprio seio da antiga sociedade. A humanidade nunca se propõe tarefas que não possa realizar. Considerando mais atentamente as coisas, veremos sempre que a tarefa surge lá onde as condições materiais da sua realização já se formaram, ou estão em vias de se criar. Reduzidos a suas grandes linhas, os modos de produção asiático, antigo, feudal e burguês moderno como épocas progressivas da formação económica da sociedade. As relações de produção burguesas são a última forma antagónica do processo social da produção. Não se trata aqui de um antagonismo individual; nós o entendemos antes como o produto das condições sociais da existência dos indivíduos; mas as forças produtivas que se desenvolvem no seio da sociedade burguesa criam ao mesmo tempo as condições materiais próprias para resolver esse antagonismo. Com esse sistema social, encerra-se portanto a pré-história da sociedade humana."

Karl Marx, *Contribuição à Crítica da Economia Política*, Introdução.

#### PISTAS PARA A EXPLORAÇÃO DO TEXTO

*Toda a obra de Marx tem por objectivo demonstrar o carácter contraditório do sistema capitalista.*

*Da leitura atenta e cuidada do texto precedente é-nos possível:*

- identificar a luta de classes como o elemento impulsionador da mudança social;
- situar as contradições do modo de produção capitalista;
- entender o papel do sociólogo nos períodos de transição social;
- distinguir no essencial as concepções marxista e comtiana da evolução social.

Mas é sobretudo no nosso século, mais precisamente no pós-segunda Grande Guerra, que a Sociologia vai ter um grande desenvolvimento, pelas respostas que pode dar acerca de um grande conjunto de questões que se prendem com a nossa vida colectiva.

Neste sentido, a Sociologia será o guia do progresso e do bem-estar social.

### 1.3. A SOCIOLOGIA E OS SOCIÓLOGOS

O aparecimento e o desenvolvimento de qualquer ramo do saber, independentemente das condições de carácter técnico e científico que permitem exactamente o seu nascimento, tem sempre por trás outros interesses. Por isso se diz que uma ciência nunca é inocente! São esses interesses que vão impulsionar e orientar a pesquisa científica. Na verdade, os cientistas vão tornar-se cúmplices desses interesses, ao utilizarem esses novos conhecimentos e ao orientarem as suas pesquisas no sentido de responder às solicitações dos poderes instituídos, estudando e procurando dar resposta aos problemas sociais específicos do regime, do sistema, da época social em que vivem.

Assim, os primeiros sociólogos Comte, Durkheim, Max Weber, fizeram da Sociologia a ciência capaz de orientar, racionalmente, as reformas necessárias da sociedade capitalista em ascensão.

A nova sociedade industrial era caracterizada por um novo modo de produzir e por um novo tipo de relacionamento, não só entre os indivíduos, mas também destes com as novas técnicas e com o produto do seu trabalho. Enquanto na sociedade pré-industrial, os instrumentos de produção e o produto do trabalho pertenciam ao trabalhador, na nova sociedade industrial os instrumentos de trabalho, as matérias-primas, etc., são pertença de uma nova classe social — os capitalistas, pertencendo-lhe também, e por isso, o produto do trabalho realizado pelo operário. A este último, apenas caberá uma remuneração da sua força de trabalho — o salário. Esta nova situação social vai dar origem a tensões e conflitos que é preciso evitar.

O âmbito da análise social vai então ser a sociedade global. Do seu estudo, irão sair propostas para minorar as más condições de vida do estrato pobre da população, com a criação de diversos serviços sociais de apoio: educação, segurança, assistência, etc.

Mas é depois da I Guerra Mundial que a Sociologia restringe o seu campo de análise. O estudo da sociedade global será substituído pelo estudo de questões localizadas em áreas sociológicas mais restritas como a empresa, a cidade, a família.

Os novos problemas prendem-se com o desenvolvimento do capitalismo, com a urbanização, com as novas relações familiares motivadas por novas exigências económicas, sociais e políticas.

Assim, tornou-se necessário que a Sociologia Geral se especializasse em Sociologia da Família, Sociologia Urbana, Sociologia do Trabalho, Sociologia da Educação, Sociologia da Comunicação, etc. A nova ciência surge assim como resposta aos novos interesses dominantes.

Além deste novo aspecto, a Sociologia passou a ser feita em organismos e instituições que pagam aos sociólogos, exigindo-lhes trabalho nos domínios sobre os quais pretendem actuar (dominar). O cientista individual e independente deu lugar a equipas de trabalho, gabinetes ou departamentos pagos pelo Estado, por empresas ou por universidades.

Mas foi sobretudo com o pós-segunda Grande Guerra que a Sociologia se transformou numa técnica de controlo social.

Os conflitos resultantes da crescente industrialização e desumanização do trabalho vão exigir a concertação social, sob risco da própria sociedade se desintegrar devido aos interesses antagónicos entre os diferentes grupos sociais.



Essa concertação deu novo rumo à pesquisa sociológica, tornando-se necessário conhecer e manipular as escolhas das pessoas.

Neste sentido, C. Wright Mills, sociólogo americano, refere-se à Sociologia como uma espécie de engenharia social que, depois de estudar os problemas, constrói uma sociedade onde cada indivíduo ocupa um lugar previamente definido. A Sociologia serviria, assim, como forma de integração e adaptação do indivíduo à ordem social existente. É preciso que a Sociedade se mantenha coesa e equilibrada e, para isso, é necessário que os indivíduos saibam o seu lugar e não o ponham em causa.

Finalmente outros sociólogos encaram a Sociologia como uma forma de crítica social.

"Conhecer, sim; mas, para mudar", é o seu lema.

A Sociologia deverá ser uma ciência de análise histórica global e crítica da sociedade que procure consciencializar os seus membros e permitir a mudança desejada.

## texto n.º 5

### O ESTADO-SOCIÓLOGO

"Foi possível constatar a onnipresença do Estado na investigação sociológica. É simultaneamente, o "comanditário" mais importante e o cliente mais poderoso. Regula ou dirige a maior parte dos organismos que vendem, tal como a maior parte dos que compram, sociologia. Assim se reencontra a antiga concepção de ciência social, como ciência do Estado (a estatística): eis-nos, pois, de volta ao ponto de partida. Através da história das ciências sociais verificou-se, com efeito, que o que estava na origem das primeiras investigações estatísticas era o desejo de controlar os movimentos demográficos, a produção e a reprodução da força de trabalho e a marginalização de uma parte da sociedade sob o efeito da anarquia económica.

Uma vez mais, a sociologia não se confunde com a literatura que, ciclicamente, é chamada crítica social, filosofia social, sociologia. O projecto de fazer medições matemáticas, de quantificar os dados e as previsões em matéria social, apoia-se muito mais nos defensores dos métodos quantitativos do que nos defensores dos métodos qualitativos. No limite, o Estado é o único de todos os "bancos de dados" quantificados, que permitem aos seus especialistas (ou a sociólogos de Estado) fornecer uma base "científica" à sua política.

A teoria dos indicadores sociais é um bom exemplo da tendência que o Estado pensa em vir a ser o seu próprio sociólogo. Esta teoria nasceu nos EUA, por volta de 1965, impulsionada pela equipa Kennedy. Baseia-se no projecto de uma contabilidade social, ou seja, numa formulação estatística não somente dos dados puramente económicos (contabilidade nacional) mas também dos problemas sociais tais como a velhice ou a educação".

G. Lapassade e R. Lourau, *Para um conhecimento da Sociologia*.

## PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

*Lapassade e Lourau referem a actuação do Estado como impulsionador e orientador da pesquisa sociológica:*

*Do facto referido poderemos inferir:*

- *que sendo o Estado o controlador da investigação sociológica é, consequentemente, o seu melhor utilizador;*
- *que a Sociologia, no sentido acima referido, é uma ciência do Estado;*
- *que o Estado, pretendendo conhecer para controlar, se torna, assim, um manipulador da investigação sociológica;*
- *que o desenvolvimento de uma ciência tem sempre interesses por trás que estimulam e orientam a pesquisa nos campos que mais interessa explorar.*

## texto n.º 6

### PARA QUE SERVE A SOCIOLOGIA?

"É possível hoje definir o objecto da sociologia. Passei, como muitos outros, muito anos a pôr em ordem algumas ideias simples a fim de construir, da sociedade, uma imagem propriamente sociológica. Mas não vale a pena demorarmo-nos demasiado tempo a precisar categorias. O objectivo a atingir é construir uma teoria sociológica. A primeira etapa consiste em definir o ponto de vista da sociologia, as condições necessárias ao conhecimento sociológico. A segunda, inseparável da primeira, é tomar uma atitude sociológica, quer dizer, adoptar uma visão crítica da ordem social; a terceira é definir diligências ("démarches") e levar a cabo intervenções sociológicas. É assim que pouco a pouco serão formulados, não só elementos de análise, mas propostas precisas sobre os mecanismos sociais (...).

(...) Para que serve a sociologia? A questão irrita o sociólogo que se liberta dela falando do conhecimento que traz em si, a sua razão de ser, afastando assim tudo o que perturba a sua retórica e o seu sossego de funcionário cultural."

Alain Touraine, *Pour la Sociologie*

### O QUE É A SOCIOLOGIA CRÍTICA

"A sociologia crítica é a ciência que estuda, do ponto de vista da classe em ascensão, a estrutura da sociedade, com o objectivo da sua transformação racional. Esta sociologia ainda não existe. A sociologia corrente, aquela que se pratica comumente no Ocidente como no Oriente, é uma sociologia concebida como técnica essencialmente intermutável, boa para todos os usos, indiferente quanto aos fins, considerada, por definição, apolítica, praticada por

profissionais atentos a servir responsavelmente os seus clientes, entidades privadas ou públicas que sejam, com um evidente cuidado muito particular para os clientes sérios, isto é, os que pagam. A transformação racional da estrutura social, e a revolução da mesma, não podem ser senão o fruto de uma escolha política precisa. Mas o carácter operativo da pesquisa sociológica não é opcional, não depende, por outras palavras, da vontade dos investigadores individuais, não corresponde a um propósito de ordem técnica. É um puro, necessitante corolário de toda a empresa científica. Uma investigação põe sempre, inevitavelmente, um problema político. Toda a análise sociológica implica a modificação do objecto a que se dirige. Esta modificação pode vir silenciada, mistificada, ocultada ou utilizada para os fins particulares dos grupos económicos, sociais, políticos dominantes.

A sociologia crítica funda-se no reconhecimento do carácter operativo do conhecimento sociológico, aceita-lhe totalmente as consequências políticas, escolhe submeter a inquérito racional a situação existente, acusa as instituições que servem de apoio às classes no poder, liga-se ao empenho político de uma análise rigorosa dos mecanismos e das forças que regulam o funcionamento da sociedade."

F. Ferrarotti, *Uma Sociologia Alternativa*

#### VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

1. O positivismo introduzido por Comte atingiu o seu apogeu e desenvolveu-se. Mitifica o conhecimento científico e a explicação dos fenómenos sociais.
- 1.1. Similares à posição comtiana temos, porém, alguns pontos de divergência.
- 1.2. Ilustre a sua expressão.
- "Antes de Comte, dentro da perspectiva da Sociologia"
2. O método científico, por Pierre Bourdieu, não é, para Guyot, o método científico. É um método científico, mas não é o método científico.
- 2.1. Em que consiste esta problemática?
- 2.2. Justifique a sua resposta recorrendo ao estudo do Suldo, feito pelo investigador.
3. Max Weber defende a necessidade da articulação entre a História e a Sociologia.
- 3.1. Apresente algumas razões que justifiquem tal necessidade.
- 3.2. Como justificar que "tipo ideal" é um conceito operativo?
4. Karl Marx aparece nos como o crítico científico do sistema capitalista.
- 4.1. Caracterize a concepção evolutiva da sociedade proposta por este autor.
- 4.2. Em que medida a concepção marxista se distingue da concepção evolutiva proposta por Comte?
- 4.3. Justifique a luz da teoria marxista, que a luta de classes é o motor da história.

## 2. OS FENÓMENOS SOCIAIS

### E A SOCIOLOGIA.

### O FENÓMENO SOCIAL TOTAL

A Sociologia é uma das ciências que se preocupa com a explicação dos fenómenos sociais.

Por fenómenos podemos entender tudo o que se impõe à observação ou seja aquilo que se evidencia à percepção dos sentidos ou à consciência<sup>(1)</sup>.

Em termos gerais, a palavra fenómeno refere-se a qualquer realidade social objectiva, isto é, afinal, o objecto de estudo das Ciências Sociais. De facto, realidades sociais como a família, o divórcio, a educação dos jovens, a empresa, os conflitos de gerações, a comunicação social, a participação dos cidadãos na vida política do país, a religião, o desenvolvimento económico, a emigração, etc., são realidades que decorrem da nossa vida colectiva e, como tal, são designadas por realidades sociais ou fenómenos sociais. O estudo destas realidades deverá caber, naturalmente, a uma ciência, no caso, a Ciência Social.

Todavia, apesar da diversidade das situações referidas, qualquer das realidades sociais faz parte de um grande conjunto a que chamamos a vida social. Dado que a vida social é uma unidade complexa, ela é susceptível de ser abordada segundo perspectivas disciplinares ou "interesses" diferentes, isto é, a análise de um fenómeno social como o casamento pode ser feita tendo em conta a sua evolução histórica, os seus aspectos sociológicos, a relação existente entre a população e os indivíduos em idade de casar, a importância económica da constituição da família, etc.

Cada centro de interesses será estudado por uma parte especializada daquele grande conjunto que são as ciências sociais.

Parece, então, ser possível debruçarmo-nos sobre uma realidade social e nela encontrar possibilidades de análise diferentes definidas em função dos "interesses" da ciência que a estuda. Isto é o mesmo que afirmar que, embora a realidade social seja uma só, haverá sempre diferentes formas de a analisarmos, correspondendo cada forma aos "interesses próprios" de cada Ciência Social. Robert Mclver escreveu que "é sempre o centro de interesse que distingue uma ciência social de qualquer outra"<sup>(2)</sup>.

O mesmo tipo de raciocínio serve para qualquer fenómeno social.

(1) Alain Birou, *Dicionário de Ciências Sociais*, Publicações D. Quixote, Lisboa, 1974.

(2) Robert Mclver, *Society. An Introductory Analysis*.

2. "A emigração portuguesa tem causado o envelhecimento, a feminização e a desertificação de vastas zonas do nosso país. Na década de 60, devido a razões de ordem política e social, a sangria migratória atingiu o milhão de portugueses que, procurando outros horizontes políticos e económicos, decidiram oferecer a sua força de trabalho aos países industrializados do centro da Europa."

O estudo do fenómeno social "emigração portuguesa" exige o recurso a uma pluralidade de ciências.

2.1. Tente justificar as ciências a que recorreria para estudar o fenómeno social acima referido.

2.2. Mostre, com base no exemplo proposto, que existe complementaridade e interdependência entre as diferentes ciências.

3. "(...) As divisões das Ciências Sociais são apenas relativas; elas dividem algo que é, na realidade contínuo apenas por conveniência de análise e de modo a permitir o estudo especializado, de forma a que sempre que observamos os comportamentos das pessoas possamos classificar as suas diferentes acções como 'económicas', 'religiosas', etc. (...)".

Peter Worsley, *Introdução à Sociologia*

3.1. Entre as Ciências Sociais não devem existir fronteiras bem definidas. Com explica essa situação?

3.2. "Todas as Ciências Sociais estudam a mesma realidade social". Comente esta afirmação.

3.3. Se a realidade social é uma só, como justificamos a pluralidade das Ciências Sociais?

4. Com Marcel Mauss, a unidade do objecto real das Ciências Sociais começou a ser reconhecida com base na noção de fenómeno social total. Este conceito surgiu em reacção a uma ideia, comumente aceite pelos cientistas sociais dos últimos séculos.

4.1. Exponha essa ideia no domínio das Ciências Sociais.

4.2. Explique, sucintamente, a noção de fenómeno social total, introduzida por Marcel Mauss e depois aprofundada por Georges Gurwitsch.

5. "(...) A realidade social apresenta-se à observação do sociólogo disposta em patamares, em níveis, em planos escalonados, em camadas mais ou menos profundas. Estes patamares, estes andares, interpenetram-se e impregnam-se mutuamente (...)".

Georges Gurwitsch, *La Vocation Actuelle du Sociologue*

5.1. Explique o significado da afirmação destacada no texto acima.

5.2. Mostre, através de um exemplo, o sentido do último período do mesmo texto.

### 3. O QUE É A SOCIOLOGIA. NOÇÃO E OBJECTO

#### 3.1. ELEMENTOS PRIMÁRIOS DA VIDA SOCIAL

Ao identificarmos a Sociologia como uma Ciência Social, estamos implicitamente a atribuir-lhe o estudo dos factos sociais. A questão que se põe é a de determinar o sentido da expressão "facto social".

Naturalmente, facto social será aquele que decorre da nossa vida em sociedade.

Todos sabemos que os homens em sociedade estão em permanente contacto uns com os outros. Essas relações que entre eles se estabelecem podem ser simplesmente ocasionais, como acontece quando as pessoas se encontram numa bicha à espera de qualquer transporte público, ou permanentes, quando resultam de contactos prolongados, como sucede com os membros de uma família ou os operários de uma empresa.

No caso do relacionamento entre os indivíduos ser permanente, isto é, constituir um "estado de relação", poderemos inferir da essencialidade ou necessidade de tal tipo de relações. Nestes casos, a teia de relações dará origem a colectividades, tecido de relações organizado, estruturado, ordenado. Na sua vida social, o homem vai fazer parte de diferentes colectividades. A família, o sindicato, o partido político, a escola, etc., são conjuntos de indivíduos cujas relações são duráveis e correspondem à satisfação de necessidades fundamentais. São colectividades.

## texto n.º 13

### COLECTIVIDADES SÃO RELAÇÕES SOCIAIS

"(...) Podemos dizer, portanto, no sentido rigoroso do termo, que o indivíduo pertence a inúmeras colectividades concretas. O indivíduo tem relações organizadas, estruturadas, 'maneiras de estar' que o tornam membro de colectividades, simples ou compostas, tais como a família, a empresa, a nação (ou sociedade global), a humanidade actualmente existente ou a espécie humana. As colectividades podem ter um contorno objectivo, podem ter limites, podem distinguir-se de outras colectividades.

(...) As colectividades podem encaixar-se umas nas outras, como as famílias que fazem parte da mesma localidade, as localidades que fazem parte da mesma região ou província, as províncias que fazem parte da mesma nação. Pode-se observar então que, em muitos casos, o indivíduo não actua directamente como membro da colectividade mais ampla, mas sim por intermédio das colectividades mais restritas.

As colectividades justapõem-se umas às outras quando o mesmo indivíduo pode ser directamente membro de cada uma delas. A mesma pessoa pode, deste modo, ser chefe de família, operário numa fábrica, membro de um sindicato e de um partido, paroquiano, adepto de um grupo desportivo, etc.

Dá-se o nome de *sociedade global* à unidade conjunta das redes de relações que se constituem, quer directamente, quer por intermédio de colectividades complexas e que assim manifestam mais elevado o grau de relações sociais habituais entre os indivíduos de um mesmo território. A sociedade global corresponde actualmente, de um modo geral, à nação".

P. Virton, *Dinamismos Sociais*

### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

No texto é afirmado que as colectividades se caracterizam e identificam por "maneiras de estar".

De facto, facilmente se entende:

- que "maneiras de estar" permitem identificar o "lugar" do indivíduo na colectividade;
- a noção de sociedade global;
- a importância do factor espaço geográfico na densidade das relações sociais;
- o motivo que leva o indivíduo a actuar por intermédio das colectividades mais restritas;
- os elementos caracterizadores da sociedade global.

Em cada colectividade os indivíduos têm maneiras próprias de se comportar em função do lugar que ocupam, isto é, têm comportamentos tipificados. De facto, alunos, professores, governantes, patrões, operários, etc., têm comportamentos típicos em conformidade com a função que exercem ou com o cargo que desempenham. Estes comportamentos derivam, pois, das relações que os homens estabelecem entre si nas diferentes colectividades.

A essas relações entre sujeitos chamamos relações interpessoais, intersubjectivas ou interacções, e elas constituem o elemento base de toda a vida social. Então, relações, colectividades e comportamentos são os elementos primários da vida social.

## texto n.º 14

### AS INTERACÇÕES COMO ELEMENTOS BÁSICOS DA VIDA SOCIAL

"O primeiro contacto entre duas pessoas é talvez o fenómeno social concreto mais elementar. Nele se assiste à génese duma relação interpessoal ainda embrionária, nos primeiros momentos do conhecimento de outrem e da adaptação ao outro no início da estruturação da percepção e da acção (...).

(...) Debrucemo-nos agora sobre o segundo caso, o da relação entre duas pessoas que já se conhecem há muito tempo. Por outras palavras, vamos cortar num determinado ponto do tempo o processo de adaptação que se realiza entre elas. Em consequência do conhecimento aprofundado que têm uma da outra, a sua percepção mútua apurou-se, ao mesmo tempo que desenvolveram *expectativas recíprocas*: A espera que B aja de determinada maneira em determinada circunstância, o mesmo se passando com B.

No entanto, a realidade é mais complexa. Podemos tentar delimitá-la parcialmente, sob a forma de certas proposições, e adoptando apenas o ponto de vista duma pessoa, o do *ego* em relação ao *alter*:

- ego* sabe que *alter* espera que *ego* aja de determinada maneira
- ego* sabe que *alter* sabe que *ego* espera que *alter* aja de determinada maneira
- ego* sabe que *alter* sabe que *ego* sabe que *alter* espera que *ego* aja de determinada maneira
- ego* crê que *alter* espera que *ego* aja de determinada maneira
- ego* crê que *alter* crê que *ego* espera que *alter* aja de determinada maneira
- ego* crê que *alter* crê que *ego* crê que *alter* espera que *ego* aja de determinada maneira
- ego* quer que *alter* espere que *ego* aja de determinada maneira
- ego* quer que *alter* queira que *ego* espere que *alter* aja de determinada maneira
- ego* crê que *alter* quer que *ego* espere que *alter* aja de determinada maneira
- ego* sabe que *alter* quer que *ego* espere que *alter* aja de determinada maneira
- ego* quereria que *alter* esperasse que *ego* agisse de determinada maneira
- ego* quereria que *alter* cresse que *ego* espera que *alter* aja de determinada maneira
- ego* quereria que *alter* soubesse que *ego* espera que *alter* aja de determinada maneira

Embora a leitura destas proposições seja já atordoante, temos de reconhecer que elas cobrem apenas algumas das muitas possibilidades de expectativas que poderíamos enumerar. Sem contar que em seguida era necessário multiplicá-las por dois para ter em conta o ponto de vista de *alter* em relação ao *ego*.

Para além da complexidade das relações interpessoais descritas nestas proposições, é preciso ver sobretudo uma estrutura, da qual tentam delimitar certos elementos. Dizer que duas pessoas que se conhecem há muito tempo, que vivem juntas, aprenderam a "adivinhar-se" é um lugar comum; essas pessoas pressentem e muitas vezes conseguem prever as reacções da outra. Grande parte deste conhecimento do outro pode aliás ser intuitivo e nunca se expressar verbalmente. Ligado a ele, toda uma rede de hábitos comuns, expectativas recíprocas, tomou forma, organizou-se, estruturou-se, cristalizou-se. O que não quer dizer que nada mude; mesmo nas relações interpessoais fundadas numa coabitação longa, realiza-se incessantemente uma adaptação de ambas as pessoas a mudanças, muitas vezes imperceptíveis, nas relações (*rappports*) recíprocas, a novas situações, a um contexto variável, etc. A estrutura das relações (*rappports*) interpessoais nunca é portanto definitiva, imóvel, fechada. A adaptação ao outro é sempre e simultaneamente readaptação.

E é precisamente porque exige esta adaptação constante, ao mesmo tempo naquilo que ela apresenta de estabilidade e de mudança, que a relação interpessoal é fonte de interinfluência ou, para empregar um termo mais utilizado em sociologia, é *interacção*. Jean Piaget exprime da seguinte maneira esta ideia de influência recíproca: "A relação (*rapport*) entre o sujeito e o objecto material modifica o sujeito e o objecto simultaneamente pela assimilação deste àquele e a acomodação daquele a este último... Mas se a interacção entre o sujeito e o objecto os modifica assim a ambos, é evidente, a *fortiori*, que toda a interacção entre sujeitos individuais os modificará um em relação ao outro. Por consequência, qualquer relação (*rapport*) social constitui uma totalidade em si mesma, que produz caracteres novos e transforma a estrutura mental do indivíduo. Da interacção de dois indivíduos à totalidade constituída pelo conjunto das relações (*rappports*) entre os indivíduos numa mesma sociedade há portanto continuidade e, em última análise, a totalidade assim concebida surge como consistindo, não numa soma de indivíduos, mas num sistema de interacções modificando estes últimos na sua própria estrutura."

De tudo aquilo que dissemos e do texto citado de Jean Piaget ressalta que, ao nível microsociológico mais elementar, a acção social nos surge antes de mais sob o aspecto de uma influência recíproca entre duas pessoas, sob o aspecto da interacção. Essa interacção não obedece ao acaso mas estrutura-se, organiza-se naquilo a que Piaget chama um "sistema de interacções".

(...) Compreende-se também melhor agora por que dizíamos atrás que o ponto de partida da sociologia não está na pessoa individual. Aos olhos do sociólogo, aquilo a que se chama "a sociedade" não é, como diz Piaget "uma soma de indivíduos que estariam ligados por determinado contrato ou acordo; para o sociólogo, o *tecido fundamental e elementar da sociedade é composto pela multiplicidade das interacções de sujeitos humanos, multiplicidade que lhe confere simultaneamente existência e vida.*"

## PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

Guy Rocher refere-se às interacções resultantes do contacto entre seres sociais como elementos básicos da vida colectiva.

Do texto transcrito deveremos atentar nos seguintes pontos:

- qualquer relação entre duas pessoas envolve a necessidade de conhecimento e adaptação dos comportamentos de cada interveniente em função do seu parceiro;
- toda a relação entre dois seres sociais é, pois, semelhante a um jogo de expectativas mútuas;
- a estrutura das relações recíprocas não é imutável, antes deverá mudar num processo de adaptação constante;
- toda a relação interpessoal é, portanto, fonte de interinfluência, ou seja, é uma interacção;
- do ponto de vista microsociológico o elemento social primário será a interacção;
- uma sociedade pode ser entendida como um sistema de interacções;
- é a multiplicidade de sistemas de interacção que dá existência e dinamismo à sociedade.

Concretizámos, pois, o sentido da expressão "facto social", interacção dos homens no tempo e no espaço.

Serão, assim, factos sociais o desempenho das nossas tarefas profissionais, a nossa vida em família, os usos e costumes de uma determinada comunidade, enfim, todas as maneiras de *pensar, sentir e agir*, que têm a notável propriedade de existir, independentemente da nossa vontade, e de se impor, quer nós queiramos quer não. Na prática social, vão-se desenvolvendo e enraizando determinadas maneiras de pensar, sentir e agir, que acabam por determinar o comportamento dos membros de uma sociedade. Os comportamentos sociais acabam por se impor do exterior ao indivíduo que é forçado a adequar a sua actuação em conformidade com os modelos sociais.

Nesse sentido podemos afirmar que existe uma espécie de constrangimento ou coacção social que nos ameaça caso tenhamos comportamentos não conformes aos modelos sociais vigentes e, conseqüentemente, impostos.

## texto n.º 15

### OS FACTOS SOCIAIS SÃO EXTERIORES AO INDIVÍDUO

"(...) No fundo, a noção de coerção social, isto é que é essencial. Pois tudo o que está implicado nesta noção é que as maneiras colectivas de agir ou de pensar apresentam uma realidade exterior aos indivíduos, os quais, a cada momento do tempo, com elas se conformam. Constituem coisas que têm existência própria. O indivíduo encontra-as inteiramente formadas e não consegue impedi-las de existir, não sendo também capaz de fazê-las existir de maneira diversa daquela sob a qual se apresentam; vê-se, pois, inteiramente obrigado a levá-las em consideração e é-lhe tanto mais difícil (não diremos impossível) modificá-las quanto, em graus diferentes, participam elas da supremacia material e moral que a sociedade tem sobre os membros. Não há dúvida de que o indivíduo desempenha um papel na génese destes factos. Mas, para que exista o facto social, é preciso que pelo menos vários indivíduos tenham misturado suas acções, e que desta combinação se tenha desprendido um produto novo. E como esta síntese tem lugar fora de cada um de nós (uma vez que para ela concorre uma pluralidade de consciências), seu efeito é necessariamente fixar, instituir, certas maneiras de agir e certos julgamentos que existem fora de nós e que não dependem de cada vontade particular tomada à parte (...)"

Émile Durkheim, *As regras do método sociológico*

### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

*Durkheim refere-se à existência de uma força constrangedora que segura os indivíduos aos modelos sociais vigentes. Esses modelos são de tal modo "sociais", isto é, independentes da vontade individual que o autor citado classificou-os de exteriores aos indivíduos.*

*Do pequeno texto que acima transcrevemos será, então, de reter:*

- a noção de exterioridade do facto social em relação às consciências individuais;
- a acção coerciva dos factos sociais sobre essas mesmas consciências.

Durkheim, na sua obra "As Regras do Método Sociológico" também se refere à forma de observarmos os factos sociais. Efectivamente, ele preconiza, como regra fundamental, tratar os factos sociais como "coisas". "É coisa, com efeito, tudo o que é dado, tudo o que se oferece, ou melhor, o que se impõe à observação" (1).

Ora se todo o facto social possui a característica da exterioridade em relação ao indivíduo, ele só poderá ser estudado na qualidade de "dado" objectivo.

É esta a atitude mental aconselhada por Émile Durkheim no seu trabalho sobre as regras a considerar na observação sociológica.

(1) Émile Durkheim, *Règles de la Méthode Sociologique*, P.U.F., Paris, 1963.

## texto n.º 16✓

### OBJECTIVIDADE NA ANÁLISE DA VIDA SOCIAL

#### "Factos sociais: o estudo das representações colectivas"

"Os factos sociais devem ser tratados como coisas — eis a proposição fundamental do nosso método, e a que mais tem provocado contradições.

Com efeito, que é coisa?

É coisa todo o objecto do conhecimento que a inteligência não penetra de maneira natural, tudo aquilo de que não podemos formular uma noção adequada por simples processo de análise mental, tudo o que o espírito não pode chegar a compreender senão sob condições de sair de si mesmo, por meio da observação e da experimentação, passando progressivamente dos caracteres mais exteriores e mais imediatamente acessíveis para os menos visíveis e mais profundos. Tratar factos de uma certa ordem como coisas não é, pois, classificá-los nesta ou naquela categoria do real; é observar, com relação a eles, certa atitude mental. Seu estudo deve ser abordado a partir do princípio de que se ignora completamente o que são, e de que suas propriedades características, assim como as causas desconhecidas de que estas dependem, não podem ser descobertas nem mesmo pela mais atenta das introspecções.

(...) Os factos propriamente ditos, porém, constituem para nós, necessariamente, algo de desconhecido, no momento em que empreendemos delinear-lhes a ciência; são coisas ignoradas, pois as representações que podem ser formuladas no decorrer da vida, tendo sido efectuadas sem método e sem crítica, estão destituídas de valor científico e devem ser afastadas.

(...) Poder-se-á objectar que, para saber o que neles pusemos e como os formamos, uma vez que são obra nossa, basta tomar consciência de nós mesmos. Todavia, em primeiro lugar, herdamos já feita pelas gerações anteriores a maior parte das instituições sociais; como não participamos de modo nenhum em sua formação, não é nós interrogando que poderemos descobrir as causas que as fizeram nascer. E mais ainda, mesmo colaborando em sua génese, só vislumbramos da maneira a mais vaga e confusa, e geralmente a mais inexacta até, a natureza de nossa acção, as razões verdadeiras que nos determinam a agir. Conhecemos muito mal os objectivos relativamente simples que nos guiam, mesmo quando se trata apenas de nossos empreendimentos particulares; acreditamos agir desinteressadamente e o fazemos de maneira egoísta; acreditamos obedecer ao ódio, e cedemos ao amor; cremos obedecer à razão e somos escravos de preconceitos irreflectidos, etc. Como poderíamos, então, discernir com clareza maior as causas muito mais complexas de que procedem os empreendimentos da colectividade? Pois cada um de nós não participa senão em ínfima parte nesses empreendimentos; possuímos uma multidão de colaboradores e escapa-nos o que se passa nas outras consciências.

Nossa regra não implica, pois, nenhuma concepção metafísica, nenhuma especulação a respeito do que há no mais profundo do ser. O que reclama do sociólogo é que se coloque num estado de espírito semelhante ao dos físicos, químicos, fisiologistas, quando se aventuram numa região ainda inexplorada



de seu domínio científico. É necessário que, ao penetrar no mundo social, ele tenha consciência de que penetra no desconhecido: é necessário que se sinta em presença de factos cujas leis são tão desconhecidas quanto o eram as da existência antes da constituição da biologia; é preciso que se mantenha pronto a fazer descobertas que hão-de surpreendê-lo e desconcertá-lo. Ora, estamos longe de ver a Sociologia chegar a tal grau de maturidade intelectual. Enquanto o cientista, ao estudar a natureza física, tem o sentimento muito vivo das resistências que ela lhe opõe e das quais triunfa com tanto esforço, o sociólogo parece, na verdade, se mover entre coisas imediatamente transparentes ao espírito, tão grande é a facilidade com que o vemos resolver as questões mais obscuras. Não sabemos, na verdade, no estado actual da ciência, o que são as principais instituições sociais — por exemplo, o Estado ou a família, o direito de propriedade ou o contrato, a pena ou a responsabilidade; ignoramos quase completamente as causas de que dependem, as funções que desempenham, as leis de sua evolução; e somente em alguns pontos começamos a entrever alguma claridade. No entanto, basta percorrer obras de Sociologia para verificar quão raro é o sentimento desta ignorância e destas dificuldades. Não somente consideram-se os sociólogos como que obrigados a dogmatizar sobre os problemas ao mesmo tempo, mas acreditam também poder atingir, em poucas páginas ou em poucas frases, a própria essência dos fenómenos mais complexos. O que equivale a dizer que semelhantes teorias exprimem, não os factos que não poderiam ser esgotados com tanta rapidez, mas a pré-noção que a respeito deles formulava o autor, anteriormente à pesquisa."

Émile Durkheim, *As Regras do Método Sociológico*

#### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

Émile Durkheim, na sua obra *As Regras do Método Sociológico*, tenta afastar a Sociologia de outras disciplinas como a Filosofia e a Teologia. Efectivamente, tratar os factos sociais como coisas é ter, em relação ao objecto da Sociologia, uma atitude científica onde a objectividade é indispensável. Olhar os factos sociais com objectividade à semelhança da atitude metodológica exigida por qualquer ciência é o que Émile Durkheim nos propõe.

### 3.2. O OBJECTO DA SOCIOLOGIA: OS FACTOS SOCIAIS

Já vimos que a Sociologia estuda os factos sociais. Entre os factos que lhe interessam, encontram-se aqueles que se referem às relações inter-subjectivas ou recíprocas. Estas relações são as que se estabelecem entre os indivíduos com carácter duradouro e resultam da prática ou desempenho de determinadas funções sociais. As relações pai/filho, marido/mulher, operário/patrão, governante/governado são exemplos de relações inter-subjectivas e traduzem-se em comportamentos que são próprios das funções que cada elemento desempenha na colectividade considerada.

Deste modo, as relações inter-subjectivas são sempre comportamentos conhecidos por quem os desempenha e esperados por aqueles para quem os comportamentos se dirigem.

O papel desempenhado pelo pai traduz-se na execução de determinados comportamentos que o pai conhece e o filho espera. O mesmo se passa na relação professor/aluno. O aluno deve ter determinado comportamento que o professor espera e vice-versa.

Poderemos, então, dizer que há uma espécie de jogo em que ambas as partes esperam algo uma da outra.

A este jogo de expectativas mútuas que se estabelece entre os indivíduos, como se estivessem representando uma peça cujos papéis conhecem de cor, chamamos relações inter-subjectivas ou recíprocas.

A partir destes comportamentos exteriores ao indivíduo, ou seja, ditados pela sociedade, poderemos caracterizá-la, ao identificarmos os comportamentos que ela impõe aos seus membros.

Podemos ir mais longe e tentar até encontrar os mecanismos que a sociedade cria para os impor, isto é, descobrir de que modo os indivíduos aprendem os seus papéis e não os rejeitam. Tudo isto é estudado pela Sociologia.

Dada a globalidade e extensão do campo de análise desta ciência não é de estranhar que nos surjam várias definições de Sociologia.

Atentemos na de Max Weber, em primeiro lugar:

"(...) Deve entender-se por Sociologia (...): uma ciência que pretende entender, interpretando-a, a acção social para dessa maneira explicar causalmente o seu desenvolvimento e efeitos. Por "acção" deve entender-se uma conduta humana (que pode consistir num fazer externo ou interno, numa omissão ou numa permissão) sempre que o sujeito ou os sujeitos da acção lhe atribuam um sentido subjectivo. A "acção social", portanto, é uma acção cujo sentido se refere à conduta de outrem, orientando-se por ela ao longo do seu desenrolar."

Max Weber, *Economia y sociedad*

Gurvitch propõe-se uma outra definição, atribuindo à Sociologia o estudo dos fenómenos sociais totais<sup>(2)</sup>.

"O objecto da sociologia é a realidade social considerada em todos os seus níveis em profundidade, desde a crosta exterior da sociedade — a sua base morfológica (geográfica, demográfica, ecológica, instrumental, etc.), passando pelas superestruturas organizadas, pelas práticas quotidianas flexíveis (...) até aos valores e ideais colectivos (...) e finalmente, até à mentalidade social ao mesmo tempo colectiva e individual — há um vaivém perpétuo que tece a pró-

(2) G. Gurvitch — sociólogo francês, 1894-1967.



pria teia da realidade social. Todas estas camadas em profundidade interpenetram-se formando um conjunto indissolúvel — 'os fenómenos sociais totais' (...)."

G. Gurvitch, *La vocation actuelle de la Sociologie*



Ou ainda muito simplesmente:

"A Sociologia estuda os factos sociais de um modo positivo."

Auguste Comte

#### VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

1. O facto social é exterior ao indivíduo.
  - 1.1. De um exemplo de facto social.
  - 1.2. De acordo com o seu exemplo, mostre que todo o facto social é exterior ao indivíduo.
  - 1.3. A necessidade de objectividade em relação à observação dos factos sociais fez com que Durkheim se lhes referisse como "coisas". Que razões justificam tal designação?
2. O que caracteriza qualquer colectividade não são os indivíduos que a compõem mas o tipo de inter-relações que se estabelecem entre os indivíduos.
  - 2.1. Identifique os elementos primários da vida social.
  - 2.2. Justifique o interesse da Sociologia pelo campo das relações inter-subjectivas.
  - 2.3. De uma definição de Sociologia.

## 4. MÉTODOS E TÉCNICAS DE PESQUISA EM CIÊNCIAS SOCIAIS. A INVESTIGAÇÃO SOCIOLÓGICA

### 4.1. O CONHECIMENTO CIENTÍFICO

#### 4.1.1. A objectividade

A preocupação dos primeiros sociólogos em elevar o estatuto da Sociologia à categoria de ciência é evidente. A *Lei dos Três Estados* de Auguste Comte, a necessidade de construir tipos ideais de Max Weber ou o *materalismo dialéctico* proposto por Karl Marx como metodologia científica para a explicação da problemática social são disso exemplo.

No entanto, é reconhecido que o sociólogo Émile Durkheim foi um dos que primeiro avançou no recurso à metodologia científica para explicar os fenómenos sociais. O seu livro *As Regras do Método Sociológico* permite-nos ver a importância que o autor dedicou à questão da investigação científica em Sociologia.

Ora "ciência é um modo de gerar enunciados acerca dos acontecimentos do mundo e da experiência humana e de confrontar a sua verdade" (1).

Mas para tal, é necessário que o método científico "utilizado consiga aniquilar o ponto de vista individual do cientista mediante o recurso a determinadas regras" (2).

Émile Durkheim já nos tinha alertado para a necessidade de observarmos os factos sociais como coisas, ou seja, ultrapassando os nossos pontos de vista, neutralizando os nossos preconceitos ou tentando a objectividade à semelhança da observação nas ciências naturais.

(1) Walter L. Wallace, *A lógica da ciência em Sociologia*.

(2) Walter L. Wallace, obra citada.

### 1. Introdução. Coordenadas Espaço-Temporais da Prática Social

- 1.1. O Espaço e o Tempo
- 1.2. O Condicionamento Espacial dos Fenómenos Sociais

### 2. Normas, Valores, Comportamentos. Padrões de Cultura

- 2.1. Normas, Valores, Comportamentos
- 2.2. Padrões de Cultura

### 3. Socialização

- 3.1. Noção e Processo de Socialização
- 3.2. Tipos de Agrupamentos. Os Grupos
- 3.3. Papel e Estatuto Social
- 3.4. As Atitudes

### 4. Ideologia, Cultura, Contra-Cultura e Aculturação

- 4.1. Ideologia/Ideologias
- 4.2. Ideologia, Cultura e Contra-Cultura
- 4.3. Aculturação

### 5. Classe Social e Estratificação Social

- 5.1. Estratificação Social
- 5.2. Classe Social

### 6. Instituições Sociais e Reprodução Social

- 6.1. Instituições Sociais
- 6.2. A Reprodução Social
- 6.3. As Instituições como Elementos de Reprodução Social. Os Aparelhos Ideológicos do Estado
- 6.4. As Contra-Instituições

## OBJECTIVOS

### Compreende que as acções do homem se inscrevem no espaço e no tempo

- Explica o espaço actual como resultado de práticas sociais anteriores
- Mostra a influência da coordenada temporal nas práticas sociais
- Mostra a influência da coordenada espacial nas práticas sociais
- Justifica a natureza condicionante, e não determinante, da coordenada espacial na evolução de uma forma social
- Explicita o processo de interacção que se estabelece entre o homem e o meio
- Refere a coexistência de práticas sociais diversas relativas a certo fenómeno no mesmo espaço e tempo

### Analisa a relação entre ordem social e coesão social

- Justifica as normas de comportamento social como exclusivas de um grupo
- Infere da necessidade de defesa das normas de conduta de qualquer grupo
- Relaciona o culto de determinados padrões de conduta com a necessidade de coesão social
- Identifica o controlo social como forma de constrangimento em relação a comportamentos desviantes
- Explicita os factores relevantes na prática de comportamentos anómicos

### Analisa o papel dos padrões de cultura na orientação dos comportamentos sociais de um grupo

- Dá um conceito de cultura
- Entende a cultura como um conjunto organizado de formas de pensar, sentir e agir, exteriores ao indivíduo
- Mostra que o homem é um contínuo transformador da cultura do seu grupo
- Justifica que o homem é um ser "fatalmente" cultural
- Justifica a dificuldade do homem ultrapassar os seus padrões de cultura



### Compreende o conceito de classe social

- Enquadra o termo classe social numa teoria das classes sociais
- Justifica que os homens se encontram em competição permanente
- Mostra o poder como factor determinante dessa competição
- Relaciona o poder com diferentes graus de acesso às vantagens sociais
- Dá uma noção de classe social
- Mostra a importância da actuação colectiva e orientada na transformação da classe em si em classe para si
- Reconhece a classe para si como agente histórico de transformação
- Apresenta diferenças entre classe social e estrato social
- Mostra que é abusivo assimilar classe a estrato social

### Compreende o conceito sociológico de instituição

- Dá uma noção de instituição
- Refere o controlo social como algo inerente às instituições
- Justifica o conceito de instituição proposto por Lapassade e Lourau
- Aponta a escola como uma instituição social
- Enuncia as funções da escola enquanto instituição

### Reconhece as contra-instituições como alternativa à ordem social instituída

- Distingue contra-instituição de anti-instituição
- Justifica o aparecimento de contra-instituições
- Relaciona a institucionalização das contra-instituições nos períodos revolucionários como forma de legitimação do próprio movimento revolucionário

### Interpreta a reprodução das condições sociais de produção como indispensável à reprodução social

- Justifica a natureza social da produção
- Mostra a necessidade de reprodução dos meios de produção para a continuidade do processo produtivo
- Reconhece a reprodução da força de trabalho como indispensável à reprodução social
- Mostra que a reprodução das forças produtivas não chega para que ocorra a reprodução social

### Compreende a importância dos aparelhos ideológicos do Estado na reprodução social

- Indica estruturas utilizadas pelas formações sociais, no sentido de exercerem o controlo social
- Identifica tais estruturas com o Aparelho do Estado
- Apresenta a importância da veiculação ideológica na submissão dos indivíduos às normas
- Mostra tal submissão como indispensável à reprodução das relações sociais de produção

### Compreende a importância dos aparelhos ideológicos escolar e informativo na reprodução social

- Mostra que cada Aparelho Ideológico tem o seu campo de actuação específico
- Salienta a importância que sempre assumiu o Aparelho Ideológico Familiar
- Relaciona a tomada de importância do Aparelho Ideológico Escolar com o desenvolvimento da sociedade burguesa
- Mostra como o Aparelho Ideológico Escolar tem sido suporte indispensável ao desenvolvimento da sociedade industrial
- Explicita a importância crescente do Aparelho Informativo

Spain Spain this  
the plan the  
song is on the  
the long boat  
and  
smoozy  
Denny Denny  
Horne the more  
this on the long  
Spanish shore  
Wet. Studeck  
Wet on Studeck  
an Get  
the ai say  
the wet fogia  
be it on the after  
Indon funny

## 1. COORDENADAS ESPÁCIO-TEMPORAIS DA PRÁTICA SOCIAL

Vimos atrás que a Sociologia estuda os factos sociais, isto é, os factos que decorrem da nossa vida em sociedade.

Todavia, qualquer sociedade tem existência real num dado lugar e num certo momento histórico, apresentando as características próprias que a distinguem das demais e que permitem, até, perceber a sua evolução ao longo do tempo e detectar os factores de mudança.

Espaço e tempo são, pois, as coordenadas que nos permitem fazer a leitura correcta das práticas sociais.

De facto, as sociedades humanas inscrevem-se em diferentes espaços geográficos. São os continentes, os países, as cidades, as aldeias, as ruas...

O homem localiza-se, assim, num determinado ambiente físico-biológico que muitas vezes lhe é adverso.

Ao longo da história, o homem, na sua luta pela sobrevivência, tem desenvolvido acções que conduzem à transformação do ambiente que o rodeia.

Nas ferramentas agrícolas, a substituição da madeira pelo ferro permitiu o aumento da produtividade da agricultura, traduzindo-se num maior domínio do homem sobre a natureza.

As barragens que se constroem possibilitam a irrigação dos campos tornando-os mais férteis, bem como a produção de energia eléctrica, tão necessária à laboração das indústrias e aos consumos domésticos, à iluminação das vias públicas, etc. Tudo serve para melhor dominar a natureza.

As estradas que se abrem, ligando populações distantes e isoladas umas das outras, possibilitando o intercâmbio de saberes, de valores culturais e de produtos, são mais um contributo para a sobrevivência do homem.

Mas o homem é também condicionado pelo meio em que vive. O solo, o clima, a fauna, a flora, o relevo, a hidrografia, etc., determinam a estrutura, a prática e a evolução social das colectividades humanas.

Para os povos ribeirinhos a faina do mar, apesar de arriscada, constitui o seu modo de vida, a sua fonte de subsistência.

No entanto, as condições do trabalho do pescador foram-se modificando, graças às inovações tecnológicas. A construção de portos de abrigo, a utilização de combustível, o radar, o emprego de grandes embarcações, permitem que o trabalho se realize em melhores condições de segurança.

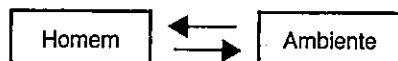
Os barcos equipados com câmaras frigoríficas e sondas que permitem localizar os cardumes possibilitam a pesca longínqua e a captura de maiores quantidades de pescado.

Todas estas transformações resultantes das acções do homem modificaram as suas relações com o ambiente e o próprio ambiente.

Verificamos, assim, que o ambiente que rodeia o homem influencia e determina o seu próprio comportamento.

Mas o homem, ser actuante, à medida que atinge estádios superiores do conhecimento, exerce uma maior acção sobre o seu ambiente. Ao mesmo tempo o homem transforma e é transformado, num processo dialéctico que se estabelece entre ele e o meio.

Poderemos então concluir que, entre o homem e o ambiente, estabelecem-se relações nos dois sentidos, isto é, relações de interdependência.



Deste modo, o espaço onde hoje nos situamos não é mais do que o resultado da acção humana, exercida não só no presente, mas, acima de tudo, da acção exercida no passado. Ao longo da história da humanidade os homens trabalham o mundo.

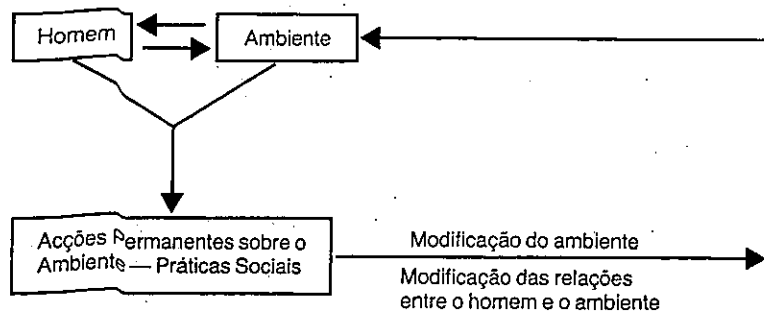
A história sua no tempo as inter-relações que se estabelecem entre o meio físico, biológico e cultural e os diferentes povos, permitindo, assim, explicar e compreender as transformações ocorridas. Os acontecimentos sucedem-se no tempo embora com ritmos diferentes.

Como afirma Vitorino Magalhães Godinho: (...) as formas de civilização, as instituições, as estruturas económico-sociais, as organizações políticas, não mudam senão muito menos velozmente; aqui o tempo não se conta às horas ou aos dias ou sequer aos meses, conta-se às décadas — meio século, um século, ou até bem mais. Ritmo ainda célere se o compararmos com o das ligações entre a terra e a humanidade — os séculos passam, e muitas vezes os milénios, sem se alterarem, nas suas linhas fundamentais, essas ligações. É que as transformações do meio físico-biológico desenrolam-se ao retardador; nem é de um para o outro que os homens conseguem inventar e aplicar a utensilagem com que modificarão progressivamente o ambiente (...) (1).

As acções dos homens inscrevem-se, portanto, no espaço, deixando aí a sua marca, e no tempo histórico e cronológico que as torna visíveis.

Das acções permanentes do homem sobre o ambiente, resultam modificações do espaço, das actividades, dos valores, dos saberes que alteram as relações entre os indivíduos e o ambiente e, por vezes, até o próprio ambiente.

Entre o novo ambiente, ambiente modificado, e o homem, geram-se novas interdependências, desencadeando-se um novo processo de transformações, de práticas sociais inscritas no espaço e no tempo.



(1) Vitorino Magalhães Godinho, *Ensaio Sobre Teoria da História e Historiografia*, III, Lisboa. Sá da Costa, 1971.

Se hoje nos afastámos decisivamente do homem primitivo, é indubitável que o devemos a este processo de mudança.

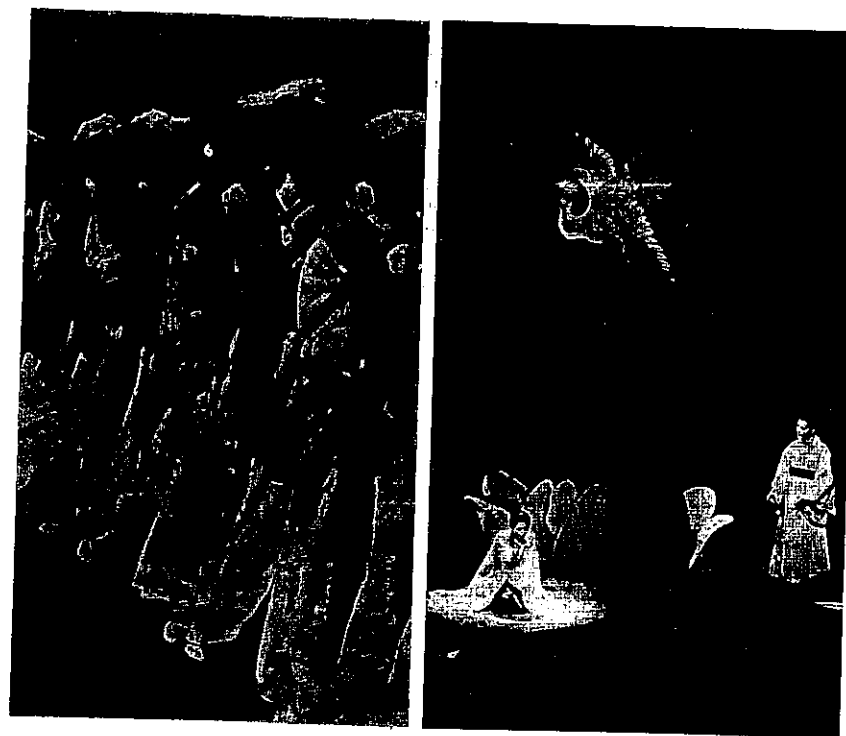
Se a prática social difere de colectividade para colectividade, em resultado do seu condicionamento espacial, e, se a prática social duma colectividade difere ao longo do tempo, também é verdade que na mesma colectividade surgem simultaneamente práticas sociais que percorrem caminhos diferentes, alguns deles desviando-se dos aceites pela colectividade.

Nesse sentido se entende, afinal, que a acção da Inquisição se tenha prolongado em Portugal e Espanha, quando no resto da Europa, tal prática tinha sido abandonada há largos anos. De facto, as novas ideias no domínio científico, tendo-se imposto na generalidade dos países europeus, depararam com uma forte resistência nos países da Península.

Na verdade, a prática científica tem deparado, desde sempre, com resistências. Desde o indivíduo comum aos intelectuais, a mudança defronta-se sempre com forte oposição. Não é fácil destronar valores, ideias, conceitos generalizadamente aceites como verdades absolutas.

Foi com dificuldade que Galileu viu reconhecidas as suas ideias acerca do movimento da Terra. Pôr a Terra a girar à volta do Sol, quando o homem era o centro do Universo, não podia ser aceite de bom grado pelo pensamento dominante.

Curiosamente, esta dificuldade de mudança, obstáculo ao desenvolvimento dos conhecimentos científicos, ainda hoje se manifesta. Para muitos as Ciências Sociais não são, ainda, Ciências.





## texto n.º 1

### OS OBSTÁCULOS AO DESENVOLVIMENTO DO CONHECIMENTO CIENTÍFICO

"Quando se procuram as condições psicológicas dos progressos da ciência, em breve se chega à conclusão que *é em termos de obstáculos que se deve pôr o problema do conhecimento científico*. Não se trata de considerar obstáculos externos, como a complexidade e a fugacidade dos fenómenos, nem de incriminar a fraqueza dos sentimentos e do espírito humano: é no próprio acto de conhecer, intimamente, que aparecem, por uma espécie de necessidade funcional, lentidões e perturbações. É aí que apontaremos causas de estagnação e mesmo de regressão. É aí que descobriremos causas de inércia a que chamaremos obstáculos epistemológicos. O conhecimento do real é uma luz que sempre projecta sombras em qualquer parte. Ele nunca é imediato e total. As revelações do real são sempre recorrentes. O real nunca é "o que se poderia julgar" mas é sempre o que se deveria pensar. O pensamento empírico é claro, *depois*, quando o aparelho das razões já foi construído. Percorrendo um passado de erros encontra-se a verdade num verdadeiro arrependimento intelectual. Na realidade, sabe-se *contra* um conhecimento anterior, destruindo conhecimentos imperfeitos, ultrapassando o que, no próprio espírito, faz obstáculo à espiritualização.

A ideia de partir do nada para fundar e aumentar o seu espólio só pode aparecer nas culturas de simples justaposição, onde um facto conhecido é imediatamente uma riqueza. Mas perante o mistério do real, não se pode, por decreto, tornar a alma ingénua. É impossível fazer então, de repente, tábua rasa dos conhecimentos usuais. Face ao real, o que se julga saber claramente ofusca o que se deveria saber. Quando se apresenta à cultura científica, o espírito nunca é jovem. É mesmo muito velho porque tem a idade dos seus preconceitos. Ter acesso à ciência é, espiritualmente, rejuvenescer, é aceitar uma mutação brusca que deve contradizer um passado."

Gaston Bachelard, *La Formation de L'Esprit Scientifique*

### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

A resistência à mudança é sem dúvida o maior dos obstáculos ao desenvolvimento científico.

Bachelard é bem explícito ao afirmar:

- "é no próprio acto de conhecer, ..., que aparecem, ..., lentidões e perturbações";
- "o real nunca é 'o que se poderia julgar' mas é sempre o que se deveria pensar";
- "face ao real, o que se julga saber claramente ofusca o que se deveria saber";
- "quando se apresenta à cultura científica, o espírito nunca é jovem... tem a idade dos seus preconceitos".

### VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

1. As relações do homem com a terra levantam as questões da formação do homem pelo meio físico-biológico ou, modelado da paisagem pelo homem.  
No entanto, essa formação é profundamente cultural.  
1.1. Cite o papel do meio físico na cultura humana.  
1.2. Apresente o processo histórico do desenvolvimento da prática social na agricultura primitiva.
2. "A cultura portuguesa modela dentro do meio físico, mas os seus efeitos não se limitam ao território geográfico".  
2.1. Explique o sentido da afirmação anterior.
3. O desenvolvimento da prática científica tem decorrido, desde sempre, com algumas tendências.  
3.1. Apresente alguns exemplos demonstrativos da situação referida.
4. Enuncie a afirmação: "(...) Ter acesso à ciência é, espiritualmente, rejuvenescer, é aceitar uma mutação brusca que deve contradizer um passado (...)".  
4.1. Tendo por base o texto acima, explique o processo a seguir para se chegar ao conhecimento científico:  
A Índia dos Portugueses correspondia a feitorias estabelecidas nas cidades mercantís ricas da Índia do Sul: Goa, Calcutá, Misora. A Índia dos Ingleses tinha as suas bases principais mais ao Norte: Bombaim, Calcutá, Deli (...) em vista de uma penetração continental e não só litoral; e, depois, de um desenvolvimento industrial (...).
5. (...) Os processos históricos funcionam sempre em condições geográficas concretas (...) realizam-se (...) nas regiões cujos caracteres geográficos lhes ofereçam as condições económicas, políticas, sociais, mais apropriadas (...). A Índia dos Portugueses correspondia a feitorias estabelecidas nas cidades mercantís ricas da Índia do Sul: Goa, Calcutá, Misora. A Índia dos Ingleses tinha as suas bases principais mais ao Norte: Bombaim, Calcutá, Deli (...) em vista de uma penetração continental e não só litoral; e, depois, de um desenvolvimento industrial (...).

J. Chesneau, *Du Passé à l'avenir de la Race*

- 5.1. Relacione a localização geográfica das feitorias portuguesas e inglesas na Índia, como a prática social colonialista dos dois Estados Europeus.



This can be  
 service shall  
 what the number  
 in many  
 on last Friday  
 the case letters  
 copy in the  
 for 6085 shows  
 the letter number  
 the letter the  
 for need a  
 number

65175  
 5147

## 2. NORMAS, VALORES, COMPORTAMENTOS.

### PADRÕES DE CULTURA

#### 2.1. NORMAS, VALORES, COMPORTAMENTOS

A vida em sociedade pressupõe uma certa ordem ainda que dela não tenhamos, senão uma percepção difusa.

Tal ordem resulta do facto de a vida em sociedade colocar uma multiplicidade de indivíduos, possuidores de carências e características próprias, uns perante os outros, cada um deles actuando no sentido de verem satisfeitas as respectivas necessidades. Ora, se cada indivíduo agir apenas em função dos seus impulsos e motivações, é natural que assistamos ao entrecocar contínuo das suas condutas, por vezes antagónicas, dificultando a vida em grupo.

Deste modo, não é de estranhar que a sociedade exija de cada um dos seus membros, o reconhecimento de que as condutas individuais deverão obedecer a um conjunto de regras que defendem e garantem a ordem social, preservando a sobrevivência do grupo. Nesse sentido, as atitudes individuais deverão assemelhar-se, deverão obedecer a um padrão.

A vida em grupo tem-se manifestado, pois, na elaboração de regras, as normas, exteriores ao indivíduo, isto é, independentes da sua vontade, mas que se lhe impõem, dando-lhe a conhecer a maneira como deverá comportar-se, de forma a ser reconhecido como membro do grupo. Cada indivíduo é, assim, persuadido a pautar o seu comportamento pelas normas sociais vigentes, que concretizam e reflectem os valores aceites pelo grupo.



## texto n.º 2

### OS VALORES COMO SUPORTE DA COESÃO SOCIAL

"(...) uma sociedade é constituída por múltiplos tipos de pessoas que desenvolvem formas de actividade muito distintas em diferentes grupos e organizações; na medida em que, como já referimos, cada actividade é condicionada por regras diferentes, não podemos afirmar que estas actividades que constituem a sociedade sejam coordenadas por um conjunto de regras totalmente comuns.

Alguns sociólogos consideram que embora não possamos afirmar que todos os elementos de uma sociedade são governados pelas mesmas regras, poderemos e deveremos partir do princípio de que todos os membros da sociedade aceitam os mesmos valores. Este postulado de um 'consenso normativo' permite-nos justificar a estabilidade de uma sociedade complexa.

Os 'valores' são concepções gerais do 'bem', noções que definem os tipos de objectivos que as pessoas devem procurar atingir ao longo das suas vidas e através das múltiplas actividades que desenvolvem. São noções relativamente difusas, pois os objectivos gerais podem ser procurados em contextos e situações muito diversos e realizados através da mediação de outros objectivos parcelares específicos. Assim, diz-se muitas vezes que o valor dominante na América é o 'sucesso', como, por exemplo, na escola, na profissão, no desporto, etc.

Estes valores decorrem da necessidade de 'significado' a que nos referimos na secção anterior. Nessa altura, analisámos como é que a religião e outros sistemas de crenças semelhantes colocavam as pessoas no interior de contextos significativos, mostrando-lhes que as suas vidas, a sociedade e até o universo faziam parte de um conjunto coerente. As pessoas não desejam apenas saber que há uma coerência no mundo em que vivem; precisam também de saber para onde é que vão e qual é o melhor caminho. Esses sistemas de crenças fornecem-lhes as directrizes, determinam o tipo de valores que devem satisfazer durante a sua existência terrena — por exemplo, a ética protestante sublinha que o homem deve ser trabalhador e frugal ao longo da sua vida.

Estes valores mantêm a coesão social na medida em que são compartilhados por todos. São esses valores que *legitimam* as regras que condicionam as actividades específicas; as regras são aceites e cumpridas porque exprimem os valores que todos aceitam. Os americanos são levados a acreditar que a organização capitalista da actividade económica é a mais perfeita porque permite que as pessoas concorram entre si para obter as melhores posições, as encoraja a isso e as recompensa devidamente.

Para além disso, o facto de os valores serem comuns permite atingir uma certa forma de compatibilidade entre diferentes conjuntos de regras. Na medida em que as pessoas procuram atingir os mesmos tipos de objectivos nas suas diversas esferas de actividade, tentam modificar as regras específicas de cada zona de actividade para facilitar a obtenção da finalidade desejada e quando surgem novas formas de actividade são imediatamente criadas regras que estabeleçam claramente o que é e o que não é 'correcto'.

Finalmente, estes valores comuns dão origem a sentimentos de solidariedade e unidade entre as pessoas. Na verdade, preferimos juntarmo-nos àqueles que pensam como nós, que atribuem às coisas e aos actos valores idênticos aos nossos; gostamos mais dessas pessoas do que daquelas cujos valores e preferências entram em conflito com os nossos. A comunidade dos valores implica, portanto, que os membros da sociedade sintam uma atracção mútua, o que permitirá diminuir a importância dos conflitos que possam surgir entre eles. (...)"

Peter Worsley, *Introdução à Sociologia*

### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

Analisar o texto acima e concluir:

- da existência de valores comuns à generalidade dos membros de um grupo, os valores sociais;
- da importância dos valores sociais, indispensáveis à estabilidade e coesão sociais;
- das razões que legitimam as regras e as normas de comportamento em sociedade;
- da importância dos valores sociais no desenvolvimento de solidariedades entre os membros de um mesmo grupo.

O nosso quotidiano acontece, portanto, de acordo com normas nascidas dos valores éticos, morais, religiosos, económicos, políticos, técnicos, etc., aceites pela sociedade onde nos encontramos inseridos. São esses valores, partilhados pela totalidade dos membros do grupo, que nos indicam o que é certo ou errado, permitido ou proibido, etc., e que servem de fiel no ajuizar dos nossos comportamentos pelos restantes indivíduos.

Esse conjunto de valores partilhado por todos nós concretiza os ideais exclusivos desse grupo. Como afirma Guy Rocher: "(...) valor é uma maneira de ser ou de agir que uma pessoa ou uma colectividade reconhecem como ideal e que faz com que os seres ou as condutas aos quais é atribuído sejam desejáveis ou estimáveis" (1).

Nesse sentido, podemos concluir que as normas, resultado dos valores aceites pela colectividade, corporizam modelos a seguir por cada um dos seus membros, exteriorizando verdadeiros figurinos de comportamento. Esses modelos, que os indivíduos vão interiorizando desde o nascimento, funcionam como padrões de comportamento, tornando psicologicamente difícil cometer actos proibidos, isto é, impedindo ou dificultando o desenvolvimento de comportamentos que se afastam da norma.

O que há de característico no comportamento dos homens é, assim, a sua relativa conformidade com os modelos de conduta impostos pelo grupo.

Em consequência, o nosso comportamento é tanto mais conforme com aqueles modelos, isto é, tanto mais padronizado quanto maior for a interiorização, por nós feita, daqueles modelos. Em consequência, cada indivíduo responderá aos vários estímulos com que é confrontado de forma semelhante à resposta da generalidade dos membros do seu grupo.

(1) Guy Rocher, *Sociologia Geral*, Vol. I, Editorial Presença.

Neste sentido pode afirmar-se, então, que todo o comportamento humano é significativo e condicionado, ainda que possamos não ter, disso, consciência, dada a importância do processo de interiorização: "(...) Os membros de cada sociedade estão tão completamente imersos em sua própria massa de crenças e costumes, que geralmente deixam de sentir que estão obedecendo à 'crença' e ao 'costume' e não ponderam porque acreditam e agem da maneira por que o fazem. Somente saindo imaginativamente da própria massa de crenças e costumes é que uma pessoa pode ter consciência da sua verdadeira natureza (...) "(2).

Ora, se é verdade que os nossos comportamentos se realizam em função de certos modelos, não é de estranhar que qualquer tendência desviante seja eficazmente anulada pelo grupo, para o que são utilizados os diversos mecanismos de controlo social.



(2) Paul B. Horton, Chester L. Hunt, *Sociologia*, McGraw-Hill do Brasil, 1981.

## 2.2. CONTROLO SOCIAL, COMPORTAMENTOS DESVIANTES E ANOMIA

Da convivência entre os homens têm resultado, então, modelos gerais de comportamento colectivamente aceites, isto é, de anuência generalizada. São eles que tornam a vida colectiva possível, pois estabelecem uma certa ordem no nosso quotidiano.

A vida social determina, pois, a submissão dos homens a normas, que se apresentam a cada um, como um conjunto de princípios sagrados e absolutos, inquestionáveis e invioláveis.

Todavia, nem sempre as normas são acatadas de forma pacífica, sendo possível a ocorrência de desvios comportamentais.

A fim de prevenir esses comportamentos, o grupo exerce um certo constrangimento social sobre os seus membros. Nesse sentido o grupo exerce em cada indivíduo uma influência capaz de o obrigar a submeter-se às normas da colectividade e de o impedir de realizar actos contrários ao modo de vida e de conduta do grupo. Por vezes, a simples sanção ética e moral, que coloca o desviado à margem do grupo, contribui para o seu "bom" comportamento, dado que a realização individual passa, também, pelo reconhecimento e aceitação por parte dos inúmeros elementos de um grupo. De registar que este constrangimento acontece sempre, mesmo que os indivíduos o não descortinem em virtude de, e como já se referiu anteriormente, eles terem interiorizado as maneiras de agir próprias do seu grupo.

O constrangimento social desempenha, assim, um papel decisivo na organização da vida social. Todavia, o grupo lança mão de outras formas de constrangimento, nomeadamente o físico, sempre que as atitudes desviantes permaneçam, face à inoperância do constrangimento social. Nesse sentido, o grupo utiliza a coacção física, que pode mesmo atingir a condenação à morte.

### texto n.º 3 ✓

#### O CONTROLO SOCIAL

"A organização, a ordem e a harmonia da vida social só se tornam possíveis, quando os indivíduos e os grupos subordinam sua conduta aos padrões, às normas e aos valores dominantes na sociedade de que fazem parte. A acção que, com esse objectivo, os agrupamentos humanos exercem sobre os seus membros denomina-se 'controlo social'. Podemos defini-lo como o conjunto dos meios utilizados pela sociedade em geral e pelos grupos em particular para obterem a conformidade do comportamento de seus membros aos valores, padrões e normas por eles estabelecidos. Se os indivíduos agissem levando em conta apenas os seus impulsos e desejos, sem atender a certos princípios e regras aprovadas pelo consenso e adoptadas pela sociedade, não seria possível vida colectiva organizada, nem ordem e equilíbrio social. Mas, para que o controlo social seja perfeito, é necessário que aos seus princípios e normas se ajustem não apenas a conduta externa dos indivíduos e grupos, mas também a sua conduta interna, isto é, os seus pensamentos, sentimentos e ideias.

Todavia, a adesão dos indivíduos aos padrões de conduta e às normas de acção impostas pela sociedade não se efectiva sem resistência dos mesmos. Para vencê-la, a sociedade recorre a medidas e recursos que vão desde o conselho, a sugestão e a persuasão até à coacção física e moral. E chega ao extremo, em certos países, de condenar à pena de morte aqueles que infringem violentamente as leis por ela estabelecidas. (...)

(...) Nas sociedades primitivas o controlo social é exercido pelos grupos primários e os meios utilizados são as práticas mágicas e as sanções sobrenaturais, bem como as normas de conduta individual ou colectiva mantidas pelo costume e pela tradição. Nas sociedades civilizadas, o controlo é exercido pelos grupos secundários e mistos e os meios utilizados são, geralmente, as sanções legais, estabelecidas em códigos, regulamentos, etc. A escola, a família, a comunidade, a imprensa, a rádio, o cinema, a televisão, o teatro, a justiça, a polícia e outras instituições do Estado cooperam na obra orientadora, educativa e repressora do controlo social. É oportuno, entretanto, não esquecer que, em muitas sociedades civilizadas, sobretudo nas pequenas comunidades que vivem em certo grau de isolamento, ainda perduram muitos meios de controlo social usados nas sociedades primitivas. (...)"

Theobaldo Santos, *Manual de Sociologia*

#### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

*Em sociedade os indivíduos devem aceitar os valores e submeter-se às normas nascidas da vida colectiva. Tal submissão, todavia, nem sempre se mostra pacífica, acontecendo a resistência àquele dever de obediência.*

*Assim, registemos:*

- a necessidade de os indivíduos se subordinarem a modelos padronizados de comportamento;
- as formas de controlo social, nomeadamente a persuasão e a coacção física;
- a multiplicidade dos meios de controlo social;
- a sobrevivência, nas sociedades desenvolvidas actuais, de meios arcaicos de controlo social.

Todavia, a existência de mecanismos de controlo não significa que os comportamentos individuais sejam, sempre, conformes com as normas sociais. Como nos diz Mendras. "(...) A existência bem como o respeito às normas são dois problemas distintos. (...) (3)

Isto significa, afinal, que em algumas situações sociais os indivíduos não actuam, apesar das sanções a que podem ser sujeitos, em conformidade com os modelos de comportamento socialmente aceites. Nesse sentido se pode falar de desvianismo ou de comportamentos desviantes.

Por comportamento desviante poderá entender-se, então, muito simplesmente, a conduta social que não está de acordo com as normas sociais. Num comunidade fortemente religiosa, por exemplo, a não participação nas práticas religiosas é, naturalmente, desvianismo. Em consequência, o desviante será olhado como diferente aos olhos da comunidade podendo até ser excluído da vida social, isto é, marginalizado.

(3) Henri Mendras, *Princípios de Sociologia*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1978.

Nesta acepção, o desvio só acontece, logicamente, na medida em que existem normas sociais. Quer isto dizer que é a comunidade que define os comportamentos desviantes, na medida em que forja normas sociais e estigmatiza aqueles que as não cumprem.

A ligação dos comportamentos desviantes às normas sociais permite-nos concluir que a prática social considerada desvio numa comunidade pode não o ser noutra. Tudo depende do conteúdo social das normas sociais e dos valores socialmente aceites. É assim que o facto de se ter duas ou mais esposas é considerado desvio na nossa sociedade e não o é nas sociedades islâmicas ou que o roubo é comportamento desviante apenas nas sociedades que reconhecem a propriedade privada, etc.

Todavia, e independentemente da comunidade considerada, é um facto indesmentível que em todos os grupos ocorrem comportamentos desviantes. Importante será, pois, conhecer as causas que, *grosso modo*, se lhes encontram subjacentes.

Naturalmente, não nos interessam aqui os desvios resultantes de deficiências psicossomáticas dos membros de um grupo, que se enquadram no foro psicológico.

No âmbito, por exemplo, sociológico, o desvio é relevante na medida em que corresponde à contestação mais ou menos consciente dos modelos socialmente aceites e, concomitantemente, dos valores a que o grupo dá apreço, não porque os indivíduos se não possam adaptar a eles, mas porque, conscientemente, os não aceitam. É este o modo de colocar o problema pelo sociólogo. Como afirma David Berry "(...) Em geral, entretanto, é um erro ver o comportamento desviante simplesmente em termos da não-conformidade às normas. (...) o desviante é frequentemente não alguém que fracasse em submeter-se a padrões específicos, mas que escolha para si próprio padrões diferentes dos da maioria das pessoas. Assim, o hippie, que em termos das normas convencionais é um vagabundo, preguiçoso e alguém que simplesmente 'vive pelo barato', não é uma pessoa que falhou em atingir essas normas, mas uma pessoa que optou por um conjunto diferente de padrões, padrões pelos quais o 'trabalho' no sentido convencional não é uma actividade particularmente cheia de virtudes. Sugeriu-se, por conseguinte, que os desviantes talvez sejam pessoas cujos grupos de referência são diferentes dos convencionalmente aceites. (...) (4)

Revelador deste tipo de contestação e, em consequência, de desvio, é o tão falado *conflito de gerações* que traduz tão só o facto de os jovens se considerarem estranhos no mundo dos pais. Estes tudo construíram e regulamentaram sem que tivesse sido solicitada a contribuição da juventude. Neste mundo de adultos é natural que os jovens encontrem dificuldade em se integrarem.

Todavia, a contestação juvenil ou de outros grupos e que se concretiza em comportamentos "anormais" nem sempre se faz em virtude de terem percebido e perflhado outro tipo de normas e valores. Por vezes a contestação resultante da não aceitação do que se encontra institucionalizado ainda não se tipifica relativamente a outro conjunto de normas pois estas só podem surgir depois da contestação das anteriores. E, naturalmente, entre a contestação de umas e o aparecimento de outras medeia algum tempo, por vezes até bastante longo. Este vazio e indefinição normativa encontram-se na base de comportamentos confusos e baralhados, posto que ainda são apadronizados e resulta, afinal, do enfraquecimento integrador das normas existentes.

Este enfraquecimento das normas sociais e a indefinição comportamental leva a que os indivíduos "não saibam bem a quantas andam" e traduz aquilo a que Durkheim chamou de *anomia*. Durkheim "(...) Entendia com isso uma

(4) David Berry, *Ideias Centrais em Sociologia*, Rio de Janeiro, 1976, Zahar Editores.

desorganização da sociedade que enfraquecia a integração dos indivíduos que não sabem que normas devem seguir. (...)”<sup>(5)</sup>.

Do exposto parece-nos claro concluir que esta desadaptação dos indivíduos às normas e a indefinição de valores será tanto maior quanto mais fracos forem os elos integradores dos indivíduos, isto é, quanto menor for a coesão social. Isto permite-nos afirmar que a anomia será maior nas sociedades modernas onde diariamente se inventam novos instrumentos de trabalho, se utilizam novas tecnologias, se reinventam novas formas de pensar a vida ou a religião. Não raro acontece, pois, que os valores socialmente aceites sejam postos em causa em virtude do próprio funcionamento e desenvolvimento da colectividade. A mudança social torna-se, assim, um factor de instabilidade e, consequentemente, de desenvolvimento de comportamentos anónimos. Mais que as sociedades tradicionais, as sociedades em mudança são ricas em anomia. Como diz Golfin “(...) *As sociedades modernas, ricas e por muitos aspectos desumanas, agitadas por subversões incessantes e rápidas, são favoráveis ao nascimento de situações anómicas. O sentimento de ‘não se saber para onde se vai’, ou das decepções perante a vida, é sinal de anomias difusas, menos características, mas bem reais. No fundo, pode-se dizer que a anomia surge quando o habitual mundo cultural parece desmoronar-se e perder todo o fundamento. Todo um aspecto do anarquismo de certos jovens é resultante dessa anomia.*”<sup>(6)</sup>. Nas sociedades modernas, a confusão de valores enfraquece, assim, a ligação dos indivíduos às normas sociais que se tornam incertas ou entram em contradição com as novas necessidades da sociedade em mudança.

## 2.3. PADRÕES DE CULTURA

### 2.3.1. Um conceito de cultura

Sabemos que os homens têm vivido, desde sempre, em grupo. De igual modo podemos afirmar, também, que os homens sempre viveram num estado cultural, afastando-se do estado de natureza característico das restantes sociedades animais. Se o primeiro contacto entre dois homens o tornou num ser social, esse fenómeno social humano constituiu-se, por sua vez, no primeiro dos fenómenos culturais.

Efectivamente, a observação das sociedades hoje ditas *primitivas*, cujo modo de vida mais se aproxima do modo de vida dos homens primitivos, dá-nos a conhecer complexas formas de organização e de interacção sociais, confirmando que todo o comportamento humano é um comportamento com significado cultural.

<sup>(5)</sup> Henri Mendras, obra citada.

<sup>(6)</sup> Jean Golfin, *Vocabulário Essencial da Sociologia*, Morais Editores, Lisboa, 1973.

## texto n.º 4

### “HÁBITOS E TRADIÇÕES POPULARES (FOLKWAYS)”

A vida social em todos os lugares é cheia de problemas — como extrair o viver da natureza, como dividir os frutos do trabalho ou da boa sorte, como nos relacionarmos agradavelmente uns com os outros, e muitos mais. Os seres humanos parecem ter tentado todas as maneiras possíveis de tratar desses problemas. Diferentes sociedades encontraram ampla variedade de padrões que funcionam. Um grupo pode alimentar-se uma, duas ou várias vezes por dia; pode fazê-lo de pé, sentado em cadeiras ou acocorado; seus componentes podem comer em conjunto, utilizando os dedos ou alguma espécie de utensílio; podem começar com vinho e terminar com peixe, começar com peixe e terminar com vinho, ou podem rejeitar as duas coisas como não-comestíveis. E assim a coisa se estende a milhares de itens do comportamento. Cada traço é uma selecção de numerosas possibilidades, todas elas funcionando mais ou menos. Por meio de ensaio e erro, ou por puro acidente, ou por alguma influência desconhecida, um grupo chega a uma dessas possibilidades, e aceita-a como a maneira normal de atender a determinada necessidade. Isso é passado a gerações que se sucedem e se torna uma das maneiras do povo — donde um *folkway*. “*Folkways*” são simplesmente as maneiras normais e habituais de um grupo fazer as coisas. Apertar as mãos, comer com garfos e facas, usar gravatas em certas ocasiões e camisas-esporte em outras, dirigir do lado direito de uma via e comer torradas no desjejum são alguns dos muitos *folkways* norte-americanos.

As novas gerações absorvem os *folkways*, parcialmente por ensinamento deliberado, mas principalmente por observação e por tomar parte na vida em relação a eles. As crianças estão cercadas de *folkways*. Já que constantemente vêem estas maneiras de fazer as coisas, estas se tornam as únicas reais. Se acontece de a criança ouvir falar dos costumes de outros grupos, estes parecem estranhas esquisitices e não modos práticos e realísticos de realizar as coisas. Até mesmo a mais primitiva sociedade terá alguns milhares de *folkways*; nas modernas sociedades industrializadas, eles se tornam mais numerosos e intermeados. (...)”

Paul Horton e Chester Hunt., *Sociologia*

### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

Para uma melhor compreensão do texto dê-se atenção:

- à multiplicidade de problemas que os grupos enfrentam;
- às inúmeras formas de resposta adoptadas pelos vários grupos na resolução daqueles problemas;
- à noção de *folkway*;
- ao facto de mesmo nas sociedades mais arcaicas, o tecido social ser percorrido por uma enorme variedade de *folkways*.

A vida em grupo tem conduzido, realmente, ao desenvolvimento de regras e procedimentos que, espelhando os valores aceites, concorrem para a satisfação das necessidades da colectividade, afastando-a de um estado *selvagem*.

Em todos os tempos e lugares a vida social tem, na verdade, suscitado crenças, criado normas, idealizado valores, encontrado soluções organizativas e institucionais, inventado instrumentos de trabalho, desenvolvido capacidades, aperfeiçoado habilidades, produzido obras artísticas, técnicas, literárias, etc., que a caracterizam e lhe conferem originalidade. Numa palavra, a vida em grupo é uma vida em estado de cultura, isto é, cada sociedade exprime-se e realiza-se através de uma cultura.

De certo modo deixámos já antever uma das noções mais comumente aceites de cultura e que nós, de resto, partilhamos: conjunto complexo e articulado de normas, crenças e valores, que condicionam o horizonte espiritual do homem, bem como as realizações técnicas do grupo, que conferem a cada sociedade o seu aspecto original. Cultura é, pois, um fenómeno onde todos os membros do grupo têm lugar, isto é, um fenómeno partilhado, que concede a cada um, uma semelhança básica, que os distingue dos membros de outro grupo, necessariamente, portadores de outra cultura.

De modo simplificado, pode dizer-se que a cultura representa a expressão de um grupo e concretiza tudo o que é socialmente aprendido e partilhado pelos membros desse grupo.

## texto n.º 5

### A CULTURA COMO UM REFERENCIAL SOCIOLÓGICO

"(...) Vemos que a noção de *cultura* se encontra então associada a uma determinada sociedade identificável (...).

Numa tentativa de alcançar a imagem mais exacta do homem, a primeira ideia a ter em conta é que a cultura deve ser vista não só como resultando de complexos, padrões, comportamentos — costumes, usos, tradições, hábitos — mas também como um conjunto de mecanismos de controlo — planos, regras, instruções — para orientar o comportamento. Outro aspecto a considerar é o facto de o homem estar dependente de tais mecanismos de controlo extragenéticos para ordenar a sua conduta.

A partir destes conceitos e do papel da cultura na vivência humana, surge uma definição do homem que enfatiza, não o empirismo do seu comportamento, mas prioritariamente os mecanismos cuja amplitude e indeterminação das suas capacidades são reduzidos à especificidade das suas realizações.

Ao examinarmos esses mecanismos e estruturas exteriores ao homem, verificaremos que os grupos diferem uns dos outros em suas crenças, valores, comportamentos e formas sociais. Nesta análise, a visão das 'diferenças' através do tempo proporciona a melhor evidência para uma explicação sócio-cultural das dissimilaridades do homem, em oposição a uma explicação psicológica.

De qualquer modo, o homem, seja ele de que grupo e nível for, é um ser não só social, mas também essencialmente cultural. Pela própria constituição do seu espírito, organiza necessariamente todo o seu mundo mental; o seu sistema de vida e de relação, e o seu apetrechamento material para o trabalho e a luta pela sobrevivência e, até mesmo, grande número de dados naturais e funções fisiológicas, segundo regras fixadas de uma forma peculiar dentro do seu grupo e transmitidas de geração a geração. Daí que a maioria dos indivíduos que nascem em qualquer sociedade adoptem o comportamento ditado pelo grupo em que vivem. Tal facto é interpretado pela ideia que as pessoas são moldadas segundo a forma que a respectiva cultura lhes dá, em virtude da maleabilidade dos seus dotes tradicionais. O modelo de conduta baseado na cultura aceite e estabelecida numa dada sociedade é adquirido quase espontaneamente por cada um dos seus membros. Constitui como que um sistema de referência que modela os comportamentos e hierarquiza os juízos (de valor) em função dos valores que nele são privilegiados."

Augusto Mesquita Lima, Benito Martínez, João Lopes Filho,  
*Introdução à Antropologia Cultural*

### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

O texto sugere-nos que:

- a cultura não é um amontoado de normas, crenças, valores, técnicas, etc., antes corresponde a um sistema organizado de comportamentos;
- grupos diferentes possuem crenças, normas, valores, etc., diferentes;
- o homem é, não só um ser social mas também um ser cultural;
- o homem, ao ser um ser social, é um ser cultural;
- cada indivíduo adquire, quase de forma inconsciente e espontânea, a cultura do grupo a que pertence e age em função dela;
- não há culturas superiores ou inferiores, mas diferentes.

### 2.3.2. Elementos da cultura

O conceito de cultura atrás apresentado, mostra que a cultura compreende traços ou elementos de duas ordens: espiritual e material.

Os elementos espirituais compreendem as ideias, crenças, normas, valores, usos, costumes, do grupo. Neste conjunto, revestem-se de especial importância os valores, já que toda a vivência colectiva se realiza e se ajuíza em função deles. As ideias de bem e de mal; de justiça, de beleza, de bondade, de liberdade, etc., condicionam, efectivamente, a actividade dos homens.

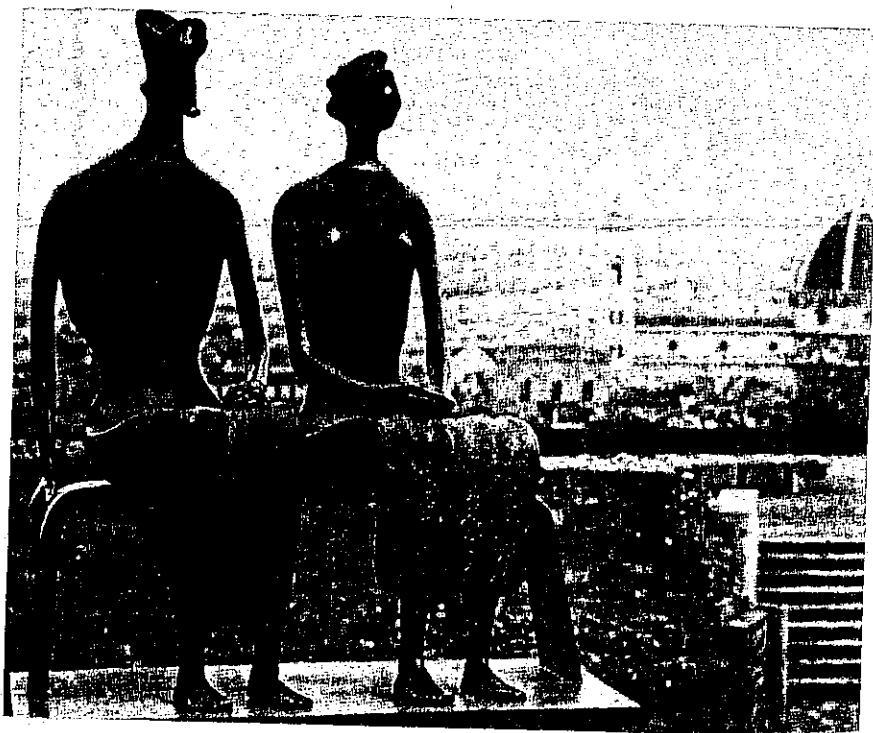
Por seu turno, os elementos materiais de uma cultura abarcam as obras realizadas, as técnicas, os instrumentos de trabalho, etc., do grupo, que não só lhe permitem exercer o necessário domínio da Natureza como exprimem o universo espiritual dos homens. Os elementos materiais relacionam-se, assim, de forma directa, com o ambiente que rodeia o grupo, pois reflectem a luta dos homens pela sua sobrevivência. Os homens adaptam-se à Natureza, no sentido de a colocar ao seu serviço.

Naturalmente, como parte integrante da cultura, os elementos espirituais e materiais não têm existência separada, antes interagem dialecticamente, produzindo a cultura.

O peso dos elementos espirituais nos materiais é indubitável, uma vez que eles condicionam o comportamento dos homens, em todos os domínios. Assim, e a título ilustrativo, são os elementos espirituais que proibem uns povos de comer a vaca, porque sagrada, que impedem outros de se dedicar à usura, que formentam, noutros, hábitos de higiene, que justificam, noutros ainda, o canibalismo, etc.

Por seu turno, os traços materiais condicionam, de forma directa, os elementos espirituais da cultura. Esta influência é bem visível nas situações de ruptura histórica, de mudança social.

De facto, a inovação tecnológica, ao conceder aos homens um maior domínio sobre a Natureza, por exemplo, acarreta alterações, por vezes radicais, nas ideias e nos valores sociais. Assim aconteceu, nomeadamente, com os valores morais, religiosos, económicos, políticos, da época medieval que se alteraram, radicalmente, em consonância com a ascensão política e económica da burguesia e com as novas capacidades de produção permitidas pela Revolução Industrial, dos séculos XVIII e XIX. O mesmo acontece, actualmente, com os meios de comunicação que põem em contacto povos com culturas bem diferentes, com a produção em série, que exige novas formas de repartição e de consumo, com a informatização, que cria novas formas de relacionamento, normas e valores, etc.



### 2.3.3. O homem como produtor/produto da cultura

Ao nascer, a criança é um ser não cultural. Todavia, muito rapidamente ela vai-se apercebendo das maneiras de agir e de pensar no grupo tornando-as, também, suas.

Desta forma a criança, à medida que cresce, transforma-se num indivíduo daquele grupo, isto é, condicionado pelos valores e normas do seu grupo, adquire os seus modelos de comportamento.

Os homens surgem-nos, assim, como o produto de uma cultura. A cultura encontra-se em cada um de nós e, cada um de nós encontra-se, por sua vez, integrado num certo tipo de organização social.

De notar, todavia, que a cultura do grupo se adquiriu pela aprendizagem e prática social e não por qualquer mecanismo biogenético. Efectivamente, a cultura impõe-se do exterior ao novo indivíduo que a recebe por herança. A cultura transmite-se, assim, por herança, como se se tratasse de qualquer bem patrimonial.

## texto n.º 6

### A HERANÇA DA CRIANÇA

“Não há ninguém que veja o mundo com uma visão pura de preconceitos. Vê-o, sim, com o espírito condicionado por um conjunto definido de costumes, e instituições, e modos de pensar. Nem mesmo nas suas concepções filosóficas ele consegue subtrair-se a esses estereótipos: até os seus conceitos do verdadeiro e do falso são ainda referidos aos seus particulares costumes tradicionais. John Dewey disse perfeitamente a sério que o papel desempenhado pelo costume no moldar do comportamento do indivíduo, comparado com qualquer maneira por que este possa afectar o costume tradicional, está na mesma proporção que a totalidade do vocabulário da sua língua materna comparada com os termos da sua linguagem infantil adoptados no vernáculo da família. Quando se estudam a sério ordens sociais que se puderam desenvolver autonomamente, aquela compração não é mais que uma exacta observação do facto.

A história da vida individual de cada pessoa é acima de tudo uma acomodação aos padrões de forma e de medida tradicionalmente transmitidos na sua comunidade de geração para geração. Desde que o indivíduo vem ao mundo, os costumes do ambiente em que nasceu moldam a sua experiência dos factos e a sua conduta. Quando começa a falar, ele é o frutozinho da sua cultura, e quando crescido e capaz de tomar parte nas actividades desta, os hábitos dela são os seus hábitos, as crenças dela, as suas crenças, as incapacidades dela, as suas incapacidades. Todo aquele que nasça no seu grupo, delas partilhará com ele, e todo aquele que nasça num grupo do lado oposto do globo adquirirá a milésima parte dessa herança. Nenhum outro problema social nos cabe mais forçosamente conhecer do que este do papel que o costume desempenha na formação do indivíduo. Enquanto não pudermos compreender as suas leis e as suas variedades, os principais factos que complicam a vida humana continuarão a ser para nós ininteligíveis.”

Ruth Benedict, *Padrões de Cultura*



## PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

A análise do texto acima conduz a nossa atenção para:

- a importância do costume no comportamento do homem;
- o carácter patrimonial de que se reveste a cultura;
- a adequação do comportamento da criança aos estereótipos do grupo;
- o facto de um indivíduo dificilmente assimilar a cultura de um grupo que lhe é exterior.

Por outro lado, uma vez que a cultura é um fenómeno participado, concretizando a forma de expressão e de realização de um grupo, cada geração dá-lhe o seu contributo, ao encontrar novas normas e valores, ao inventar novas formas de relacionamento ou de realização técnica, etc.

Assim, à semelhança do conhecimento, também a cultura é cumulativa. Cada geração recebe a cultura como um património que herda e, simultaneamente, trabalha-a, acrescenta-lhe as suas contribuições. Neste dinamismo assenta, afinal, a mudança que a cultura de um grupo vai conhecendo ao longo dos séculos.

Porque o indivíduo pode alterar a cultura, ele surge, então, não só como portador, mas também como produtor da cultura, indo, também ele, transmiti-la, por herança, às gerações vindouras. De registar que a cultura não só se transforma, evoluindo, como pode, também, desaparecer. Na verdade, o desaparecimento físico de um povo conduzirá, também, ao desaparecimento da sua cultura.

Curiosamente, é na herança cultural, isto é, na transmissão da cultura através de processos e mecanismos não biológicos, e no carácter cumulativo da cultura que nós vamos encontrar as grandes diferenças entre as sociedades humana e animal. O homem surge como o único ser que é, não só um ser social, mas também um ser cultural. É da interacção do indivíduo com a sociedade e a cultura, que resultam a generalidade dos modelos de comportamento que, em todos os tempos e lugares, têm configurado os comportamentos dos homens.



## texto n.º 7

### O HOMEM COMO PRODUTOR/PRODUTO DA CULTURA

*“O homem não surge apenas na natureza. Surge também num mundo artificial, criado ao longo do tempo pela inteligência, pela sensibilidade, pela convivência, pelo costume, pela acção. Esse mundo é o mundo da cultura, sedimentado em instituições políticas, em igrejas, em ritos religiosos, em preceitos e sistemas de moralidade, em tradições e folclore, em correntes musicais e obras literárias, em doutrinas filosóficas e estéticas. Este mundo é aberto e dinâmico. Reforma-se de época para época, segundo outros esquemas, outros valores, outros ideais. A cultura é um património que se herda e se acrescenta. Cada geração imprime o seu contributo.*

*Podemos portanto concluir que todas as estruturas culturais são obra humana. Respondem a exigências de adaptação e revelam inconformismo com o estabelecido.*

*O homem projecta-se criando. Estabelece condições para a sua própria evolução, quer no plano pessoal, quer no plano colectivo. Produz a cultura, mas é também produzido por ela. O progresso forja-se nesta dialéctica, no movimento que leva da acção ao saber e do saber à acção.”*

Maria Luísa Guerra, Temas de Filosofia

### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

*Este pequeno texto, simples e conciso, é bem elucidativo da nossa preocupação fundamental: tornar clara esta duplicidade que consiste em sermos, simultaneamente, produtos e produtores de cultura.*

*Surgimos num mundo já inventado, aceitamo-lo, mas não nos conformamos. Cada um de nós dá o seu contributo para a sua transformação/reinvenção. Um mundo novo é dado, em cada dia, às novas gerações.*

#### 2.3.4. Padrões de cultura

Dado o carácter exclusivo da cultura, isto é, uma vez que cada grupo engendra a sua cultura, é natural que cada sociedade possua os seus padrões culturais, tipos formais ou categóricos de comportamento individual e colectivo, que condicionam, explicam e explicitam as atitudes no e do grupo.

Deste modo, a compreensão dos comportamentos humanos exige o conhecimento dos seus padrões de cultura. Tal conhecimento permite-nos entender a razão e a imprescindibilidade de certos comportamentos que, de outro modo, nos pareceriam esquisitos ou aberrantes.

Os padrões de cultura funcionam, pois, como o código que torna inteligível o fenómeno social que acontece nos diferentes grupos. Porque os grupos reagem de formas determinadas, culturais, aos estímulos que lhes são propostos, pode-se concluir da multiplicidade de culturas e, concomitantemente, de padrões de cultura.

A cultura surge, pois, como um dado fluido e relativo. Não há cultura, mas culturas.

O desconhecimento, ou não compreensão, deste relativismo cultural, tem impedido que, ao longo da história, alguns grupos aceitem a existência de

outros, para além do deles — o seu grupo é único, é superior. Este etnocentrismo cultural, característico dos grupos fechados, tem pois, justificado e determinado o aparecimento de inúmeros comportamentos e conceitos nefastos, nomeadamente os da pureza e superioridade rácicas.

A cultura do homem branco, por exemplo, está eivada de preconceitos raciais, resultados imediatos do etnocentrismo cultural europeu dos últimos séculos. Ao longo do processo expansionista europeu, a intolerância dos brancos perante outros povos e culturas, obrigou homens de outras paragens a assimilar a cultura branca, sob pena de extermínio.

Curiosamente, o etnocentrismo cultural não tem sido um exclusivo da raça branca. Exclusivo nosso, tem sido, isso sim, o grau de intolerância que nos tem impedido de aceitar e compreender outros homens, que vivem uma cultura própria, diferente. Como nos ensina Ruth Benedict: "(...) Um grande número de nomes de tribos comumente lesados, Zuni, Déné, Kiowa, e outros, são nomes por meio dos quais povos primitivos se reconhecem a si próprios, e são os termos nativos que designam 'seres humanos', isto é, eles próprios. Fora do grupo fechado não há seres humanos (...) "(7).



## texto n.º 8

### PRECONCEITOS DE RAÇA

"(...) O estudo de culturas diferentes tem ainda outro alcance muito importante sobre o pensamento e o comportamento de hoje em dia. A vida moderna pôs muitas civilizações em contacto íntimo, e no momento presente a reacção

(7) Ruth Benedict, *Padrões de Cultura*, edição Livros do Brasil, Lisboa.

dominante a esta situação é o nacionalismo e o snobismo racial. Nunca, mais do que hoje, a civilização teve necessidade de indivíduos bem conscientes do sentido de cultura, capazes de verem objectivamente o comportamento socialmente condicionado de outros povos sem temor e sem recriminação.

Desdém pelo estrangeiro não é a única solução possível no nosso actual contacto de raças e nacionalidades; esta nem sequer é uma solução cientificamente alicerçada. A tradicional intolerância anglo-saxónica é uma feição cultural, local e temporal como qualquer outra. Mesmo um povo tão aproximadamente do mesmo sangue e da mesma cultura como o espanhol, dela não sofreu, e o preconceito de raça nos países de colonização espanhola é uma coisa completamente diferente do dos países dominados pela Inglaterra e pelos Estados Unidos. Nestes não se trata evidentemente de uma intolerância dirigida contra a mistura de sangue de raças biologicamente muito distantes, porque ocasionalmente a exaltação é tão grande contra o católico irlandês em Boston, ou o italiano na Nova Inglaterra, como contra o oriental na Califórnia. É a velha distinção entre o grupo de dentro e o grupo de fora, e se neste aspecto continuamos a tradição primitiva, temos muito menos desculpa do que as tribos selvagens. Nós viajamos, orgulhamo-nos das nossas vistas desempoeiradas. Mas não conseguimos compreender a relatividade dos hábitos culturais, e continuamos privados de muito proveito e de muito prazer nas nossas relações humanas com povos de diferentes tipos de cultura, e a não ser dignos de confiança nas nossas relações com eles.

O reconhecimento da base cultural do preconceito de raça é hoje uma necessidade desesperada da civilização Ocidental. Chegámos a um ponto em que alimentamos preconceitos de raça contra os nossos irmãos de sangue, os Irlandeses, e em que a Noruega e a Grécia falam da sua inimizade como se também eles representassem sangues diferentes. A chamada linha racial, durante uma guerra em que a França e a Alemanha se batem em campos opostos, mantém-se para dividir o povo de Baden do da Alsácia, ainda que somaticamente ambos pertençam à mesma sub-raça alpina. Numa época de movimentos sem embaraços e de casamentos mistos na ascendência dos elementos mais desejáveis da comunidade pregamos, sem corar de vergonha, o evangelho da raça pura."

Ruth Benedict, *Padrões de Cultura*

### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

Texto extraordinariamente rico, este que nos exige cuidada reflexão. Descodificá-lo é, de certo modo, entender:

- a dificuldade que nos é, ainda, inerente, de ultrapassar a oposição nós/eles;
- o egocentrismo subjacente às nossas análises culturais;
- o facto de ainda hoje nós aceitarmos que os brancos constituem um grupo fechado, com instituições religiosas, políticas, económicas, etc., únicas, infinitamente superiores às instituições similares de outros povos;
- a circunstância de nós, os brancos, só conhecermos outros povos depois de europeizados. Este facto é tanto mais controverso quanto é verdade que nem só os brancos conheceram enorme expansão cultural e territorial;
- a desarticulação a que foram sujeitos padrões culturais próprios dos povos ditos "inferiores" em virtude do seu contacto com a raça e a cultura brancas;

- a importância de certos factores na caracterização dos grupos fechados, nomeadamente os religiosos;
- o modo como o fenómeno rácico pode conduzir, até, a preconceitos contra os nossos próprios "irmãos de sangue";
- a necessidade de reflexão sobre estas questões, no sentido de nos realzarmos, de facto, como homens.

## VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

1. " (...) Uma sociedade é uma totalidade, cujos indivíduos vivem em contacto e interdependência mútua, e cujas partes são interdependentes. (...) "

Max Weber, *Introdução à Sociologia*

1.1. Por que os mesmos indivíduos, em condições semelhantes, não se comportam da mesma maneira em todas as situações? Como justificar as diferenças?

1.2. Refira a importância da "complementaridade" na sociedade humana.

1.3. Os comportamentos variam segundo o contexto social. Como explicar a existência de um grupo social, tal como o conhecemos?

1.4. Poderá a ilar na opinião individual ser afectada? Como afeta a sua resposta?

1.5. " (...) As diferenças culturais que tornam diferentes os homens. " Conteúdo da aprendizagem.

2. "A anomia em geral significa uma condição social na qual a norma ou o padrão normativo é fraco. " David Rieser, *Introdução à Sociologia*

David Rieser, *Introdução à Sociologia*

2.1. Caracterize o comportamento do indivíduo.

2.2. Justifique o desenvolvimento cultural da humanidade (Bodan).

2.3. Conteúdo da aprendizagem: David Rieser, *Introdução à Sociologia*

2.4. Refira a importância da aprendizagem para a cultura humana.

Refira a importância da aprendizagem para a cultura humana.

3. " (...) Hoje, na nossa civilização, mais humanizada, há mais de cinquenta milhões de crianças selvagens. Mas o racismo mata com igual clareza de qualquer acto de adopção de uma criança em outra raça ou cultura. Uma criança oriental adoptada por uma família ocidental, aprende inglês, revela para os seus pais adoptivos as atitudes comuns entre as crianças com quem brinca, e encarna-se separa as mesmas proibições que elas escolhem. (...) "

Guilherme de Laet, *de Guilher*

3.1. Mostre, a partir do texto, que a cultura não é um dado biológico.

3.2. De uma noção de cultura.

3.3. Apresente as principais diferenças entre as sociedades humanas e as sociedades animais.

3.4. " (...) No se nasce cultural. O indivíduo torna-se. " Conteúdo da aprendizagem.

3.5. Mostre, à luz das ideias contidas no texto, como os preconceitos raciais não constituem uma barreira posicionamento na família dos fenómenos socioculturais.

Mostre, à luz das ideias contidas no texto, como os preconceitos raciais não constituem uma barreira posicionamento na família dos fenómenos socioculturais.

Mostre, à luz das ideias contidas no texto, como os preconceitos raciais não constituem uma barreira posicionamento na família dos fenómenos socioculturais.

Mostre, à luz das ideias contidas no texto, como os preconceitos raciais não constituem uma barreira posicionamento na família dos fenómenos socioculturais.

Mostre, à luz das ideias contidas no texto, como os preconceitos raciais não constituem uma barreira posicionamento na família dos fenómenos socioculturais.

Mostre, à luz das ideias contidas no texto, como os preconceitos raciais não constituem uma barreira posicionamento na família dos fenómenos socioculturais.

Mostre, à luz das ideias contidas no texto, como os preconceitos raciais não constituem uma barreira posicionamento na família dos fenómenos socioculturais.

Mostre, à luz das ideias contidas no texto, como os preconceitos raciais não constituem uma barreira posicionamento na família dos fenómenos socioculturais.

## 3. SOCIALIZAÇÃO

### 3.1. NOÇÃO E PROCESSO DE SOCIALIZAÇÃO

#### 3.1.1. Noção de socialização

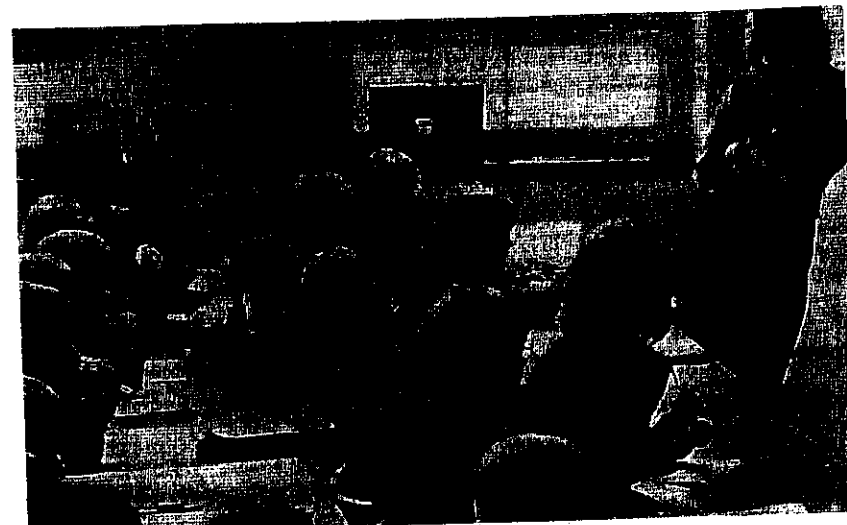
Quando nasce, a criança é apenas um organismo biológico, preocupada com seu bem-estar físico.

Apesar de já trazer os genes necessários ao ser humano, a criança ao nascer, é, ainda, um ser culturalmente em branco.

A medida que toma contacto com o ambiente grupal que a rodeia, a criança torna-se, rapidamente, num ser cultural. Efectivamente, a criança vai tomando consciência do que lhe é exterior, repetindo e imitando atitudes e comportamentos que descobre nos outros indivíduos, inicialmente nos seus familiares.

Gradualmente, a criança vai assimilando valores e normas, adoptando atitudes e comportamentos, aprendendo técnicas e práticas, ultrapassando a sua fase biológica.

Esta regulação de comportamentos pelos padrões de conduta do grupo mostra que o comportamento individual não é instintivo, antes resulta de um processo de aprendizagem.



A medida que interage com os restantes elementos do grupo, cada indivíduo assimila a cultura que lhe é legada, tornando-se um ser cultural. Como nos diz Peter Worsley: *"O homem é homem porque partilha com outros uma cultura comum, uma cultura que inclui não só os elementos da sua geração como também os das gerações passadas e aqueles que ainda não nasceram."*<sup>(1)</sup>

As decisões e comportamentos individuais não são, pois, irregulares e totalmente subjectivos, desajustados do respectivo contexto cultural, antes se adaptam às regras que partilhamos com os nossos pares. Aliás, é esta adaptação que torna previsível os nossos comportamentos pelos restantes membros do grupo.

Esta adequação de comportamentos, tantas vezes inconsciente, resulta da interiorização que cada um faz das normas e valores do grupo, através de um processo de aprendizagem denominado socialização.

A interiorização daqueles modelos de comportamento não obriga, todavia, ao seu efectivo cumprimento. A multiplicidade de comportamentos desviantes é disso exemplo. Todavia, as sanções éticas, morais e físicas que recaem sobre o infractor, bem como o sentimento desagradável de se estar a fazer "o que não é certo" dificultam ou impedem, o desvio à norma.

Assim sendo, a nossa liberdade de agir não é absoluta, pois a integração e aceitação sociais exigem que acatemos os modelos formais do grupo. O nosso comportamento, ainda que livre é, no entanto, limitado e constrangido pelos limites impostos pelo grupo.

A socialização surge, assim, como um processo de integração que motiva o desenvolvimento da cooperação e da solidariedade entre os membros do grupo, permitindo a sobrevivência do próprio grupo. No dizer de Peter Worsley: *"(...) Entenda-se por socialização a dinâmica da transmissão de cultura, o processo pelo qual os homens aprendem as regras e as práticas dos grupos sociais. A socialização é um dos aspectos de toda e qualquer actividade em toda a sociedade humana. Tal como aprendemos um jogo, jogando-o, também aprendemos a viver, vivendo. Somos socializados através das próprias actividades em que participamos (...)"*<sup>(2)</sup>.

## texto n.º 9

### SOCIALIZAÇÃO: O QUE É?

"O comportamento humano tem pouco de instintivo. O comportamento humano é, antes, um comportamento que se *aprende*. O tipo de aptidões e de conhecimentos de que o homem carece para a sua sobrevivência e desenvolvimento são adquiridos simultaneamente por interacção e por comunicação com outros homens na sociedade e pela transmissão da cultura, material e imaterial, ao longo das gerações. O homem é homem porque partilha com outros homens uma cultura comum, uma cultura que inclui não só os elementos da sua geração como também os das gerações passadas e aqueles que ainda não nasceram."

Peter Worsley, *Introdução à Sociologia*

(1) Peter Worsley, *Introdução à Sociologia*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1976.

(2) Peter Worsley, obra citada.

### 3.1.2. Processo de socialização: o tempo e os agentes de socialização

Naturalmente, a socialização não é um processo que se inicia e termina em certo período. A medida que a criança se torna adulta, vai ingressando em inúmeros grupos onde é solicitada a representar diferentes papéis, em conformidade com o seu estatuto de membro do grupo.

Assim, a nossa integração em grupos, sejam eles desportivos, culturais, religiosos, políticos, laborais, etc., exige que assimilemos novas regras e padrões no sentido de agirmos da maneira certa.

A socialização é, pois, um processo dinâmico e permanente de transmissão de cultura que nunca nos abandona.

Inicialmente a criança socializa-se a partir dos contactos com os familiares. A família surge-nos, portanto, como o primeiro dos agentes de socialização.

A importância do grupo familiar no processo de socialização é indiscutível, dado que a criança vai aprendendo apenas aquilo que os seus familiares realizam, no momento em que se encontra mais permeável à aquisição da cultura. Esta permeabilidade ou abertura à aprendizagem e assimilação de novos conhecimentos nos primeiros anos de vida da criança, deve-se ao facto de a socialização se fazer por via afectiva, revestida, pois, de forte componente emocional, sem que a criança tome consciência dela. Afinal tudo é agradável e naturalmente recebido.

A importância dos primeiros anos de vida na socialização do indivíduo é, assim, indubitável.

Ao sairmos do grupo familiar somos forçados a inserirmo-nos em tantos outros, continuando a nossa aprendizagem.

Desses novos grupos a escola surge, realmente, como o grande agente de socialização. O elevado número de anos que passamos nos bancos escolares e a função própria da escola — ministrar os conhecimentos necessários à transformação da criança num ser "útil" à sociedade —, conferem-lhe esse estatuto de grande agente de socialização.

No mundo de hoje assistimos, entretanto, ao florescimento de outro importante e avassalador agente de socialização: os meios de comunicação de massas. A rádio, a televisão, a imprensa escrita, o cinema, constituem hoje poderosos instrumentos de aprendizagem, uma vez que nos inculcam normas, crenças, valores, modelos de comportamento, etc., isto é, modelam-nos os comportamentos.

A socialização é, assim, um processo dinâmico e permanente. Se é certo que a família funciona, fundamentalmente, na infância, não podemos, contudo, recusar a importância da escola, dos meios de comunicação e de outros agentes na socialização durante toda a nossa vida.

A importância e o papel de cada agente de socialização varia no tempo e de sociedade para sociedade. Daí que a família tenha sido no passado, e talvez ainda hoje o seja, em alguns meios mais atrasados, o agente quase exclusivo de socialização.

## texto n.º 10

### A COMPETIÇÃO ENTRE A FAMÍLIA E OUTROS GRUPOS NA SOCIALIZAÇÃO DA CRIANÇA

"A família já não é o agente central da socialização na nossa sociedade, como o foi noutros tempos e noutras sociedades. Com muito maior importância surgiram, fora do âmbito da unidade doméstica, as instituições especializadas de carácter educativo, e essas instituições não estão, nem nunca estiveram, exclusivamente limitadas a fornecer os necessários conhecimentos técnicos para determinadas profissões ou para desempenhar, na sociedade, diferentes papéis de natureza económica. Mesmo durante o período pré-escolar, a família foi afectada por certos factores que lhe são exteriores. Sem contar com o número cada vez maior de creches pré-escolares e de grupos de recreio, temos ainda o aparecimento do que se pode designar por indústria de orientação e conselhos aos pais, onde se incluem as grandes lojas para mães, as aulas especiais e o grande *best-seller* do Dr. Spock, *Baby and Child Care*. E, além disso, não devemos esquecer os efeitos da televisão ao fornecer modelos de vida e de sociedade que podem estar, eventualmente, em desacordo com aqueles que a família oferece.

Embora, em muitos casos, as funções de socialização da família tenham sido substituídas por outras instituições mais formais, seria errado sugerir que a família e a educação existem como instituições independentes na nossa sociedade. Pelo contrário, grande parte da investigação no campo da sociologia da educação tem demonstrado as inter-relações complexas que existem entre as duas, como acontece quando, para nos servirmos de dois exemplos, a educação leva a segregar da sua família o jovem da classe operária. (...)

Nós não vivemos numa sociedade coerente, perfeitamente uniforme, com um único padrão de vida igualmente válido para todos os seus membros, nem vivemos de facto numa sociedade (de tipo feudal ou de castas) onde existem grupos sociais diferenciados e descontínuos nos quais se nasce e permanece para o resto da vida. Numa sociedade tão móvel e pluralista como é a nossa, existem realmente modelos alternativos, diferentes daqueles em que se foi criado, mas nem todos têm as mesmas oportunidades de aproveitar essas alternativas."

Peter Worsley, *Introdução à Sociologia*

### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

*De facto, a importância da socialização feita pela família, está em franco declínio. A sociedade industrial contemporânea, pelas exigências e solicitações que apresenta aos seus membros, impede a família de ter a disponibilidade necessária para cumprir com sucesso o seu papel tradicional de agente socializador por excelência.*

O texto de Peter Worsley dá-nos a conhecer:

- a existência nos nossos dias, de outros grupos especializados na socialização da criança;
- a coexistência da família e de outros grupos como agentes socializadores e a possibilidade de conflito entre eles;
- a relação de complementaridade ou antagonismo entre a família e a escola numa sociedade estratificada.

## texto n.º 11

### O TEMPO DA SOCIALIZAÇÃO. AGENTES DE SOCIALIZAÇÃO

"(...) Considerada sob este ponto de vista, a socialização é portanto um *aprendizado* que tem por carácter, ser perpétuo. Com efeito, é quotidianamente que o homem aprende a conhecer as ideias, normas e valores dos grupos e da sociedade global, no seio dos quais se lhe desenrola a existência e que ele traduz em comportamentos mais ou menos conformes. (...)

(...) Tal *aprendizado* é particularmente marcado e intensivo na *infância* e faz-se então no seio da *comunidade familiar*, primeiro agente de socialização. Nessa idade da vida, a mais maleável, a mais receptiva e a mais reactiva também, a socialização é de soberana importância, já preparada aliás pelo meio familiar, os seus valores e seu estilo de vida. (...)

(...) No seu conjunto, este processo é de natureza emocional e, em grande parte, inconsciente. Realiza-se por e nas relações que a criança estabelece e mantém com a mãe, o pai, os irmãos, os avós e todos aqueles que gravitam em torno do círculo familiar. (...)

(...) Nas sociedades primitivas, esta fase terminava pelo rito da passagem da criança ao estado adulto, quer dizer, ao estado de membro em parte inteira da comunidade (...). Hoje, o processo de socialização é muito mais cedo e, muito cedo, a família deixa de ser o único agente (...). Outros juntam-se a ela, tomam-lhe o lugar, completam-na ou mesmo substituem-na e, muito particularmente, a *escola*, agente público e oficial de socialização, assim como os *diversos grupos de ócios ou outros* aos quais a criança pertence, desde que começa a transpor e a libertar-se do círculo familiar. (...)

(...) Um terceiro agente de socialização acaba de fazer o seu aparecimento: os meios de comunicação ditos de massas que, pela televisão, começam a respectiva acção no próprio seio da família e desde a mais tenra idade. (...)

(...) A socialização não termina, porém, com a entrada na idade adulta. Nas sociedades modernas, em transformação incessante, verifica-se um processo permanente. (...) Aquela permanência da socialização observa-se nas duas fases da vida que se seguem à adolescência:

- na idade da vida activa, a sociedade exige dos membros que se mantenham ao corrente da sua evolução e da evolução dos meios e técnicas de produção; daí, o nascimento duma nova ideia da escola que exercerá a sua função, durante todo o tempo da vida activa; é a formação permanente;
- na idade da velhice. Na altura da reforma, a pessoa deve readaptar-se à sociedade, descobrir novas maneiras de se inserir nesta, a fim de não cair na solidão."

Jean Golfin, *Vocabulário Essencial da Sociologia*

### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

Reconheça-se no texto de Jean Golfin:

- o significado do termo "socialização";
- a socialização como processo de aprendizagem;
- os diversos agentes de socialização;
- a importância de cada agente de socialização e respectivo "timing";
- a dinâmica do processo de transmissão cultural que é a socialização.

## 3.2. TIPOS DE AGRUPAMENTOS. OS GRUPOS

### 3.2.1. Colectividades estruturadas e não estruturadas

Quando esperamos pela chegada de qualquer transporte público, quando presenciamos um desafio desportivo, quando nos reunimos com os nossos colegas para o trabalho, quando participamos numa cerimónia religiosa ou, simplesmente, quando nos reunimos com a nossa família para as refeições, estamos, naturalmente, a viver situações diferentes que correspondem a determinadas formas de agrupamento.

No entanto, nem todos os agrupamentos ou colectividades de que fazemos parte têm as mesmas características ou servem os mesmos fins. De facto, poderemos distingui-los, por exemplo, em função da sua estrutura.

Vamos, então, referir os agrupamentos em que os seus membros se encontram ligados por laços suficientemente definidos, gozando assim de um estatuto particular bem identificado. Essa posição que cada indivíduo ocupa no agrupamento deriva, necessariamente, das funções que desempenha e do cargo que nele ocupa. Tendo em vista que o agrupamento se constituiu com uma determinada finalidade, a posição que cada indivíduo nele ocupa deriva da necessidade de executar tarefas específicas, tendentes à consecução dos objectivos próprios do agrupamento.

Assim, ao conjunto das diferentes posições ocupadas pelos membros das colectividades corresponderá uma autêntica ordenação onde as partes e o todo se devem ajustar. Estamos, então, na presença de uma estrutura.

Quando detectarmos esta estrutura nos agrupamentos, teremos encontrado um grupo.

Grupo será, pois, uma colectividade estruturada, sendo exemplo de grupos a família, a fábrica, a escola, o governo, a colectividade desportiva do nosso bairro, etc.

Logicamente, quando não for possível encontrar a referida ordenação ou estrutura, teremos apenas colectividades não estruturadas.

O conjunto de pessoas que, na rua, se reúne à volta de um acidente de trânsito, ou as pessoas que esperam o autocarro, são disso exemplos. Nestes agrupamentos, embora seja possível identificar a razão da proximidade física dos indivíduos, não há entre eles qualquer tipo de ordenação social.



## texto n.º 12 ✓

### O GRUPO É UM SISTEMA DE INTERACÇÃO SOCIAL

"Querendo fazer uma distinção terminológica, poderíamos usar a palavra 'grupo' para indicar os membros como agregado de pessoas e a palavra 'sistema social' para indicar o sistema de interacção, abstraído dos sistemas globais de acção dos vários membros. Não nos preocuparemos excessivamente em usar esta distinção com coerência, mas não devemos nunca esquecer que em sociologia nos interessamos pelos seres humanos só enquanto participam em sistemas de interacção social. Como veremos, este ponto de vista torna algumas coisas concernentes aos seres humanos mais directamente relevantes que outras.

Num certo sentido, um grupo é formado de pessoas. Isto parece óbvio: todavia, em sentido estrito, um grupo é formado por certas pessoas *na sua qualidade de membros*. Cada um destes membros é também membro de muitos outros grupos; assim, um jogador de futebol pertence também a uma família, a uma associação estudantil, a uma igreja, a uma escola; é um óptimo cidadão (membro de um Estado); trabalha na cantina do colégio e é por isso membro de um grupo de trabalho; mantém muitas amizades; 'namorando' com uma jovem que faz parte de uma das principais associações universitárias femininas, é membro de um grupo de duas pessoas, que considera bastante importante. A sua acção em todos estes outros grupos não entra no facto de pertencer à equipa de futebol.

Naturalmente o jogador é uma personalidade mais ou menos bem integrada e os seus vários compromissos influenciam-se reciprocamente; por exemplo, se passa a noite até muito tarde dançando com a 'rainha' da associação feminina, o seu treino de futebol do dia seguinte pode ressentir-se. Não obstante, as acções que realiza no baile não fazem parte do sistema de interacção da equipa. A esta luz, um grupo é uma abstracção. É formado por parte dos sistemas de acção dos seus membros."

H. M. Johnson, *Tratado de Sociologia*

### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

Da leitura do texto de H. M. Johnson deveremos concluir que:

- um grupo não é só um conjunto de pessoas;
- todo o grupo é um sistema de interacção social;
- todo o indivíduo desenvolve sistemas de acção, pelo facto de pertencer a vários grupos;
- no sentido atrás referido, um grupo é formado por parte dos sistemas de acção dos seus membros.



### 3.2.2. Os grupos como colectividades estruturadas

#### CARACTERIZAÇÃO DOS GRUPOS. ALGUMAS CLASSIFICAÇÕES

Já que os grupos constituem uma forma de agrupamento essencial à nossa vida, vamos referir algumas das suas características mais importantes.

Qualquer que seja o grupo considerado, isto é, o conjunto de pessoas que se reúnem com objectivos específicos a atingir, encontramos sempre subjacente à sua actuação determinados valores que orientam as respectivas condutas e definem a sua linguagem.

Para melhor compreensão do que acabámos de referir, vejamos um exemplo. Um partido político é certamente um grupo, pois nele pode ser identificado um objectivo e uma estrutura. Este grupo constituiu-se com um objectivo — liderar a movimentação política de um conjunto de pessoas que aceita, simpatiza ou perfolha certos princípios filosóficos, sociais e políticos.

Identificada a finalidade do agrupamento, constata-se que, para a consecução dos seus objectivos, é necessário que os seus membros se organizem, definam projectos, preparem estratégias, enfim, actuem racionalmente. Para tal, será conveniente que a organização dos esforços humanos seja funcional. Isto é, a cada membro do partido deverá ser atribuída uma determinada tarefa específica. É da conjugação dos esforços individuais que a actuação conjunta resultará.

Desta necessidade de organização sobressairá uma ordenação do conjunto dos elementos que constituem o partido. Cada um tem o seu lugar e relaciona-se com os demais elementos através de laços bem definidos. Encontrámos a estrutura do grupo.

Mas um grupo também tem uma linguagem ou um código para as suas comunicações. É simples identificar e distinguir a linguagem de um partido vulgarmente designado 'de esquerda' da de um partido 'de direita'. O público para o qual se dirigem as suas mensagens e os elementos que integram o grupo têm características culturais semelhantes, baseadas no respeito e partilha de determinados valores comuns. Esta identidade cultural manifesta-se, pois, na adopção de atitudes e comportamentos, nomeadamente, a linguagem.

## texto n.º 13

### GRUPO É UMA UNIDADE COLECTIVA

"Os membros de um grupo partilham as características culturais comuns necessárias ao estabelecimento da comunicação." Georges Gurvitch define o grupo como "uma unidade colectiva real, mas parcial, directamente observável e fundada em atitudes colectivas contínuas, tendo uma tarefa comum a realizar, unidades de atitudes, de obras e de condutas que constitui um quadro social estruturável, tendendo para uma coesão relativa das manifestações da sociabilidade".

G. Gurvitch, *Tratado de Sociologia*, Tomo I

## texto n.º 14

### ELEMENTOS CARACTERIZADORES DOS GRUPOS

"Mais simplesmente, pode-se ainda definir o grupo como um conjunto de seres humanos em relações recíprocas. Todos os grupos, seja qual for o seu tamanho, se compõem de indivíduos que têm em comum:

- relações, comunicações
- interacções
- uma organização
- interesses
- uma finalidade
- valores e normas
- uma linguagem
- além disso, o grupo supõe uma certa duração, mensurável num período de tempo."

Michel Cornaton, *Groupes et Société*

### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DOS TEXTOS

Baseada na identidade cultural que lhe serve de suporte, Gurvitch diz-nos que todo o grupo se caracteriza por:

- um substrato cultural que permite a unidade da colectividade;
- atitudes colectivas;
- atitudes contínuas e actantes;
- objectivos a atingir, de acordo com a identidade cultural do grupo, isto é, "unidades de atitudes, de obras e de condutas".

No mesmo sentido se pronunciou Michel Cornaton já que, na listagem que faz das características de qualquer grupo, inclui valores e normas de comportamento que, por sua vez, irão determinar os restantes elementos por ele referidos.

### CLASSIFICAÇÃO DOS GRUPOS

Os grupos podem classificar-se de acordo com critérios vários.

Se os considerarmos quanto à sua função social, encontraremos o grupo familiar, com o seu trabalho de socialização; o grupo económico<sup>(3)</sup>, ou fábrica, executando a sua função produtiva indispensável; o grupo político, cujo objectivo é a condução de indivíduos para a edificação de determinado modelo de sociedade; o grupo religioso, que chama a si a missão espiritual, ou o grupo recreativo que, ao fomentar actividades culturais e desportivas, desenvolve nos indivíduos os ideais helénicos de "mente sã em corpo sã", etc.

(3) Não devemos considerar a expressão "grupo económico" no seu sentido técnico-económico, ou seja, reunião de empresas cuja gestão se encontra sujeita a um centro de decisão. Ex.: Grupo Rockefeller.



Outra classificação igualmente importante é a que divide os grupos em primários e secundários.

É aceite pela generalidade dos sociólogos que:

- Grupo primário é aquele que, geralmente, é mais restrito, onde o relacionamento entre as pessoas é mais espontâneo e natural, e onde é possível uma perfeita identificação dos valores culturais básicos. O exemplo mais perfeito de grupo primário é, sem dúvida, a família.
- Por oposição, grupo secundário será aquele onde o relacionamento é mais formal sendo, geralmente, formado por maior número de elementos e com finalidades de carácter utilitarista. É o caso da empresa, do grupo político, ou do grupo desportivo, desde que este se destine à competição profissional e não à simples necessidade de relaxamento ou descontração, após um dia de trabalho.

Apesar dos critérios de identificação dos elementos caracterizadores dos grupos serem discutíveis, há um elemento fundamental que nos permite, sem dúvida, distingui-los.

Esse critério identificativo refere-se ao próprio termo que dá o nome aos grupos: primário, é o grupo primeiro, aquele que mais próximo está de nós, em termos cronológicos e afectivos. Por isso, o tipo de relacionamento entre os seus elementos é informal, íntimo, total. É o caso da família.

Quanto aos grupos secundários e, de acordo com o mesmo critério, a sua função é sobretudo, utilitarista, ou interessada. Desse objectivo resulta um tipo de relacionamento frio, formal, impessoal e segmentário. É o caso dos contactos entre os operários numa cadeia de montagem em série.

Resumindo: enquanto que no grupo primário prevalece o afecto como objectivo, no grupo secundário impera a eficácia, ou o sucesso, como finalidade a atingir.

Por isso os grupos primários e secundários referem-se a um tipo de relacionamento e não à importância do grupo. De facto, é tão importante, em termos sociais, a família como a empresa.

Reflectamos agora um pouco sobre a importância de cada um destes tipos de grupos na sociedade actual.

Efectivamente, na comunidade internacional contemporânea predominam os grupos secundários: a fria sociedade anónima, os poderosos monopólios, as gigantescas uniões sindicais e as tentaculares organizações militares intergovernamentais.

É o império da eficácia.

Em termos esquemáticos poderemos distinguir:

Predominam:	Sociedade tradicional	Sociedade industrial
relações	personais	impessoais
contactos	informais	formais, contratuais
relacionamento em geral	tradicional sentimental geral	utilitário realístico especializado

No entanto, e como consequência da secundarização da sociedade actual, tem-se assistido ao desenvolvimento de inúmeros grupos primários exactamente como forma de compensação emocional. A inexistência de vínculos tradicionais e afectivos entre os indivíduos, no seu relacionamento dentro dos grupos secundários, provoca o desenraizamento, a anomia ou, simplesmente, o desequilíbrio emocional. Assim, o grupo de amigos que se reúne depois do trabalho, ou o convívio despreocupado nos fins-de-semana são exemplos da necessidade de reencontrar o equilíbrio afectivo.

Naturalmente, a existência de grupos secundários apresenta também vantagens. Entre elas destacamos as possibilidades de mobilidade e ascensão na escala social, pelo bom desempenho de um cargo profissional, o que dará, certamente grandes possibilidades de realização pessoal e consequentes benefícios materiais.

Outra consequência importante é a mudança de atitudes resultante do contacto das pessoas nos grupos secundários de entre as quais sobressai a diminuição de preconceitos e a necessidade de assimilar, por imitação, os comportamentos dos grupos a que os indivíduos não pertencem.

## O GRUPO DE PERTENÇA E O GRUPO DE REFERÊNCIA

Efectivamente os homens podem também aprender a cultura de grupos aos quais não se encontram directamente ligados. Esta aquisição de cultura de outro grupo, grupo de referência, seria uma forma de um indivíduo, ou um conjunto de indivíduos, sair do seu grupo, grupo de pertença, e, simultaneamente, uma tentativa de inserção no outro. O objectivo deste processo de socialização será, pois, o de vir a ser reconhecido como membro de outro grupo.

Dado que o processo de socialização se inicia logo em criança, dificilmente o indivíduo consegue assimilar e ser aceite no grupo de referência. Em consequência, acaba por rejeitar o seu grupo e não ser reconhecido como pertencente ao grupo de referência. A desintegração acontece, assim, a dois níveis, originando, por vezes, comportamentos anómicos. A sua reintegração no grupo de pertença poderá ser a forma de os ultrapassar.

Este processo de socialização acontece frequentemente e encontra-se, geralmente, associado ao desejo de ascensão social sentido pelos indivíduos.

Os operários, por exemplo, ao adoptarem os comportamentos característicos da classe média, fazem-no com a esperança de virem a ser reconhecidos, também, como elementos dessa classe.

A esta aquisição de elementos culturais de um grupo a que não se pertence, no intuito de se ser reconhecido como seu membro, chamam os sociólogos de autosocialização ou de *socialização por antecipação*.

Naturalmente esta re-socialização pode acontecer em qualquer fase da nossa vida. Estamos sempre a tempo de sairmos, ou de tentarmos sair, do nosso grupo para nos integrarmos num outro.

## texto n.º 15

### OS ELEMENTOS DO GRUPO E OS ESTRANHOS

— A multiplicidade dos grupos dá origem à noção de 'estranhos'. Para os membros dum dado grupo, e que é o seu grupo próprio, os outros grupos a que não pertencem e os respectivos membros são considerados 'estranhos'. Esta classificação pode ser neutra, uma simples verificação do facto; pode comportar também uma carga afectiva e isso de duas maneiras principais. Por um lado, um grupo pode considerar-se *superior* a um outro estranho: o fenómeno culmina no etnocentrismo, de que o racismo é uma forma derivada. Por outro lado, os valores incarnados num grupo podem atrair os membros (ou certos membros) dum grupo estranho que os vêem como parceiros desejáveis: o primeiro grupo torna-se então, para eles, o que se chama 'grupo de referência'. No caso citado, essa referência é positiva; é negativa, se os valores repelem. Escusado é dizer que esses valores, discernidos e julgados pelo grupo estranho, podem ser reais, puramente ou parcialmente imaginários. Em resumo, a qualidade de 'estranhos' determina relações sociais originais."

Jean Golfin, *Vocabulário Essencial da Sociologia*

### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

Jean Golfin utiliza os conceitos "grupo de pertença" e "grupo de referência" para justificar o aparecimento de "estranhos".

Leia atentamente o texto e procure:

- definir grupo de pertença;
- dar uma noção de grupo de referência;
- identificar o conceito de "estranho" ao grupo;
- explicar o racismo como uma forma desviada de etnocentrismo;
- relacionar o etnocentrismo com a noção de pertença a um grupo "superior".

### 3.2.3. Colectividades não estruturadas

Como já foi referido, desde que não seja possível identificar uma estrutura no agrupamento, estaremos em presença de colectividades não estruturadas.

Correspondem a esta designação conjuntos de indivíduos que se reúnem por razões várias, mas que não estabelecem entre si o relacionamento necessário que exija distribuição de tarefas, nem a ordenação de papéis:

Teremos, neste caso, os agregados sociais e as categorias sociais.

### AGREGADOS SOCIAIS

Os agregados sociais são colectividades não estruturadas constituídas por indivíduos que se encontram numa situação não voluntária de grande proximidade física ou psicológica.

Este tipo de agrupamento não resulta da existência de relações pré-estabelecidas entre os indivíduos, nem dá origem às mesmas. As pessoas encontram-se por determinadas razões, mas o tipo de relacionamento estabelecido não cria laços sociais entre elas.

A densidade ou grau de proximidade pode variar, assim como a duração das reuniões ou o tipo de comunicação, dando origem a agregados sociais específicos.

Assim, estaremos na presença de agregados compactos quando a densidade populacional é grande e as reuniões são temporárias. Consoante a motivação dos indivíduos e o seu grau de participação, poderemos distinguir:

- a multidão propriamente dita;
- a assistência;
- o ajuntamento;
- a manifestação.



No primeiro tipo de agregado social não há comunicação entre os seus elementos, mas há uma motivação que leva cada indivíduo a reunir-se com os outros. São exemplos desta situação as pessoas que aguardam a chegada de um transporte público, ou que fazem compras num supermercado ou em qualquer outra loja. Todas têm uma motivação, mas só por mero acaso comunicam umas com as outras.

Quando, porém, a comunicação se estabelece, teremos outro tipo de agregado social a saber, o ajuntamento. De facto, as pessoas que aguardam a chegada da camioneta ou o autocarro, para se deslocarem para os seus empregos ou para casa, e que assistam a um acidente de trânsito, podem dar início a um processo de comunicação, despoletado por uma emoção subitamente vivida e partilhada pelo agregado. Esta explosão de sentimentos poderá arrastar os indivíduos para atitudes em que nem os próprios se reconheçam.

Os indivíduos que presenciam o acidente, rapidamente acorrerão ao local onde este se verificou e, reagindo emocionalmente, poderão ser levados a manifestar-se das formas mais variadas, por vezes, até violentas.

A assistência é outro tipo de agregado social. Neste caso, os indivíduos encontram-se reunidos num determinado local levados individualmente pelo mesmo tipo de motivação. No entanto, a comunicação existente não se estabelece entre os indivíduos que assistem ao acontecimento, mas entre cada um deles e o orador ou os actores. É o caso da assistência a uma peça de teatro ou a uma conferência.

Mas também esta situação pode dar origem a um novo tipo de agregado.

Efectivamente, neste caso, as pessoas não vêm só com o objectivo de comunicar com o orador ou com o actor mas, antes, lhes interessa comunicar com os outros participantes, estabelecendo-se, assim, uma comunhão de sentimentos por todos vivida. A motivação é mais "social" e, como tal, a intercomunicação está mais facilitada. É óbvio que estamos a falar das manifestações, que podem ser procissões religiosas, peregrinações, marchas de grevistas, comícios políticos, ou as tradicionais manifestações de apoio ou contra o governo.

Mas os agregados sociais podem ser menos densos, em termos populacionais, e a reunião ser mais prolongada ou mesmo permanente. Estão nesta situação os agregados residenciais de que são exemplos o bairro da lata, a grande cidade ou a aldeia.

#### CATEGORIAS SOCIAIS

Uma outra variante, dentro das colectividades não estruturadas, é a categoria social, que tem a característica de só existir na mente de quem exprime essa categoria. Efectivamente, quando nos referimos aos portugueses, esse grande conjunto só se encontra reunido na nossa mente. O mesmo se passa quando citamos os técnicos de qualquer especialidade, ou nos referimos aos homens inteligentes. São sempre agrupamentos mentais.

Um caso particular das categorias sociais são as *categorias sociais de estratificação*.

Poderemos identificar tal tipo de categoria social como colectividades de indivíduos reunidos mentalmente por quem as refere, e que têm a particularidade de associar pessoas que ocupam uma posição semelhante na participação dos valores que uma sociedade proporciona.

De facto, o estabelecimento de estratos sociais efectua-se no espírito do observador, a partir do acesso do indivíduo aos valores que a sociedade põe ao seu dispor. Como, naturalmente, os indivíduos não têm as mesmas oportunidades de acesso, ou não usufruem de igual modo dos valores da sociedade (valores económicos, profissionais, culturais, políticos, etc.), iremos encontrar uma ordenação hierarquizada dos indivíduos, em função da sua participação nos valores referidos. Esta ordenação dará origem a estratos sobrepostos, o que constituirá a hierarquia social.

Uma última forma de categoria social inclui os públicos e as relações de vizinhança. Neste caso, a proximidade física e social são os elementos que permitem caracterizar este último tipo de colectividade.

Assim, *público* é um conjunto de indivíduos, reunidos na mente do observador, que tem a característica de se interessar por determinado objecto (material, cultural, artístico, etc.).

Será público o conjunto de pessoas susceptíveis de vir a adquirir um determinado bem e para quem uma campanha de publicidade é planeada. É evidente que não se trata das pessoas de facto, mas do conjunto de pessoas que o indivíduo que planeia a campanha tem em consideração e junta na sua mente para lhes dirigir a sua campanha.

As *relações de vizinhança* constituem outro exemplo de categorias, sendo uma situação típica das comunidades tradicionais. Nelas as relações de vizinhança são de importância vital como meios de comunicação, como elementos de transmissão dos valores desse grupo social, ou como reprodutores da ordem social existente.

A proximidade espacial entre os seus membros aparenta-a ao agregado social mas, pelas funções que atrás referimos, as relações de vizinhança apresentam elementos de estratificação social. Por estas razões, classificaremos as relações de vizinhança como um tipo de outras colectividades não estruturadas.

uma classificação das colectividades	estruturadas — grupos		quanto à função social	família empresa igreja partido político, etc.
			quanto ao tipo de relacionamento	primários secundários
	não estruturadas	agregados sociais	compactos	multidão propriamente dita assistência ajuntamento manifestação
			territoriais	residenciais funcionais
		categorias sociais	estratos sociais	
			públicos	
		outras colectividades não estruturadas — relações de vizinhança		

### 3.3. PAPEL E ESTATUTO SOCIAL

#### 3.3.1. Papel social

#### NOÇÃO DE PAPEL SOCIAL. PAPEL SOCIAL E EXPECTATIVAS

Já anteriormente constatámos que os comportamentos humanos são comportamentos com significado. Porque o homem é um ser sócio cultural, as suas atitudes adequam-se, e reflectem os padrões de cultura do grupo. Assim, os nossos comportamentos são, de certo modo, previsíveis.

Efectivamente, quando comparamos os comportamentos de indivíduos pertencentes a grupos diferentes face ao mesmo estímulo, é natural que registemos fortes diferenças. Todavia, no quadro de uma mesma colectividade constatamos que os indivíduos se comportam de forma semelhante, em presença dos mesmos estímulos.

Naturalmente isso não impede que deparemos com diversos tipos de comportamento que se prendem com a diversidade de funções sociais desempenhadas.

Na verdade, a multiplicidade de tarefas a desempenhar numa colectividade conduz a que cada um dos seus membros desempenhe funções específicas, de que resultam comportamentos diversos, mas típicos. Do médico, enquanto profissional, são esperados comportamentos próprios, distintos, daqueles que se prevê serem executados pelo professor, pelo operário industrial, pelo chefe de família, etc.

Do chefe de família, por exemplo, espera-se que trabalhe, no sentido de sustentar a família, que zele pela segurança do agregado familiar, que oriente e dirija os respectivos membros, etc. Todas estas tarefas estão como que definidas pela sociedade, impondo-se-lhe do exterior. A sociedade espera/exige do chefe de família o cumprimento daqueles deveres. Para o chefe de família por seu turno, tais comportamentos surgem como naturais uma vez que, ao longo da sua vida, ele foi tomando conhecimento do papel de chefe de família e interiorizando os comportamentos que lhe são próprios. Ele já sabia que entrar no "grupo dos casados" exige a interiorização de novas normas e a aprendizagem e realização de novos comportamentos.

Estes deveres esperados do chefe de família, ou de qualquer indivíduo no desempenho de certa função social, poder-se-ão encontrar definidos em regulamento oficial ou, de modo menos formal, estabelecidos em termos de costume e tradição. De qualquer modo a sociedade espera de nós determinados comportamentos.

A estas expectativas da sociedade relativamente ao nosso comportamento em cada circunstância particular chamaram os sociólogos de papel social.

Apesar de cada um de nós poder imprimir um cunho pessoal no cumprimento de certo papel, em termos gerais espera-se de todos os indivíduos, no desempenho de papéis idênticos, comportamentos semelhantes.

Argumentar que o chefe de família, por exemplo, é livre de executar ou não as tarefas que dele se esperam é esquecer, afinal, que são várias as formas de constrangimento que o levam a corresponder às expectativas do grupo.

Naturalmente, uma vez que o papel social implica expectativas por parte dos outros intervenientes na relação social, um papel apenas existe em relação com outros papéis. De facto, a papel de pai implica o papel de filho, o papel de médico implica o de doente, o papel de professor implica o de aluno, o papel de patrão implica o de trabalhador, etc.

Curiosamente, não é só a sociedade que possui determinadas expectativas relativamente aos comportamentos de cada membro no exercício das suas funções sociais.

De facto, essa expectativa funciona, também, com base na reciprocidade, uma vez que cada um de nós pode, legitimamente, esperar determinados comportamentos por parte dos restantes membros da colectividade que se encontram em idêntica situação. O comportamento que se espera do professor é, também, o comportamento que ele espera dos restantes professores, na medida em que realizam idêntica função. Por outro lado, e uma vez que cada

papel só existe em relação a outros papéis, é natural que esperemos dos restantes membros da sociedade determinado comportamento. O professor, por exemplo, que deverá assumir determinadas atitudes, espera dos alunos o cumprimento dos respectivos papéis.

Assim, podemos dizer com Alain Birou que o papel social "(...) é o comportamento, a conduta ou a função desempenhada por uma pessoa no interior de um grupo. O papel define-se como o tipo de comportamento social de alguém, em função dos esquemas sociais e culturais do grupo, e como modo de resposta à expectativa dos outros. Em relação a um indivíduo, o papel social consiste, pois, na organização de um certo número de modelos de comportamento em estado de inter-relação, os quais se agrupam à volta de uma função social. (...) "(4).

Cada um de nós, condicionado pelos esquemas e configurações sociais do grupo, adapta a sua conduta a certos modelos de comportamento. Deste modo deixamos de ser indivíduos sem referências, de comportamentos imprevisíveis, para nos tornarmos indivíduos que actuam de forma significativa.

Este jogo de expectativas mútuas — o que se espera de nós e o que nós esperamos dos outros — mostra-nos a relação dialéctica que se estabelece entre nós, os outros e a sociedade. Assim se pronunciaram Coulson e Riddell quando afirmam: "(...) Se em vez de falar de papéis, falamos de expectativas que grupos específicos têm quanto ao comportamento de pessoas de certas posições, torna-se muito mais fácil verificar a correcção e as consequências dessas expectativas (...) A definição em termos de expectativas dá-nos um modelo muito mais flexível e dinâmico, no qual o comportamento de uma pessoa numa posição depende de uma interacção entre as suas próprias expectativas aprendidas e as pressões que lhe são impostas por outros que, possivelmente, têm diferentes expectativas e que também dependem do poder que estes outros têm sobre ela, uma interacção que estará a mudar constantemente, à medida que as relações de poder mudam — noutras palavras, uma relação dialéctica. (...) "(5).

## texto n.º 16

### PAPEL SOCIAL E EXPECTATIVAS

"(...) Consideremos novamente o papel A, relacionando-o com os papéis B, C, D e E. O papel A é definido pelas expectativas dos papéis B, C, D e E, mas em que medida A é obrigado a corresponder às expectativas dos outros papéis? Chega-se dessa maneira a um dos grandes temas da Sociologia: o problema da regulamentação e do controle social, muito discutido, especialmente por Durkheim.

(4) Alain Birou, *Dicionário das Ciências Sociais*, Publicações Dom Quixote, Lisboa, 1977.

(5) M. Coulson, D. Riddell, *Introdução Crítica à Sociologia*, Zahar Editores, Rio de Janeiro, 1975.

*Será que todas as expectativas se impõem com a mesma força*, ou existem expectativas que são mais constrangedoras do que outras, para o papel A? Podemos distinguir expectativas necessárias, expectativas obrigatórias e expectativas facultativas, que correspondem aos três tipos essenciais de sanções que a sociedade e os grupos sociais dispõem, com relação aos seus membros, para impor-lhes o respeito das regras sociais.

O melhor exemplo de *expectativa necessária* é aquela que é sancionada por uma lei e à qual a sociedade pode recorrer a fim de obrigar os cidadãos a respeitarem a lei, o polícia e o tribunal. Por outras palavras, teoricamente, a expectativa necessária impõe-se completamente, e o detentor de um papel tem apenas uma liberdade restrita a esse respeito. Se não satisfizer tais expectativas, será punido de modo brutal. Se o caixa de um banco, por exemplo, der um desfalque, será julgado e condenado a uma pena de prisão e, em consequência, o seu papel terminará. O único meio de esquivar-se das expectativas necessárias consiste em esconder-se para escapar às sanções.

As *expectativas obrigatórias* são exercidas no seio de um grupo social, podendo-se, até certo ponto, contorná-las, por não implicarem sanções tão rígidas e completas como no caso precedente. Certos grupos sociais impõem uma regra de conduta aos seus membros, mas tais membros podem conformar-se mais ou menos; e, se desejam realmente escapar a essas expectativas, sempre têm a possibilidade de sair do grupo, sem expor-se a sanções necessárias. Por exemplo, a Ordem dos advogados ou dos médicos aplicam um código específico. Há um código de comportamento, um modo de se conduzir, próprio do advogado ou do médico. Os membros comportam-se mais ou menos de acordo com as regras da Ordem. A margem concedida é relativamente ampla, mas se não se comportarem bem, a Ordem pode infligir-lhes uma censura, e, em último recurso, excluí-los.

Tem-se a liberdade de respeitar mais ou menos as *expectativas facultativas*. Não há sanções: os outros membros do grupo deixam simplesmente perceber ao infractor que ele está agindo mal. O escândalo e o medo do escândalo são uma sanção e um meio de pressão.

Existem também *sanções positivas*, recompensas e prémios. As expectativas necessárias implicam sanções em caso de infracção, mas sem recompensa; são obrigatórias e, por consequência, ao satisfazê-las, cumpre-se apenas com o dever: o caixa que não comete desfalque não é recompensado. Por outro lado, as expectativas facultativas são essencialmente compensadas por sanções positivas. Ao desempenhar satisfatoriamente o seu papel, uma pessoa conquista êxito e sorrisos. Desempenhando bem o seu papel, ela coopera com o funcionamento da máquina social, e todo o mundo mostra o seu reconhecimento.

A *pressão da sociedade exerce-se, com efeito, muito mais através de sanções positivas do que através de sanções negativas*. As sanções de ordem jurídica aparecem mais habitualmente, mas são puramente negativas; com efeito, elas actuam mais frequentemente em virtude do medo por elas provocado do que pela aplicação directa, ao passo que todo o jogo social funciona pelas sanções positivas de que dispõem os vários grupos sociais para estimular os indivíduos a desempenharem os seus papéis como devem. O indivíduo que deseja uma vida "sem histórias", ou que deseja "obter" êxito no seu grupo social, faz tudo para não decepcionar as expectativas dos outros. Desempenha o seu papel no jogo social da melhor forma possível, encontrando recompensa por fazer uma carreira rápida ou adquirindo uma forma ou outra de reconhecimento ou prestígio social.

As expectativas dos diferentes contrapapéis impõem-se com mais ou menos força, porque dispõem de tipos de controle diferentes. No exemplo acima, o jogo de sanções positivas que os alunos promovem é muito mais sensível para o professor do que as sanções negativas utilizadas pela direcção. As consequências destas últimas (reflexo eventual) são evidentemente muito mais graves; porém, devido aos poucos contactos que o professor tem com a direcção, as sanções negativas têm pouca importância na vida diária, enquanto os alunos podem tornar-lhe a vida insuportável em cada hora de aula.

Finalmente, pode surgir um *conflito entre as expectativas dos vários contrapapéis* ou papéis associados. O aluno procura não aborrecer-se de mais, enquanto a direcção deseja que ele se instrua. O professor deve, portanto, ao mesmo tempo instruir e distrair os alunos. O professor que se dá "bem de mais" com os alunos arrisca-se a entrar em conflito com os outros professores; estes últimos preferem os colegas que são moderadamente bem sucedidos com os estudantes. Encontrar um compromisso entre essas expectativas conflituais constitui a tarefa de cada indivíduo, utilizando com este fim a sua personalidade e outros jogos de papéis.

Tais considerações levar-nos-iam a pensar que o indivíduo chamado Júlio, Pedro ou Paulo, que desempenha o papel A, é apenas uma peça da mecânica social, funcionando sem liberdade alguma, como se fosse uma engrenagem. Ora a máquina social é mais complexa e deixa certo grau de liberdade a Júlio, Pedro ou Paulo, que podem deliberadamente fazer a sua escolha pessoal entre as satisfações outorgadas às expectativas dos seus parceiros. Pode ser popular com os colegas e impopular com os alunos ou vice-versa.

O *conformista* preenche o seu papel conformando-se da forma mais exata possível às expectativas institucionalizadas. Em compreensão, o *desviacionista* que desempenha o seu papel desviando-se do comportamento normal pode aceitar as sanções ou procurar fugir a elas. No limite, o desviacionista pode ser também um hiperconformista. Em cada país, em cada meio social, o papel do *bom católico* define-se segundo as regras do comportamento moral e espiritual dos católicos. Porém, o bom católico pode desviar-se desse "costume religioso", quer sendo um santo, e portanto um católico melhor do que os "bons católicos", quer sendo um mau católico. Com efeito, o santo representa uma variedade extremamente rara de católico; ele pode ser considerado desviacionista na medida da sua resposta mais completa às expectativas idealmente prescritas.

Do ponto de vista macrosociológico, alguns papéis criam-se, enquanto outros morrem. Daí nasce uma dinâmica dos papéis. Do ponto de vista microsociológico, o esquema não é menos dinâmico em virtude das expectativas em conflito. No campo dos papéis, a relação A e B pode tornar-se especialmente importante em dado momento, e as relações entre A e C tornar-se cada vez menos importantes: daí resulta que a definição do papel A será transformada. Por conseguinte, esse esquema comporta um factor de desequilíbrio e uma possibilidade de dinamismo. Além disso, já demonstrámos que na vida de um indivíduo, num dado momento, os papéis estão ligados e formam um jogo de papéis; ora, a *composição desses jogos de papéis pode variar de um grupo para outro, e de um momento para outro*. Na Igreja Católica de hoje, para ser sacerdote é preciso ser solteiro, mas sempre foi assim e será sempre assim? Finalmente, no decurso da história pessoal dos indivíduos, certo número de papéis seguem-se regularmente e formam sequências de papéis, mais ou menos fixados pela sociedade, que abrangem alternativas e que se modificam com o decorrer do tempo. Aqui convém distinguir entre posição atribuída e posição adquirida."

## PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

A importância das expectativas no relacionamento social levou Mendras a sistematizar essa problemática.

Nesse sentido, é importante perceber que:

- são diversos os tipos de expectativas;
- a cada tipo de expectativas encontram-se associadas certas categorias de sanções;
- o controlo social recorre mais às sanções positivas que às negativas;
- existem diferentes graus de conformidade às normas sociais vigentes.

## PAPÉIS MÚLTIPLOS. CONFLITO DE PAPÉIS

Todos sabemos que o desenvolvimento pleno das nossas capacidades e habilidades resulta da interacção que se estabelece entre nós, e entre nós e o meio.

Esta interacção acarreta inúmeras formas de relacionamento, dada a multiplicidade de funções que somos solicitados a desempenhar.

Uma vez que cada função exige um comportamento típico, são inúmeros os comportamentos que nós realizamos. Assim, ao executarmos as diferentes funções que nos são cometidas pela sociedade, estamos a desempenhar uma multiplicidade de papéis sociais.

Um indivíduo casado deverá desempenhar, em primeira instância, o papel de cônjuge e o papel de pai.

Todavia, esse indivíduo encontra-se, certamente, integrado noutros grupos para além do familiar, sendo-lhe exigidos outros comportamentos. Ele pode ser, também, trabalhador de uma fábrica, membro de um sindicato, militante de um partido político, sócio de certo clube recreativo, membro de uma comunidade religiosa, etc.

A multiplicidade de funções pode originar situações de conflito entre os papéis que o indivíduo tem de desempenhar. Efectivamente, o papel do operário colide com o de grevista, assim como o papel de grevista pode colidir com o de chefe de família, de membro de um partido político, etc.

Não se confunda, entretanto, papéis múltiplos com conjuntos de papéis.

Qualquer indivíduo, no desempenho de determinada função, relaciona-se com inúmeros outros, cada um dos quais desempenhando o seu papel. Por conjunto de papéis entende-se, exactamente, a globalidade de papéis representados por determinado indivíduo e pelos restantes a ele ligados, no desempenho de determinada função social.

## texto n.º 17

### PAPÉIS SOCIAIS: CONFLITOS

"Mesmo na sociedade industrial, o trabalho não é uma actividade completamente 'emparedada', separada das outras áreas da vida. O trabalhador é afectado por muitos factores exteriores ao local de trabalho, enquanto o não-trabalho — o lazer por exemplo — é muitas vezes afectado por aspectos da situação de trabalho. Os sociólogos, normalmente, chamam a atenção para o facto de que o trabalhador não é apenas trabalhador, mas que possui outras características e está envolvido em muitos outros sectores de relações sociais; por isso servem-se do conceito de *papel social* (...).

(...) Um papel existe numa circunstância social particular e em relação com outros papéis. O que o papel implica é definido quer por qualquer regulamento oficial, tal como um organograma da organização ou um livro de etiquetas, ou, menos formalmente, em termos da tradição ou do costume. Várias expectativas rodeiam a representação do papel particular, expectativas que pertencem aos outros intervenientes na relação social. É importante notar que estamos a tratar aqui de relações; um papel existe apenas em relação com outros papéis. Isto é, o papel de pai implica o papel de filho, o papel de trabalhador implica o papel de patrão e o de médico implica o de doente.

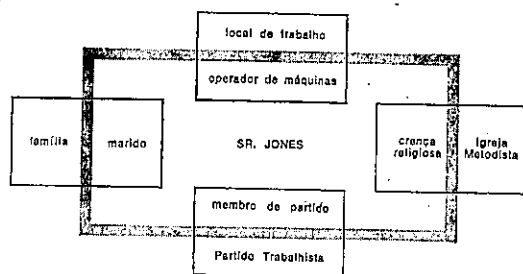
Uma pessoa representará muitos desses papéis. Assim, um operador de máquina numa fábrica desempenhará um papel em relação ao seu chefe e aos seus camaradas de trabalho, mas pode ser também um membro da sua associação, do partido trabalhista e da igreja metodista. Será também marido, pai, irmão, primo ou tio, vizinho, pagará impostos e votará. Em determinados momentos da sua vida será um doente, um convidado, um freguês e um passageiro. Toda a sua vida será um homem. Ao longo de toda a sua vida, como nos recorda Shakespeare, representará muitos papéis que estão implicados no processo de maturação e envelhecimento (estas fases da vida e do comportamento que se esperam de pessoas de idade diferente são definidas culturalmente: é um ciclo *sociobiológico*). Por um lado, alguns papéis são representados em conjunto; outros estão claramente separados e individualizados. Alguns são sequencialmente; outros uma única vez e para sempre; alguns de modo passageiro e outros por períodos que duram anos. É evidente que existe um elemento de conflito nesta multiplicidade de papéis que se espera que cada indivíduo represente. Numa situação de greve, por exemplo, o papel de chefe de família pode entrar em conflito com o papel de associado do sindicato. Ao ser convidado para tomar uma bebida no clube dos trabalhadores, o seu papel de metodista pode entrar em conflito com o seu papel de camarada de trabalho.

Os vários papéis que mencionámos neste último exemplo não são, pois, todos da mesma ordem. Eles diferem, por exemplo, no seu grau de importância e de amplitude, na medida em que eles entram todos numa grande variedade de situações. O papel de mulher é, por exemplo, muito mais amplo do que o papel de empregada de balcão. Várias tentativas têm sido feitas para classificar estas diferenças. Assim, Linton distinguiu entre papéis 'atribuídos' e 'realizados'. Banton sugeriu que os papéis mais básicos, por um lado (papéis sexuais, por exemplo) até aos mais específicos, por outro, passando pelos papéis intermediários.

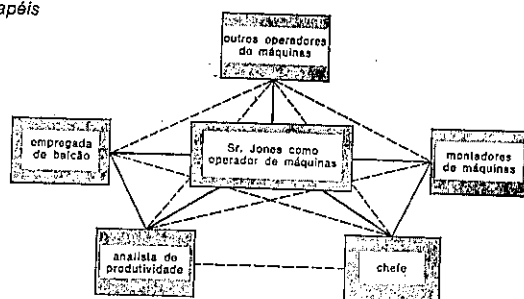


Contudo, uma ulterior distinção deve ser feita. No exemplo que demos, vimos que um homem representa uma multiplicidade de papéis. Esta situação de papéis múltiplos deve ser distinguida da situação que Merton descreve como 'conjunto de papéis'. Ao representar qualquer papel particular, o actor está relacionado com vários 'outros papéis' diferentes. Estes outros papéis podem ser indivíduos ou grupos de indivíduos. Por exemplo, o nosso operador de máquina executará aquele papel particular em relação a outros papéis específicos, tais como o de montador de máquinas, o de chefe, o de analista de taxas de produtividade, os seus colegas operadores de máquina e a empregada de balcão. Há, pois, um conflito potencial *dentro do conjunto de papéis*, tal como há conflito potencial *entre os diferentes papéis*. Assim, o chefe pode fazer exigências a um determinado homem que sejam incompatíveis com as exigências que lhe são feitas pelos camaradas de trabalho."

Papéis múltiplos



O conjunto de papéis



Peter Worsley, *Introdução à Sociologia*

### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

A leitura atenta deste texto de Peter Worsley deverá revelar:

- o carácter operatório do conceito de papel social;
- o facto de um papel existir apenas em função de outros papéis;
- que qualquer indivíduo desempenha uma multiplicidade de papéis;
- que nem todos os papéis são igualmente importantes e envolventes;
- o conflito potencial existente entre os diferentes papéis;
- que o conceito de "papéis múltiplos" não se confunde com o de "conjunto de papéis".

Verificamos assim que a socialização é, também, um processo de aprendizagem de papéis dado que a integração de cada um de nós nos diversos grupos a que pertencemos é tanto mais fácil quanto melhor tivermos interiorizado os comportamentos típicos atribuídos ao papel que iremos exercer. Deste modo, quando durante a infância se ensina às meninas a brincar com bonecas, a tratar da casa, etc., o objectivo é de que elas venham a ser boas mães e boas donas de casa. As estatísticas confirmam que as profissões escolhidas pelas mulheres ainda se encontram estreitamente ligadas ao seu processo de socialização (professoras, enfermeiras, secretárias, etc.).

Por outro lado, a multiplicidade de papéis que esperam o indivíduo em sociedade acarretar-lhe-á menores tensões se a socialização tiver cumprido o seu papel. De referir, no entanto, que uma boa "socialização" não será, necessariamente, a inculcação rígida de regras pois isso poderá funcionar negativamente em relação aos indivíduos. A título de exemplo poderemos perceber a frustração da mulher que na escola foi preparada para a participação no mundo do trabalho e que, após o casamento, ficará em casa executando o papel de dona de casa. A socialização considerada, também, como um processo de aprendizagem de papéis tem de ser, pois, suficientemente flexível para permitir a integração da cada um de nós em qualquer grupo.

### 3.3.2. ESTATUTO SOCIAL

#### ESTATUTO SOCIAL E HIERARQUIA

Estreitamente ligado ao conceito de papel social deparamos com o termo "estatuto social", que designa um conceito utilizável, apenas, nas sociedades estratificadas.

Apesar de não haver total acordo entre os sociólogos acerca do que o estatuto social deverá designar, a generalidade dos autores designa-o num sentido semelhante ao conferido a papel social. Assim, o estatuto social deverá designar o lugar, ou posição, que determinado indivíduo ou grupo ocupa na colectividade, bem como o conjunto de comportamentos que esse indivíduo, ou grupo, pode objectivamente esperar dos demais, em virtude daquele lugar.

Nesse sentido, o estatuto social abarca o conjunto de privilégios e atributos ligados com a posição que determinado indivíduo, ou grupo, ocupa na estrutura social.

## ESTATUTO SOCIAL E SEGURANÇA INDIVIDUAL

"(...) Quando se penetra numa sociedade constata-se uma diferença de comportamentos, correspondendo a funções sociais diferentes e a lugares sociais determinados. Se se tomar como centro de observação um indivíduo o lugar que ele ocupa determina o seu estatuto e o seu papel: o seu estatuto é o conjunto de comportamentos que ele pode legitimamente esperar da parte dos outros, o seu papel e o conjunto de comportamentos que legitimamente os outros esperam da sua parte. Na prática esquece-se muitas vezes esta distinção e faz-se entrar a palavra estatuto em práticas que cobrem ao mesmo tempo o sentido estrito do estatuto e do papel. Muitos estatutos são complementares: marido-esposa, doente-médico, comprador-vendedor, chefe-subordinado. O sistema social consiste, na realidade, num sistema de estatutos. O facto das sociedades funcionarem e subsistirem leva a supor que, no conjunto, os diversos estatutos são compatíveis. (...)

(...) O estatuto exerce, para o indivíduo a quem está ligado, funções bem definidas. A esse indivíduo ele oferece um ancoradouro, um quadro de referências, uma norma, quanto mais não seja pelas suas condições formais: é bem definido, exprime-se do modo convergente em inúmeras circunstâncias em que estamos em relação com os outros e sobretudo possui duas propriedades que nenhuma outra fonte de normas possui em tal grau: dá-se como legítimo, autêntico; pertence-nos, é nosso.

Ao mesmo tempo o estatuto implica um conteúdo, e não é menos importante. Determina com precisão o comportamento do indivíduo na vida social, e o comportamento dos outros em relação a ele, o que se espera dele e o que ele deve esperar dos outros. A moral, a educação, o direito, que passam por ser as instituições normativas essenciais, só desenham na realidade as linhas gerais, subentendendo sempre ajustamentos particulares. O estatuto exprime com precisão, individualmente, os direitos e os deveres. O estatuto dá ao indivíduo a definição de si próprio.

Em consequência o estatuto contribui para dar a um indivíduo um sentimento de segurança pessoal. Esta noção de segurança não depende somente da qualidade agradável ou desagradável das impressões que o meio é susceptível de nos dar. Baseia-se sobretudo no carácter estável e previsível das experiências que faremos no mundo. O estatuto é precisamente um sistema protector dessa natureza: define os comportamentos do indivíduo que serão bem acolhidos por aqueles que o rodeiam e quais as reacções desse círculo que ele deverá esperar e aceitar com satisfação. É o estatuto que permite ao indivíduo avançar com confiança na vida.

Pode-se prolongar ainda mais esta análise sobre o que o estatuto representa para a pessoa: o estatuto incorpora-se na consciência de si, e em particular neste aspecto da consciência que é a estima de si próprio. Na noção de estatuto há certamente a ideia duma hierarquia. Isso é evidente no domínio económico a que (...) certos autores tendem a reduzir o estatuto; mas é verdade nos outros domínios, como o familiar, o religioso, o político, o intelectual. Há portanto estatutos inferiores, subordinados, e estatutos superiores dominantes. (...)"

Jean Stoetzel, *La Psychologie Sociale*

## PISTA PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

Deste texto de Jean Stoetzel retenhamos:

- uma noção de estatuto;
- a complementaridade de inúmeros estatutos;
- o carácter patrimonial do estatuto;
- o facto de o estatuto impor funções perfeitamente definidas e motivar comportamentos determinados;
- o contributo do estatuto para um sentimento de segurança pessoal;
- a ideia de hierarquia inerente à noção de estatuto.

O estatuto social, decorre, assim, do posicionamento hierárquico ocupado na estrutura social. O lugar ocupado na divisão social de trabalho atribui, portanto, níveis de prestígio e de poderes diferenciados a indivíduos e a grupos, permitindo falar-se em estatutos superiores e estatutos inferiores. É esta constatação que permite ligar o estatuto social às sociedades estratificadas.

Verificámos, pois, que o estatuto social difere de indivíduo para indivíduo, ou de grupo para grupo, dependendo dos critérios de valor social em uso na sociedade, tais como a cor, o sexo, a idade, a religião, a ideologia política, etc. São inúmeros os exemplos.

Assim, é sobejamente conhecido como o estatuto da Mulher tem sido inferior ao do Homem. Por outro lado, em algumas sociedades, como na Sul-Africana, o estatuto social atribuído ao Negro é hierarquicamente inferior ao atribuído ao Branco. Noutras sociedades, por seu turno, é a religião que sanciona a estratificação social e, necessariamente, os estatutos e posições dos diversos grupos, como se verifica com o sistema de castas na Índia. Em Portugal, bem como na generalidade dos países, os jovens possuem um estatuto bem diferente daquele que é atribuído aos adultos, etc.

## ESTATUTO ATRIBUÍDO E ESTATUTO ADQUIRIDO

O posicionamento atrás referido poderá ser adquirido ou, simplesmente, atribuído, dando origem aos conceitos de estatuto adquirido e de estatuto atribuído, respectivamente.

Na verdade, o lugar que cada indivíduo ocupa nos diferentes grupos a que pertence, ou no conjunto da sociedade global, poder-lhe-á ser, inquestionavelmente, transmitido, isto é, atribuído. Assim acontece com o estatuto do filho, o do herdeiro, o de monarca que ascende ao trono por via hereditária ou mesmo o de administrador de um conjunto de empresas que sucede ao seu progenitor.

Em todos os casos apontados, os indivíduos nada fizeram para terem direito ao cargo ou à posição social que ocupam.

Esta situação é característica das sociedades tradicionais onde os papéis e os estatutos sociais se encontram como que previamente distribuídos a determinados indivíduos, que apresentam os requisitos biológicos, sociais e culturais necessários.

Realmente, face à estratificação e dificuldade de ascensão social características destas sociedades arcaicas, os lugares que cada indivíduo irá ocupar encontram-se definidos em função do estatuto social já ocupado pelos seus antecessores.

Esta transmissão de estatutos é resultado da falta de abertura e de dinamismo destas sociedades e, simultaneamente, é condição necessária à reprodução do *statu quo*. Serão sempre os mesmos a ocupar os mesmos lugares.

Naturalmente, a hereditariedade não é o único critério de atribuição de estatutos. Os factores culturais também se constituem numa forma de atribuição de estatutos. Assim acontece, por exemplo, com a posição da mulher nas sociedades tradicionais. À mulher é atribuído o papel de "dona de casa", de "fada do lar", etc.

Nas sociedades tradicionais os modelos culturais vigentes são, portanto, pouco permeáveis à mudança. Em consequência, o posicionamento do papel da mulher, ou de qualquer outro indivíduo do grupo, relativamente aos restantes papéis sociais, será dificilmente alterado.

Do exposto constata-se, pois, que dentro da família, do grupo, do estrato, ou na sociedade global, os indivíduos ocupam posições previamente determinadas, o que condiciona e retarda a mudança. A reprodução da situação social existente encontra-se assegurada.

Por seu turno, o estatuto adquirido resulta de um certo esforço dos indivíduos para o alcançar. É o caso do indivíduo casado, com profissão, praticante de um desporto, ou do candidato a um cargo político, por exemplo. Nestas situações, o indivíduo teve de agir para conseguir este novo estatuto.

As sociedades democráticas caracterizam-se, exactamente pelas possibilidades que proporcionam aos seus membros a aquisição de estatutos que lhes sejam mais favoráveis. A possibilidade de estudar e adquirir os conhecimentos técnicos e científicos necessários a determinada profissão é uma das oportunidades que estas sociedades oferecem aos jovens. Em princípio, os jovens



poderão conseguir uma posição social, e respectivo estatuto, superior à dos pais. Tudo dependerá, afinal, das capacidades do próprio indivíduo. Sobretudo na hierarquia em função do talento e da competência.

Deste modo, numa sociedade aberta, ainda que estratificada, as possibilidades de mobilidade social são sempre possíveis, desde que o indivíduo se proponha respeitar os valores e os objectivos que a orientam.

Atentemos no exemplo do trabalhador americano com iniciativa, gosto pelo risco e capacidade de trabalho que, pelo facto de enriquecer o seu país, é recompensado pela conquista de um estatuto superior ao do trabalhador rotineiro. A iniciativa é um factor de desenvolvimento económico, pelo que o trabalhador com iniciativa é estimulado e recompensado.

De registar, no entanto, que a correspondência que deixámos antever, entre sociedades tradicionais e predomínio de estatutos atribuídos, sofre uma alteração profunda sempre que nessas sociedades, geralmente por factores que não conseguem controlar, se dá a mudança social.

Nesta situação é natural que venham a registar-se conflitos entre os diferentes tipos de estatuto. Assim acontece, por exemplo, com a mulher a quem é exigido e, por isso, atribuído um certo estatuto, o de dona-de-casa, mas que deseja outro, nomeadamente o de ter uma profissão.

Outro exemplo de conflito entre os diferentes estatutos verifica-se sempre que um indivíduo pertencente a determinado estrato social pretende ascender, pelo seu trabalho, a um nível social superior, mas que é ridicularizado pelas suas maneiras sentindo-se, por isso, pouco confortável na sua nova posição.

A mudança social é, pois, um período de indefinição, onde novos valores se instalam depois de poderosa luta contra os velhos padrões. Do confronto entre o velho e o novo sairá uma nova sociedade com novos estatutos, novas possibilidades e, naturalmente, uma nova ordenação e hierarquização de estatutos sociais.

### 3.4. AS ATITUDES

#### 3.4.1. As atitudes e a sua formação

O termo atitude, embora sendo um conceito do domínio psico-sociológico, faz parte da nossa linguagem corrente. Este termo é empregue vulgarmente embora o sentido dado correntemente não coincida sempre com o significado que lhe é dado pela ciência a que pertence, a Psicologia Social.

- Ele tem uma atitude positiva em relação à vida.
- Ele tem atitudes conservadoras.

Estas duas frases usaram o termo atitude com correcção. Elas significam que os indivíduos de quem se fala têm, face a determinadas situações, certos comportamentos que se repetem devido ao facto de se encontrarem predispostos para essas reacções.

Assim, o primeiro indivíduo enfrenta com optimismo as adversidades que lhe surgem, tem sempre esperança no dia de amanhã, tem confiança nos seus semelhantes, não volta as costas às contrariedades, antes as encara com determinação e confiança tentando sempre resolvê-las, etc.

Este conjunto de comportamentos permite-nos afirmar que ele tem uma atitude positiva em relação à vida.

O mesmo será dizer que face a determinadas situações que têm em comum a incerteza, a contrariedade, a dúvida, etc., o indivíduo em questão encontra-se predisposto a reagir da mesma forma — confiança, determinação, boa disposição.

Na segunda frase o indivíduo a que fazemos referência tem por hábito rejeitar a mudança, ser "demasiado" agarrado às tradições, não trocar o certo pelo incerto, preferir o velho ao novo, não ter gosto pelo risco, repelir a novidade, etc. A este conjunto de comportamentos damos o nome de atitude conservadora.

Podemos, agora, tentar uma definição de atitude. Jean Stoetzel<sup>(6)</sup> diz-nos que a atitude é *"a maneira como uma pessoa se situa relativamente a situações significativas"*.

Por seu lado, Jean Meynard dá-nos a seguinte noção: *"é uma disposição ou uma preparação para agir de uma maneira de preferência a outra e depende da experiência que o indivíduo tem da situação à qual deve fazer face"*.<sup>(7)</sup>

Gordon W. Allport dá-nos uma definição muito semelhante à anterior<sup>(7)</sup> afirmando que *"uma atitude é uma disposição mental e nervosa organizada pela experiência, e que exerce uma influência directriz ou dinâmica sobre as reacções do indivíduo para com todos os objectos e todas as situações que se relacionam com ele"*.

Vejamos, agora, como se formam as atitudes ou as disposições para agir de certa maneira face a determinadas situações. Na formação de atitudes intervêm vários factores sendo a *personalidade* e o *meio social* a que o indivíduo pertence elementos determinantes.

De facto realçamos estes dois factores que consideramos marcadamente sociais pois mesmo a personalidade tem uma componente de cariz sociológico. Não nos esqueçamos, como afirma Edgar Morin, que o homem é um ser bio-sócio-cultural.

## texto n.º 19

### A FORMAÇÃO DAS ATITUDES

As atitudes possuem características semelhantes às das respostas condicionadas clássicas e instrumentais. Quando Pavlov ensinou o cão a salivar ao som modificou a "atitude" do cão para com o som de neutra para positiva. O condicionamento clássico pode ser representado como um silogismo que combina uma *crença* e um *valor* para formar uma atitude:

O alimento segue-se ao som.

O alimento é bom.

(...) É certo que as atitudes não são adquiridas exactamente como a resposta condicionada o é nos laboratórios, onde se observam mudanças numa

<sup>(6)</sup> Jean Stoetzel *La Psychologie Sociale*, Flammarion, Paris, 1963.

<sup>(7)</sup> Alain Birou, obra citada.

resposta simples isolada experimentalmente como sendo função da prática. É mais frequente que uma atitude seja adquirida em consequência de um grande número de experiências numa grande variedade de situações que implicam contacto directo com o objecto da atitude (por ex., os Negros, os Brancos) e/ou interacção social com as outras pessoas que exprimem as atitudes, crenças ou valores relevantes relativamente a esse objecto.

Uma atitude pode formar-se gradualmente ao longo dos anos por acumulação de respostas individuais que se integram. Por exemplo uma rapariga podia formar pouco a pouco uma atitude tolerante para com os membros dos grupos minoritários em consequência de experiências numerosas. Quando muito pequena podia ter tido uma companheira de jogo judia, ainda que então ela tenha tido só uma vaga consciência do que é um judeu. Mais tarde podia ter ouvido sermões numa igreja, os quais expunham a tolerância religiosa e racial. Ela podia também ter aprendido durante uma conversação familiar ao jantar que os pais, que ela admira, se opõem ao fanatismo. Todas estas experiências e muitas mais coalescem, finalmente, em atitudes claramente definidas contra a intolerância racial e religiosa.

Embora muitas atitudes possam ser adquiridas gradualmente não deve passar despercebida a enorme importância de uma experiência singular. O facto de um rapaz branco ser soado por um bando negro, ou vice-versa, pode dar-lhe origem a um forte preconceito racial difícil de desenraizar. Ou então uma criança desejosa de imitar o pai ou qualquer outra pessoa pode adoptar uma atitude absolutamente falha de originalidade para com um partido político ou um problema racial.

Nenhuma teoria compreensiva foi apresentada para descrever as principais classes de variáveis relevantes na formação das atitudes. Discutiremos brevemente três grupos de factores que foram objecto de maior atenção por parte dos psicólogos sociais. Tais são: motivação e reforçamento, personalidade e meio social. Estas variáveis não podem ser investigadas isoladamente porque são bastante interdependentes. Os motivos das pessoas, as suas necessidades e incentivos, são uma parte integrante da sua personalidade. Esta, por sua vez, determina quais os meios sociais que ela procura, quais os grupos a que pertence. A pertença ao grupo modificará, por sua vez, os seus motivos. Na discussão destas séries de variáveis limitar-nos-emos, portanto, a reportar experiências que lançam luz sobre a sua influência de preferência a mostrar como eles sozinhos determinam a formação das atitudes.

### MOTIVAÇÃO

Embora algumas pessoas gostem de acreditar que as suas atitudes são formadas puramente por juízos intelectuais, o facto é que os motivos pessoais desempenham um papel importante na sua formação. Quando foram analisadas as atitudes dos estudantes universitários relativas à permissão de os membros do partido comunista falarem em público, verificou-se que elas estavam relacionadas com as crenças dos estudantes acerca do valor que a liberdade de expressão tinha para eles na consecução dos *seus próprios* fins. As pessoas adoptam atitudes que lhes possam ser úteis na prossecução das suas finalidades pessoais e rejeitam as que possam frustrar a consecução dos seus incentivos.

(...) As atitudes podem ser um meio de deslocar a agressão resultante da frustração. Entre sujeitos cujas atitudes para com os judeus estavam relacionadas com o grau de satisfação que eles experimentavam no respeitante à sua situação económica e à situação nacional, foi descoberto que quanto maior é

o grau de insatisfação pessoal maior é a dose de hostilidade. Vemos, pois, como a atitude pode funcionar como acto instrumental que reforça a agressão.

## PERSOALIDADE

As atitudes tendem a relacionar-se com as personalidades dos indivíduos que as adoptam. Um estudo (Smith, Bruner e White, 1956) mostrou que as pessoas que tendiam a culpar os outros quando as coisas iam mal, com mais probabilidade culpavam a União Soviética de deteriorar as relações soviético-americanas. O autor lembra-se de um paciente paranóico que cultivava fortes atitudes negativas para com a democracia unidas à enorme admiração por ditadores como Hitler e Mussolini conduzia-o a atitudes fortemente autoritárias. Estas atitudes autoritárias eram expressão das dificuldades da sua personalidade. Depois que a sua situação psiquiátrica melhorou, as atitudes políticas sofreram uma mudança completa. Ele passou a ter mais simpatia para com os processos e chefes democráticos como Roosevelt.

Alguns estudos tentaram mostrar um ligame entre estrutura da personalidade e aquilo que é designado *etnocentrismo*, uma atitude de extrema lealdade ao próprio grupo social com rejeição de outros grupos sociais. As pessoas etnocéntricas, como se pode imaginar, mostram normalmente intolerância racial e religiosa. Embora os resultados de todos os estudos não sejam inteiramente concordes, existe certa indicação de que as pessoas com fortes preconceitos têm características de personalidade um tanto diferentes das pessoas sem preconceitos. A pessoa etnocéntrica é caracterizada por uma tendência a ser mais autoritária (ditatorial, rígida, inibida, excessivamente conformista) e hostil que a média. Seria erro, contudo, crer que toda a intolerância é simplesmente expressão de profundas dificuldades de personalidade. O meio social de uma pessoa desempenha um papel importante nela.

## O MEIO SOCIAL

Quando foram estudados os preconceitos raciais na África do Sul (Pettigrew, 1958), descobriu-se que a pertença do indivíduo a um grupo era factor extremamente importante na determinação da sua atitude. Os estudantes sul-africanos que mostraram acentuados preconceitos contra a população nativa negra não eram mais autoritários do que os estudantes universitários dos Estados Unidos com menos preconceitos. E os brancos naturais da África do Sul, que não eram mais autoritários do que os brancos que tinham emigrado para a África do Sul, cultivavam mais preconceitos para com os africanos negros. A influência sobre o preconceito racial do particular grupo social de que se é membro é ainda evidenciada pela descoberta de que os estudantes brancos de língua africana tinham muito mais preconceitos contra os negros que os estudantes de língua inglesa, mas os estudantes de língua inglesa tinham mais preconceitos contra os indianos sul-africanos. É evidente que as diferenças de personalidade não podem dar conta destes preconceitos particulares. O preconceito, como os outros hábitos, parece ser aprendido no particular ambiente social em que se é criado.

Não obstante, os ambientes sociais mudam, embora gradualmente, sucedendo o mesmo com as atitudes daqueles que neles vivem. Em 1932 (Katz e Braly, 1933) deu-se a um grupo de estudantes de Princeton um questionário

que lhes exigia a descrição dos traços predominantes de vários grupos étnicos. Quando em 1950 foram de novo examinados (Gilbert, 1951), as suas atitudes para com os negros e os judeus tinham sofrido considerável mudança em sentido favorável. As sondagens da opinião pública, bem como algumas eleições recentes, mostraram que o votante americano está muito mais disposto nesta década que algumas décadas atrás a eleger membros de grupos minoritários para posições governamentais de importância.

A exposição acerca do efeito que o meio social tem sobre a formação das atitudes seria incompleta se não fizéssemos referência a que muito frequentemente os grupos a que uma pessoa pertence exercem influência conflituosa sobre ela. Num estudo (Newcomb, 1943) levado a efeito em 1930 sobre as atitudes dos estudantes de uma Universidade feminina da Nova Inglaterra, conhecida pelos seus pontos de vista liberais e pelas suas estudantes relativamente abastadas, descobriu-se que as estudantes preferentemente conservadoras no 1.º ano de Universidade se tornaram cada vez mais liberais à medida que aumentava o tempo de estada na Universidade. É claro que as pressões sociais da família e da Universidade estavam a operar em direcções opostas. Para a maioria das estudantes, pelo menos durante os seus dias de Universidade, a influência desta tinha efeito superior. Entre as estudantes, contudo, havia algumas que por um certo número de razões não participavam muito na vida da Universidade, consideradas como um grupo sucumbiram menos à "influência liberalizante" da Universidade. Hoje, muitos estudantes universitários encontram-se a braços com idênticos conflitos, mas a competição de atitudes tem origem, por um lado, nos pais e na Faculdade e, por outro, em grupos de estudantes rebeldes e afastados."

H. Kendler, *Introdução à Psicologia*, Lisboa, ed. Gulbenkian, 1972.

## PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

O texto de H. Kendler refere-se aos factores que intervêm na formação de atitudes. A sua leitura permite-nos, assim, identificar os elementos determinantes da nossa predisposição para reagir de modos específicos face a determinadas situações.

Será, então, de considerar:

- o contexto em que decorrem as experiências que irão influenciar a formação das nossas atitudes;
- a motivação ou o interesse dos indivíduos em relação a determinados objectos faz com que as atitudes assumidas estejam directamente relacionadas com a consecução dos seus próprios fins;
- a personalidade do indivíduo como condicionante do tipo de atitudes;
- o ambiente social ou a cultura do grupo de pertença são fundamentais na formação das atitudes dos indivíduos. Os valores transmitidos e as experiências vividas em certos grupos sociais são determinantes;
- a interacção entre todos os factores atrás considerados como um todo determinante na formação de atitudes;
- a evolução das atitudes de acordo com a mudança social geral;
- o eventual conflito de atitudes resultante da influência de valores diferentes próprios de grupos sociais diversos.

### 3.4.2. Tipologia das atitudes

O termo atitude pertencente ao domínio da Psicologia Social pode ser empregue tanto no sentido individual do termo como na sua acepção colectiva. Embora com usos diferentes os dois termos aproximam-se na medida em que qualquer atitude individual tem sempre, como atrás vimos, influências do meio social que cerca o indivíduo. Além do mais, na própria personalidade do indivíduo influem factores de carácter social.

Todavia, é possível utilizar o termo atitude relativamente a um grupo. De facto, no grupo poderemos detectar atitudes comuns a todos ou quase todos os seus membros sendo-nos, assim, lícito falar de atitudes comuns. Se nos recordarmos das atitudes de certos grupos face à palavra judeu ou negro, por exemplo, não poderemos deixar de reconhecer a existência de reacções ou comportamentos específicos e esperados face a determinadas situações. Atitudes comuns são, pois, atitudes individuais comuns aos vários elementos de um grupo.

*"Diz-se, por exemplo, que os Anglo-Saxões têm uma atitude comum de desconfiança, digamos de repugnância, por certos pratos, como rãs e caracóis, que os apreciadores franceses escolheriam"*<sup>(8)</sup>.

No entanto, atitudes comuns não são atitudes colectivas.

Distingamos, pois, atitudes individuais das comuns e das colectivas.

Este último tipo de atitudes foi estudado e aprofundado por Roger Gironi<sup>(9)</sup>, que nos dá a seguinte noção *"atitude colectiva é uma predisposição adquirida, de carácter afectivo, que orienta os indivíduos de uma colectividade para um esquema de comportamento estruturado em vista de um resultado colectivo."*

As atitudes colectivas são adquiridas pelos indivíduos através de experiências feitas nos grupos, multidões, públicos, etc. Designam-se de colectivas na medida em que sem a participação dos indivíduos em colectividades as referidas atitudes não se teriam formado. Como exemplo, podemos referir as atitudes dos fiéis que assistem à missa ou a dos jovens que participam num festival de música rock. De facto, é a participação no grupo que desperta no indivíduo atitudes que não existiriam noutras circunstâncias.

## texto n.º 20

### AS ATITUDES CULTURAIS E AS ATITUDES COLECTIVAS

"As atitudes culturais são incorporadas na atitude do indivíduo através da aceitação de valores culturais (...), as atitudes colectivas são as que se desenvolvem no indivíduo através de experiências feitas nos grupos, nas multidões, nos públicos (...). As atitudes originadas nos indivíduos pela sua participação numa multidão ou num motim, exaltação emocional, ódio, alegria, sentimento de comunhão com os outros, etc., são colectivas no sentido de que não existiriam sem a participação na actividade da multidão ou do motim. Estão ligadas

<sup>(8)</sup> P. Virton, *Dinamismos Sociais*, Morais Editores, Lisboa, 1966.

<sup>(9)</sup> Roger Gironi, *Attitudes collectives et relations humaines, tendances actuelles des sciences sociales américaines*.

a atitudes culturais na medida em que os objectos que entram nestas actividades do grupo são culturalmente determinados (...). Experimentam-se atitudes colectivas por exemplo numa dança tribal; nessas maneiras de implorar a divindade que só aparecem quando um milhar de fiéis estão ajoelhados em conjunto; no sarcasmo irreprimível dos que se sentem pouco à vontade numa recepção; no espírito de unidade das tropas, em todas as situações em que a simples presença; ou o simples pensamento de um grupo desperta, no indivíduo, atitudes que não existiriam noutras circunstâncias. (...)

(...) se, face a uma situação 'X' que se produz uma vez ou se repete regularmente, a colectividade 'A' se inclina para uma acção colectiva que supõe um esquema de coordenação dos comportamentos dos indivíduos e dos grupos que formam esta colectividade, pode falar-se então, parece-nos, de uma atitude colectiva. Uma atitude colectiva tanto pode ser momentânea ou única, como regular e constante; é constante se surge idêntica a si mesma, nos seus traços gerais, quando uma situação de um dado tipo se repete.

As actividades económicas, os conflitos sociais, as guerras, a evolução interna das instituições, quer seja ou não percebida pelos indivíduos, a transmissão e a transformação da cultura, das normas morais, dos gostos estéticos, dos sentimentos afectivos, dos esquemas de relações interpessoais e intercolectivas, enquanto supõem grupos que se encontram em situações concretas e que em face de cada uma dessas situações optam por uma forma de acção colectiva — implicando a coordenação do comportamento dos indivíduos e de subgrupos segundo um certo esquema — mais do que por outras formas de acção, materialmente possível. (...)

(...) A atitude colectiva aparece como uma realidade sociológica estrutural, que organiza num todo dinâmico específico elementos psicológicos (consciências individuais), sociológicos (relações interactivas entre os indivíduos e os grupos), culturais (valores, normas, instrumentos) e materiais (organismos humanos, objectos, condições naturais de vida); é um arranjo dinâmico de elementos que pertencem a estas diferentes ordens, uma disposição que chama, inicia e torna possível uma acção colectiva particular em face de uma situação determinada, e coordena, para esse efeito, o comportamento dos indivíduos e dos grupos."

R. Gironi, *Attitudes collectives et relations humaines, tendances actuelles des sciences sociales américaines*

### 3.4.3 Atitudes e valores

O conceito de valor, do ponto de vista sociológico, já foi abordado anteriormente. Do que atrás foi exposto pudémos concluir que toda a sociedade tem o seu sistema de valores que defende e que tenta perpetuar através de processos vários. A socialização é uma das formas a que toda a sociedade recorre para inculcar e reproduzir valores sociais tão importantes para a coesão social e consequentemente para a manutenção da sociedade.

Ora, os valores sociais interiorizados pelos indivíduos desde cedo vão determinar as atitudes que esses mesmos indivíduos irão ter face a situações concretas.

Na verdade, embora na formação das atitudes intervenham factores de natureza diferente como a personalidade individual não podemos, também aqui, deixar de reconhecer a grande importância e influência dos valores culturais e das experiências do grupo a que o indivíduo pertence no desenvolvimento da própria personalidade. Como afirma Roger Gironi<sup>(10)</sup> *"(...) as atitudes*

<sup>(10)</sup> Roger Gironi, obra citada.



culturais são incorporadas nas atitudes dos indivíduos através da aceitação de valores culturais (...) e as atitudes colectivas são as que se desenvolvem no indivíduo através de experiências feitas no grupo (...).

Existe pois uma relação próxima entre as atitudes dos indivíduos e o sistema de valores subjacente à sociedade em que o indivíduo vive. A atitude dos europeus face à vida, por exemplo, não é certamente igual à dos povos orientais. Do mesmo modo, as atitudes dos calvinistas face ao lucro eram diferentes das dos católicos dado que os valores que os orientavam eram também substancialmente diversos, como referiremos em particular no ponto relativo à mudança social.

## texto n.º 21

### ATITUDES E VALORES

"Toda a acção de um ser movido pela sua própria autodeterminação supõe uma certa percepção do valor do objecto que o faz agir; é isso que constitui a sua motivação (consciente ou não, deliberada e voluntária ou não).

O valor de um objecto não é, pois, uma qualidade inerente a esse objecto, mas sim uma qualidade atribuída pelo sujeito, quando este reconhece no objecto uma certa adequação à sua tendência. Deste ponto de vista, o valor é, pois, uma característica subjectiva. A prova é que um objecto que parece indispensável para alguém pode não ter valor para outra pessoa.

Compreende-se, assim, por que é que a noção de valor está intimamente ligada à de atitude. Teoricamente, é à tendência que ela se liga, mas visto que as nossas tendências são polarizadas pela educação e pela experimentação tornando-se então atitudes, é a estas tendências polarizadas que se liga, concretamente, o valor que atribuímos aos objectos. Um objecto não tem sempre o mesmo valor para mim, conforme estou, em relação a ele, "em predisposição afectiva" de indiferença ou de paixão, de atracção ou de repulsa. No fim, o valor apresenta-se primeiro como uma qualidade subjectiva, atribuída por uma pessoa a outra pessoa, a um objecto ou a uma opinião, a um sentimento, a uma norma, a um papel: é "a projecção" sobre esse objecto da atitude interior. Implica uma relação eventual entre a pessoa e o objecto."

P. Virton, *Dinamismos Sociais*

### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

P. Virton relaciona, neste pequeno texto, os valores com as atitudes. De facto:

- todas as atitudes têm por base uma motivação, esta relacionada com certos valores;
- o valor de um objecto não é uma qualidade do objecto em si mas uma qualidade atribuída pelo sujeito;
- o valor é, afinal, a projecção de uma atitude interior sobre um objecto.

## texto n.º 22

### ESCALAS DE PRESTÍGIO E HIERARQUIA DE VALORES

"Qualquer valor-objecto é susceptível de uma apreciação. O conhecimento destas apreciações permite elaborar *escalas de prestígio*. Desta maneira pode distinguir-se as atitudes, quer dos sujeitos tomados individualmente, quer de grupos ou de colectividades, enquanto experimentam, concretamente, as mesmas atitudes colectivas.

É certamente isso que encontramos em muitas das *sondagens de opinião*. Raramente se pergunta às pessoas interrogadas quais são as suas atitudes; a esta pergunta, aliás, não poderiam muitas vezes responder, visto que a atitude precede o juízo e a acção e visto que, muitas vezes, a acção precede também a reflexão e o juízo. Por isso, preferimos fazê-las exprimir a sua atitude, pedindo-lhes para indicar as suas preferências por objectos: por exemplo, pede-se-lhes para classificar diversos objectos, por ordem de preferência. Tais inquéritos podem ser controlados pelos factos, isto é, verificando, estatisticamente, que são exactamente os mesmos objectos que foram adquiridos ou desenhados segundo as atitudes.

A partir daí, é bastante fácil afirmar, por uma simples indução, quais são as atitudes reais no universo considerado. Entre uma infinidade de exemplos, fixemos um inquérito feito recentemente sobre a juventude. Os investigadores estudaram duas séries, paralelas sob certos aspectos, dizendo respeito, uma a aprendizes, outra a estudantes de liceu. Tendo em conta em ambas as partes as necessárias gradações, pediu-se aos jovens interrogados para darem a sua apreciação sobre revistas ou jornais ilustrados, livros (policiais, de aventuras, romances), jornais (rubricas desportivas, actualidades, etc.), cinema (taxas de frequência, escolha de filmes, valor dos actores e actrizes), música (clássica ou moderna), a escolha de um "herói" (sábio, literato, personagem histórica, personagem desportiva, aviador, aventureiro, etc., isto por meio de listas de nomes), a escolha de uma profissão, o tema de vida futura ou o que se espera da vida: êxito, ajuda aos outros, conforto, prestígio, longevidade, etc.

Não interessa analisar os resultados deste inquérito. O exemplo interessa-nos pelo facto de os investigadores proporem às pessoas que interrogam "objectos" a fim de por aí medirem qual o valor que elas lhes atribuem e de,

assim, lhes capturem as atitudes, mesmo inconscientes. São atitudes individuais, mas cujo agrupamento ou síntese permitem compreender os aspectos comuns, digamos colectivos, e comparar, na medida do possível, as atitudes dos jovens aprendizes e a dos estudantes de liceu da mesma idade.

(...) Podemos pedir também a cada um a ordem em que coloca habitualmente os romances, relativamente aos policiais e às crónicas de viagens, e, ao mesmo tempo, como classifica a leitura, em relação à música, ao cinema, ao desporto, etc. Pedimos-lhes por isso, para hierarquizarem os valores que atribuem a esses objectos e, finalmente, que nos digam alguma coisa sobre a hierarquia das suas atitudes.

Note-se que, na vida concreta, esta hierarquia de valores tem mais importância do que a apreciação de cada valor tomado em particular. Isto por causa do carácter afectivo e dinâmico das atitudes e dos valores que a eles correspondem. Um homem, com efeito, não tem geralmente a possibilidade de possuir tudo e tudo empreender ao mesmo tempo ou de adquirir simultaneamente numerosos "valores". Daí resulta que certos valores, ainda que realmente apreciados, se encontrem concretamente para ele na mesma situação dos valores que rejeita, se estão para além do limiar dos valores que ele pode realmente adquirir. Só os valores preferidos, e não os valores apreciados, passarão da "potência" ao "acto".

Portanto, o verdadeiro conhecimento das atitudes experimentadas num universo social concreto (grupo, colectividade, meio de vida, etc.) supõe não somente um inventário em superfície que daria um simples catálogo de atitudes, mas um estudo levado a uma terceira dimensão, a de hierarquia dos valores, que permite averiguar que numa situação social idêntica, uma dada colectividade se esforça por realizar um dado valor de preferência a outro. De um homem de quem se pensa que é guloso e preguiçoso, importa saber se ele é mais preguiçoso do que guloso ou mais guloso do que preguiçoso. O mesmo se passa com um povo; será por vezes útil, sabendo-se que ama a paz e tem desejos de conquista, conhecer qual das duas alternativas prefere: a paz à conquista ou a conquista à paz."

P. Virton, *Dinamismos Sociais*

### 3.4.4. Atitudes, valores, papéis e estatutos

Estando as atitudes em ligação estreita com os valores dominantes das sociedades é natural que o apreço pelos papéis e estatutos sociais varie em função da escala de valores própria de cada sociedade ou de cada indivíduo.

Deste modo se justifica o prestígio de certas profissões, como a de médico ou juiz, que se relacionam com a defesa de grandes valores humanos como a justiça ou a saúde. Também poderemos justificar o apreço pelos empresários, gestores de empresa ou capitalistas na sociedade americana ou europeia ocidental onde os valores de carácter económico são importantes ou compreender o prestígio dos líderes ou membros dos partidos comunistas nos regimes de democracia popular.

De um modo geral, podemos, pois, inferir que a escala de valores própria de cada indivíduo ou sociedade condiciona o apreço com que os indivíduos distinguem os diferentes papéis existentes nessas sociedades.

O mesmo tipo de relação pode ser estabelecido para com os estatutos dos indivíduos que desempenham esses papéis. Ora o apreço ou desagrado dispensados a certos papéis e estatutos será, por sua vez, manifestado através de opiniões, estas resultantes das atitudes que os indivíduos têm relativamente aos papéis e estatutos considerados.

De facto e de acordo com Jean Stoetzel "(...) opinião é para o indivíduo situar-se socialmente em relação ao seu grupo ou grupos exteriores. (...)"

As opiniões serão, pois, como que a expressão verbal de uma atitude. Todavia, não confundamos os dois conceitos. Enquanto "(...) as opiniões se exprimem verbalmente e podem ter um carácter transitório, as atitudes são sistemas relativamente estáveis de elementos psíquicos referenciados a um objecto de qualquer natureza, que determina reacções semelhantes sempre que se verifiquem situações em que esse objecto está implicado. (...) "(11).

Assim, as opiniões manifestadas serão sempre condicionadas por todo um sistema de valores enraizado em cada um de nós.

Pode, no entanto, suceder que em períodos de mudança social surjam conflitos de valores, ou seja, o aparecimento de novos valores que entrem em confronto com os antigos sendo cada um deles partilhado por grupos sociais diferentes. Assim, podem surgir conflitos latentes ou abertos entre gerações diferentes exactamente pelo facto de cada geração ter o seu sistema e hierarquia de valores. Não é raro assistirmos a problemas no seio das famílias quanto às perspectivas profissionais que os pais têm para os seus filhos e que não interessam, agradam ou sequer fazem sentido para os filhos. O mesmo se passa em períodos de rápidas transformações nas estruturas económico-sociais que pode determinar mesmo a subversão total de valores. De facto, os valores da nobreza chocaram-se, frontalmente com os da burguesia recém-enriquecida no período pós-revolução industrial. Antes que a nova classe social se conseguisse impôr e fazer com que o seu estatuto fosse respeitado teve de sofrer humilhações, troça e ridicularizações donde resultou, em grande número de casos, a compra de títulos de nobreza às famílias aristocráticas sem recursos financeiros.

Em períodos pós revolucionários há também confronto entre os valores pré e pós revolucionários alterando as atitudes dos cidadãos em relação, por exemplo, a certas profissões como foi o caso da reabilitação das Forças Armadas após o 25 de Abril.

## texto n.º 23

### AS ATITUDES, AS OPINIÕES, OS PAPÉIS E OS ESTATUTOS

(...) "A estrutura aristocrático-senhorial da sociedade portuguesa, abalada ao longo de um processo sócio-económico que as leis de Mouzinho da Silveira consubstanciavam, teria de se alterar sob a pressão do capitalismo liberal. Em 1820 destacara-se uma nova *élite*, representada pelos "constituintes", homens "engomados, hirtos, de gravata branca, casaca preta, maneiras respeitadas e comedidas, cheirando muito a rapé, couraçados de direito romano" (1) que vinham pregar a renovação social, limpar a pátria de *ingleses*, safá-la de conventos, conforme o voto de Garrett num dos poemas dos seus 20 anos.

(11) J. Ferreira de Almeida e J. Madureira Pinto, *A Investigação nas Ciências Sociais*, Ed. Presença, Lisboa, 1982.

Proclamava-se a urgência de acabar com o Portugal da "ordem velha", dominado pela miséria e pela devoção ignorante e doentia — um Portugal de pesadelo, tal como é evocado nas cartas de William Beckford<sup>(2)</sup>, homem do mundo que aqui vivera oito meses no final do século XVIII, introduzido na corte pelo seu amigo marquês de Marialva, estribeiro-mor da rainha.

Contactara com várias personalidades e visitara vários lugares acompanhado pelos seus aristocráticos amigos portugueses e, salvo raras excepções, os lugares e as pessoas pareciam-lhe mesquinhos e de um gosto petulantemente provinciano. A nobreza era, em regra, supersticiosa, comilona e pouco elegante de maneiras. Serviços religiosos e procissões; passelos rio acima em galés impelidas por velozes remadores algarvios, a caminho das corridas de touros; feiras com grupos de negros tocando música, jogadores de soco, mestres de esgrima e barracas forradas de damasco vermelho-sujo, onde se dançava atabafadamente; repastos intermináveis e opulentos — eis algumas das formas de distração mais frequentes com que aquela nobreza consumia o tempo. Ela própria, por sua vez, constituía um dos grandes polos de atracção para as restantes gentes, desde "os mendigos de caras disformes e repugnantes", que se acotovavam lamuriando por onde os nobres passavam, até aos "ociosos de toda a espécie", que, em Lisboa, enchiam a "Grande Praça, os olhos arregalados para as janelas iluminadas do palácio, na esperança de verem Sua Majestade, o Príncipe, as Infantas, o Confessor e as damas de honor circulando de sala para sala e dando ampla margem a divertidas conjecturas".

A capital do Reino não entusiasmava Beckford ("não tem a riqueza e dignidade de uma capital. Parece antes uma série de feios povoados ligados uns aos outros"). A cada passo, ele receava "rolar para dentro das valas de areia e cair no meio de sapatos velhos, de gatos mortos e de negras bruxas que se acolhem nestas cavernas e luras<sup>(3)</sup> no propósito de lerem a sina e venderem feitiços contra as maleitas", negras bruxas como uma que ele vira, aos uivos, a ser arrastada por um familiar do Santo Ofício, segundo presumira.

Só nas cerimónias religiosas encontrava uma pompa à altura do seu gosto pela magnificência — o espectáculo da procissão do Corpo de Deus deslumbrou-o e os serviços religiosos, que chegavam a durar três horas ("os meus joelhos começam a ficar calejados, tanta vez me ajoelho aqui", afirma ele a certo passo), subjugavam-no completamente, como aconteceu no Convento da Boa Morte, quando ele e o Marquês de Marialva, no final de uma série de missas, ficaram "a tremer dos pés à cabeça", entre os fiéis que ali acorriam a mortificar-se e que levavam os seus excessos ao ponto de lambar o chão. (...) "

(1) Alexandre Herculano, *Mouzinho da Silveira ou a Revolução Portuguesa*, Opúsculos, tomo II, Lisboa, 1856.

(2) Os excertos que a seguir introduzimos são do *Diário de William Beckford em Portugal e Espanha* — 1787-1788.

(3) Trinta anos depois do terramoto, Lisboa estava ainda atravancada de montões de pedras, arcos despedaçados e ruínas de palácios que ofereciam abrigo a pedintes, velhos, vagabundos.

Maria de Lourdes Lima dos Santos, *Para uma sociologia da cultura burguesa em Portugal no séc. XIX*

## PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

O texto extraído do livro de Maria de Lourdes Lima dos Santos permite-nos ver a opinião de um inglês acerca da sociedade portuguesa.

Para melhor nos apercebermos da relação entre as atitudes, os valores, as opiniões, os papéis e os estatutos, procure:

- Caracterizar as atitudes de Beckford face à corte portuguesa, à nobreza, à nova "elite" representada pelos constituintes e à sociedade portuguesa em geral;
- fazer um comentário geral sobre as opiniões de Beckford acerca dos diferentes grupos sociais apresentados no texto e relacioná-los com os valores sociais ingleses.

## VERIFICAÇÃO DA APRENDIZAGEM

1. "(...) a socialização é o processo de internalização mútua que se estabelece entre uma pessoa e o meio social. Deste resulta uma aquisição dos modelos de comportamento social da cultura (...)".  
NARTELO, *Elementos de Sociologia Social*

- 1.1. A socialização ocorre, sempre, dos tipos de entidades. Enumere-as.
- 1.2. Diga o que significa por modelos de comportamento social.
- 1.3. Explique o sentido da frase destacada no texto.

2. No processo de socialização intervêm várias entidades:

- 2.1. Identifique algumas.
- 2.2. Tente explicar o contributo de cada entidade como família.
- 2.3. Justifique o envolvimento da família no processo de socialização entre grupos ou em certas circunstâncias no processo de socialização.
- 2.4. Direcione a grupo, as consequências dos conflitos sociais ocorridos no processo de socialização e os modelos sociais da criança ou do jovem.

3. Comente a seguinte frase de Simão de Oliveira: "Uma mulher no meio da multidão torna-se anónima".

4. A socialização ocorre no processo de aprendizagem da cultura. Explique a ideia de transmissão cultural e dê exemplos de como se dá a transmissão cultural.

- socialização;
- valores sociais dominantes;
- papel social;
- estatuto adquirido;
- mudança social.

5. "As pessoas não só mudam de papéis dentro dos grupos como mudam também de grupos (...) As pessoas podem ser socializadas em grupos a que já pertencem ou em grupos a que desejam pertencer (...)".  
PETER WATKINS, *Introdução à Sociologia*

Comente a ideia de mudança no texto.

## 6. INSTITUIÇÕES SOCIAIS E REPRODUÇÃO SOCIAL

### 6.1. INSTITUIÇÕES SOCIAIS

#### 6.1.1. O que são instituições

Certamente já dissemos ou ouvimos dizer que, no nosso país, o papel selado era, até há bem pouco tempo, uma instituição!

Embora sendo uma observação popular, ela tem a sua justificação sociológica. A crítica popular é sempre social e perspicaz...

A expressão referida significa, afinal, que, para grande parte dos assuntos a resolver, o papel selado era o meio indispensável. Assim sendo, o papel selado representava uma prática social largamente difundida e aceite que nos permitia atingir determinados objectivos.

Mas vejamos como este conceito sociológico é apresentado pelos sociólogos.

*"Segundo Marcel Mauss (1872-1950), o principal discípulo de Durkheim, uma instituição é 'um conjunto de actos ou de ideias instituído que os indivíduos encontram diante de si e que a eles se impõe mais ou menos'. No sentido mais restrito e mais activo, a palavra instituição designa toda a forma de controle e de determinação das condutas individuais no seio do grupo organizado que possui uma estrutura, finalidades colectivas, e uma fonte de poder. Neste sentido, uma empresa, uma escola, uma administração são instituições. Para Mauss, uma religião — não a Igreja ou uma igreja mas um conjunto de crenças que constitui uma religião — era também uma instituição. Pode-se dizer, mais simplesmente, que uma instituição, no sentido maussiano, portanto durkheimiano, é um facto social dotado de recorrência e relativo a um número mais ou menos elevado de indivíduos."*<sup>(1)</sup>

A definição dada por Marcel Mauss permite-nos identificar o novo conceito sociológico a um conjunto de maneiras de pensar, sentir e agir que se apresentam aos indivíduos independentemente da sua vontade — são factos sociais no sentido durkheimiano — e que correspondem a uma forma de se alcançar determinados objectivos.

Assim, a escola, a sociedade anónima, a religião ou a família serão instituições sociais. Todavia, como já referimos várias vezes, em Sociologia não nos preocupamos com os indivíduos mas com os seus comportamentos sociais; por isso, instituições, em sentido sociológico, não serão o conjunto das pessoas que as constituem mas os seus comportamentos típicos e os seus modos de pensar colectivos.

(1) Cf. Javeau, *Comprendre la Sociologie*, Marabout, Verviers, 1976.

Embora as instituições se nos apresentem como algo que vem do passado e que se nos impõe ou constrange como 'um governo dos mortos sobre os vivos'<sup>(2)</sup>, Lapassade e Lourau apresentam uma nova definição. Para eles a mudança institucional é um facto evidente e inevitável, o que significa afinal que as instituições não são nem eternas nem permanentes, isto é, não são sempre 'heranças do passado'.

As instituições, porque produto social, acompanharão de perto a evolução social de que nós somos protagonistas.

## texto n.º 43

### DUAS DEFINIÇÕES DE INSTITUIÇÃO

#### DEFINIÇÃO CLÁSSICA

"O conceito de instituição designa o próprio objecto da sociologia: é esse o ponto de vista expresso por dois discípulos de Durkheim, Fauconnet e Mauss, no artigo 'Instituição' da *Grande Eyclopédie*. 'Todas as maneiras de agir e de pensar que o indivíduo encontra pré-estabelecidas e cuja transmissão é feita, na maior parte das vezes através da educação, são sociais'. Acrescentando, ainda, os co-autores do artigo: 'Seria bom que um termo especial designasse esses factos especiais, parecendo que a palavra 'instituições' seria a mais apropriada'.

Notemos que essa definição acentua os seguintes pontos:

- a) a instituição manifesta-se através dos comportamentos e dos modos de pensamento (...);
- b) esses comportamentos e esses modos de pensamento não têm como origem a personalidade, a psicologia individual, sendo, pelo contrário, impessoais, colectivos;
- c) comportamentos e modos de pensamento colectivos constituem uma herança do passado, um governo dos mortos sobre os vivos;
- d) essa herança de modelos culturais se não é o objecto, pelo menos é um dos efeitos da educação (...).

#### NOVA DEFINIÇÃO

(...) A instituição, o objecto próprio da sociologia! Meio século depois de Fauconnet e de Mauss, é necessário ter em conta que as fronteiras e os métodos da sociologia foram transformados. É preciso considerar, também, que o lugar do sociólogo nas relações de produção já não é exactamente o mesmo.

(2) Lapassade e Lourau, *Para um conhecimento da Sociologia*, Assírio e Alvim, Lisboa, 1973.

Se na época de Durkheim o especialista das ciências sociais não punha sequer em questão a sua adesão ao Estado e às instituições, em relação às quais se identificava, como o historiador, o analista e o pedagogo, actualmente é mais difícil de considerar a identificação com o sistema institucional existente, como uma garantia de seriedade científica. Será caso para dizermos que o conceito de instituição, porque utilizado excessivamente, deve ser abandonado? Digamos antes que o conteúdo 'positivo' e timidamente reformista dado ao conceito por Mauss e Fauconnet, se pode e deve substituir por um conteúdo dinâmico, negativo e contraditório, numa palavra, mais dialéctico. Não está em questão negar o peso do *instituído*, dos sistemas de valores, dos modelos culturais, dos aparelhos ideológicos já aí existentes. Também não está em questão subestimar a necessidade das formas *institucionalizadas*, mais ou menos estáveis, mais ou menos específicas e limitativas, estudadas pela sociologia das organizações. Mas as rupturas realizadas pelas forças *instituintes* do movimento operário (trabalhador colectivo directo ou indirectamente comprometido no processo de produção) voltam a dar à instituição um conteúdo de sentido activo (*instituir*) que era o de Rousseau.

A fim de evitar a confusão que afecta as utilizações deste termo, poderemos propor um conteúdo tão rigoroso quanto possível (sociologicamente) do conceito de instituição como *forma que a produção e a reprodução das relações de produção tomam, num determinado modo de produção.*"

Lapassade e Lourau, *Para um conhecimento da Sociologia*

### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

O texto de Lapassade e Lourau apresenta-nos duas definições do conceito sociológico de instituição.

Da comparação dos dois conceitos propostos deveremos:

- entender a definição clássica como um conjunto de práticas sociais pré-estabelecidas cuja transmissão se faz, a maior parte das vezes, através da socialização;
- identificar a instituição como uma forma de controlo social;
- justificar o sentido da expressão "um governo dos mortos sobre os vivos";
- reconhecer na "força crua" o único suporte de que, por vezes, as instituições se servem como forma indispensável de sobrevivência;
- ver as instituições como um produto dialéctico entre o que já está instituído e o que se quer instituir contra o já instituído;
- inferir da definição de Lapassade e Lourau, que instituição é um conceito activo relacionado com a reprodução de uma determinada ordem social.

### 6.1.2. Elementos das instituições

Referimos que as instituições, em sentido sociológico, eram conjuntos organizados de crenças e práticas que os indivíduos adoptavam com a finalidade de alcançar um determinado objectivo socialmente importante.

Assim, qualquer instituição representa também um sistema organizado de relações sociais, fiel a determinados valores e modelos de comportamento e disposta a satisfazer necessidades básicas da sociedade.

De facto, ao pretender alcançar os seus objectivos, as instituições deverão definir os papéis que cabem aos seus membros, para que a sua acção conjunta seja bem sucedida. Da rede de papéis definidos ser-nos-á possível identificar os diferentes estatutos ocupados pelos indivíduos. Deste modo, uma instituição é também uma organização de relações sociais e os seus papéis e estatutos serão elementos a considerar.

Mas as instituições têm também um código de comportamentos que respeitam a um sistema de valores que pretendem preservar. A título de exemplo, a fidalguia e a cavalaria que se concretizaram nos torneios e cruzadas, eram expressões do código de comportamentos e valores medievais. Quanto à rede de relações sociais existentes, poderemos recordar a rígida hierarquia feudal com os seus papéis e estatutos bem definidos.

Se considerarmos outra instituição — a família —, encontraremos, igualmente, um conjunto de papéis (pai/filho/cônjuge/...) a que corresponde uma rede de estatutos, que variará geográfica e historicamente.

Além disso, poderemos ainda identificar um sistema de valores comuns — o respeito pela vida em família, pelo amor, pelos filhos, etc. — e um código de comportamentos — namoro, casamento, cuidados com os filhos, lide caseira, etc.

Os códigos de comportamento referidos constituem mais um elemento de vital importância, pois servem de padrão ou modelo de comportamento pelos quais os indivíduos, que desempenham papéis nas instituições, se deverão orientar no sentido de dar continuidade à própria instituição.

Para que a família permaneça, os cônjuges e os filhos deverão conhecer e cumprir os seus papéis. O mesmo se poderá dizer de qualquer instituição.

Assim, os códigos de comportamento são parte importante do controlo socialmente exercido para que a instituição continue coesa e operante.

Muitos desses códigos são formalmente expressos. É o caso do juramento de bandeira dos soldados, dos votos conjugais ou das declarações nas tomadas de posse de alguns cargos políticos.

Mas um código de comportamentos, mesmo formalmente expresso como nos exemplos atrás citados, pode não constituir garantia do seu cumprimento efectivo. Apesar do juramento, o soldado pode desertar, o marido pode ser infiel e o ministro pode não cumprir com lealdade as funções que lhe foram confiadas.

Ora um código de comportamentos é, na verdade, um elemento importante para o conhecimento dos papéis a desempenhar, mas, igualmente indispensável, é o processo de formação de atitudes e a preparação para o exercício do papel. Este processo formativo pode ser relativamente longo, mas é indispensável. Não basta dizer que se faz, é necessário saber como e desejá-lo.

Este aspecto é, de facto, primordial para a continuidade das instituições, dado que os seus objectivos não serão alcançados se os papéis desempenhados pelos seus membros não tiverem sido apreendidos.

Qualquer instituição tem ainda um sistema de sanções como forma correctiva, preventiva e repressiva de eventuais comportamentos desviados. O corte da semanada quando o filho não estuda, a suspensão disciplinar para o funcionário público ou a prisão militar para o soldado, são exemplos de sanções que se podem aplicar como forma de corrigir comportamentos não institucionalmente desejados.

Um último elemento institucional é formado pelos símbolos culturais que têm por função lembrar aos membros das instituições os seus papéis. A bandeira nacional exalta os nossos sentimentos patrióticos, a aliança recorda-nos o casamento, a farda simboliza uma missão, um anúncio de publicidade cantado fortalece o vínculo institucional dos consumidores a uma determinada marca de produtos, etc.

Será ainda útil recordar que as instituições são também elementos a ter em conta na reprodução das ideologias. Daqui que, por vezes, surjam contradições entre as ideologias e instituições diferentes, como por exemplo, entre a da família e a da escola, ou entre a da Igreja e a do Estado.

Do exposto poderemos, então, concluir que, para a compreensão das instituições, deveremos atentar nos seguintes elementos: papéis e estatutos, códigos de comportamentos, sistema de valores, símbolos culturais e respectivas ideologias.



## 6.2. A REPRODUÇÃO SOCIAL

### 6.2.1. A produção social

Frequentes vezes sentimos o desejo de dispor de um meio capaz de fazer desaparecer uma sensação desagradável. Dizemos que tal desejo é uma necessidade.

Para satisfazer as suas necessidades, que são múltiplas, os homens consomem e utilizam inúmeros bens. Por vezes, as necessidades são satisfeitas pela utilização directa de bens materiais. Outras vezes essa satisfação é conseguida através do exercício de determinadas funções, isto é, através de serviços.

A necessidade de alimentação, por exemplo, exige a ingestão de alimentos — bens materiais — enquanto a necessidade de educação é satisfeita pela escola, que presta um serviço. De notar, todavia, que a utilização de alguns serviços se faz com o auxílio de certos bens materiais. A educação exige, nomeadamente, edifícios, livros, material didáctico, etc., isto é, bens materiais.

Curiosamente, algumas das nossas necessidades são satisfeitas pela utilização de bens que se retiram, imediatamente e sem esforço ou dispêndio da Natureza. Assim acontece com o ar atmosférico que respiramos, por exemplo.



Todavia, a generalidade dos bens necessários à satisfação das nossas necessidades não surge espontaneamente nas nossas mãos, antes resulta do nosso esforço.

Na verdade, é o camponês quem retira da terra que amanhrou, a maior parte desses bens; é o pescador quem põe à nossa disposição os recursos dos oceanos e dos rios. São os homens, nas fábricas, que produzem o vestuário, os electrodomésticos ou os medicamentos. São ainda os homens que criam as obras de arte — de pintura, de escultura, musicais, da literatura, etc. —, que diagnosticam as doenças, ou que transmitem conhecimentos. Em qualquer dos casos, o contributo dos homens é indispensável. A produção é, exactamente, esta actividade que tem por objectivo a obtenção dos bens e serviços necessários à satisfação das nossas necessidades.

A produção surge, assim, como uma actividade imanente aos homens — sem produção o homem não subsiste.

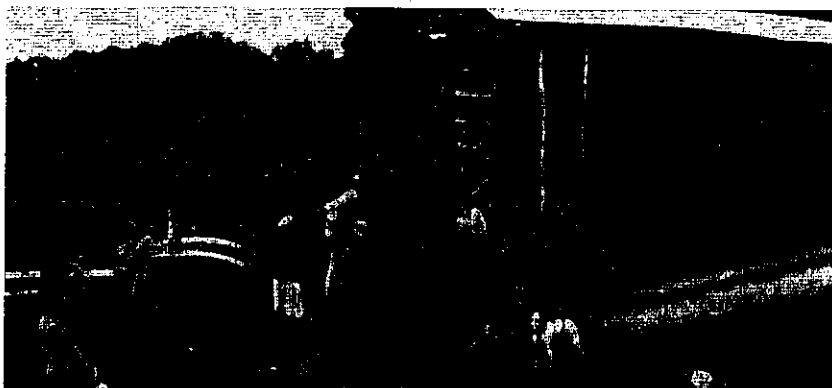
Naturalmente os homens não produzem sozinhos. Desde tempos imemoriais que os homens se inter-relacionam, com o objectivo de produzir bens e serviços. Por muito arcaica que se mostre a actividade produtiva, ela resulta, sempre, do contributo de vários indivíduos. Mesmo nas sociedades primitivas, os homens eram forçados a colaborar na recolha de frutos e raízes, na caça, na pesca, na defesa.

Assim, não é de estranhar que se tenha assistido, desde sempre, à cooperação entre os homens e à interacção entre eles e a Natureza, a fim de desempenharem a actividade produtiva. Com a sua capacidade de trabalho, a força de trabalho, portadores de certa tecnologia e utilizadores de determinados instrumentos, os homens relacionam-se e realizam a produção.

O imbricar de inúmeros homens no campo, no mar, na fábrica ou no escritório com o objectivo de produzir torna a actividade produtiva uma tarefa eminentemente social. A produção é, de facto, um processo social — só o contributo de todos permitirá a sobrevivência de cada um.

Todavia, ao longo do processo produtivo não se manifestam, apenas, relações de cooperação e de ajuda mútua. Na verdade, o sistema de estratificação social, a hierarquização de papéis e de estatutos, a instituição da propriedade privada dos meios de produção, etc., justificam relações de dependência e de subordinação que se concretizam, afinal, nas dicotomias chefes e subordinados, possuidores e não possuidores, governantes e governados, etc.

Ao conjunto de relações que se estabelecem entre os homens, ao longo do processo produtivo, é usual chamar-se *relações de produção*.



Por outro lado, os homens relacionam-se com a Natureza, com o objectivo de dela retirarem os bens de que necessitam. Tais relações variam ao longo dos tempos, dependendo do grau de desenvolvimento técnico-científico de cada formação social e constituem as *relações técnicas de produção*.

Relações de produção e relações técnicas de produção constituem as *relações sociais de produção*. As relações sociais de produção indicam-nos, pois, o grau de desenvolvimento técnico-científico de uma colectividade, bem como as diversas formas de relacionamento estabelecidas entre os homens durante o processo produtivo.

Naturalmente, as relações sociais de produção não são imutáveis, antes têm variado ao longo dos séculos e de sociedade para sociedade, caracterizando, em cada momento histórico e espacialmente determinado, o modo como se produz, o que se produz, a forma de repartição do que se produz, numa palavra, o *modo de produção*.

As relações sociais de produção caracterizam, pois, os modos de produção. Qualquer que ele seja, pode afirmar-se que a produção assume, sempre, uma natureza eminentemente social.

## texto n.º 44

### A NATUREZA SOCIAL DA PRODUÇÃO

“Antes de sobrevir a produção capitalista, isto é, na Idade Média, dominava, com carácter geral, a pequena indústria, baseada na propriedade privada do trabalhador sobre os seus meios de produção: no campo, a agricultura corria a cargo de pequenos lavradores, livres ou vassalos; nas cidades, a indústria achava-se nas mãos dos artesãos. Os meios de trabalho — a terra, os instrumentos agrícolas, a oficina, as ferramentas — eram meios de trabalho individual, destinados unicamente ao uso individual e, portanto, forçosamente, mesquinhos, diminutos, limitados. Mas isso mesmo levava a que pertencessem, em geral, ao próprio produtor. O papel histórico do modo capitalista de produção e do seu portador — a burguesia — consistiu precisamente em concentrar e desenvolver esses dispersos e mesquinhos meios de produção, transformando-os nas poderosas alavancas produtoras dos tempos actuais. Esse processo, que a burguesia vem desenvolvendo desde o século XV e que passa historicamente pelas três etapas da cooperação simples, a manufactura e a grande indústria (...) não podia converter aqueles primitivos meios de produção em poderosas forças produtivas sem transformá-los de meios individuais de produção em meios *sociais*, só manejáveis por uma *colectividade de homens*. A roca, o tear manual e o martelo do ferreiro foram substituídos pela máquina de fiar, pelo tear mecânico, pelo martelo movido a vapor; a oficina individual deu o lugar à fábrica, que impõe a cooperação de centenas e milhares de operários. E, com os meios de produção, transformou-se a própria produção, deixando de ser uma cadeia de factos individuais para se converter numa cadeia de actos sociais, e os produtos transformaram-se de produtos individuais em produtos sociais. O fio, as telas, os artigos de metal que agora saíam da fábrica eram produto do trabalho colectivo de um grande número de operários, por cujas mãos tinham que passar sucessivamente para a sua elaboração. Já ninguém podia dizer: isto foi feito por *mim*, este produto é *meu*.

F. Engels, *Do socialismo utópico ao socialismo científico*

## PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

Neste texto Engels refere a evolução operada na produção, que de individual se tornou, eminentemente social.

Nesse sentido, registemos:

- o facto de os meios de trabalho serem individuais, durante a Idade Média;
- a natureza individual da produção em consonância com a individualidade dos meios de trabalho;
- o divórcio registado entre produtor e meios de trabalho em consequência do desenvolvimento da sociedade capitalista;
- o facto de os novos meios de trabalho solicitarem o concurso simultâneo de muitos homens para serem manobrados;
- a natureza social característica, agora, da produção.

### 6.2.2. A reprodução social. Necessidade de reprodução das condições sociais de produção

Em cada momento uma formação social é solicitada a produzir os bens necessários à sua sobrevivência imediata.

Todavia, a sua continuidade exige que sejam garantidas, também, as possibilidades futuras da produção. Cada formação social deve assegurar-se de que as gerações vindouras poderão continuar a produzir, garantindo, assim, a sua reprodução.

Ao assegurar a reprodução material, a sociedade deverá garantir, também, a sua reprodução cultural e ideológica, pois se as relações sociais de produção não forem reproduzidas transformar-se-ão e, com elas, todas as características da formação social.

O exposto significa, pois, que a formação social não conseguirá sobreviver, a menos que reproduza todas as condições de produção ao mesmo tempo que produz. A condição indispensável à reprodução social será, pois, a reprodução das relações de produção. Segundo Althusser: "(...) se considerarmos que toda a formação social releva de um modo de produção dominante, podemos dizer que o processo de produção põe em movimento forças produtivas existentes em relações de produção definidas.

Donde se segue que, para existir, toda a formação social deve, ao mesmo tempo que produz, e para poder produzir, reproduzir as condições da sua produção. Deve pois reproduzir:

- 1) as forças produtivas;
- 2) as relações de produção existentes"<sup>(3)</sup>

### A REPRODUÇÃO DOS MEIOS DE PRODUÇÃO

Uma formação social que utilizasse, em certo momento, todos os seus recursos não poderia continuar a satisfazer as necessidades dos seus membros, dado que a actividade produtiva viria a terminar.

<sup>(3)</sup> Louis Althusser, *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*, Editorial Presença, Lisboa, 1974.

Em consequência, a formação social para se reproduzir deve garantir que nos anos vindouros se possa continuar a utilizar os meios de produção, isto é, os meios de trabalho (edifícios, estradas, canais de irrigação, terras, máquinas, instrumentos de trabalho, etc.) e os objectos de trabalho (matérias-primas e matérias auxiliares).

Deste modo a actividade produtiva deverá produzir não só os bens essenciais à nossa subsistência imediata, como prover à substituição dos meios de trabalho deteriorados, à reprodução das matérias-primas agrícolas e industriais, à utilização racional dos recursos naturais renováveis e não renováveis, etc.

Como se reconhece em Althusser: "(...) não há produção possível sem que sejam asseguradas as condições materiais da produção: a reprodução dos meios de produção (...) "<sup>(4)</sup>.

### A REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

A reprodução dos meios de produção não chega para que haja a garantia de continuidade do processo produtivo. Uma vez que só o nosso concurso torna possível a produção, a reprodução da força de trabalho é condição indispensável à reprodução social.

Naturalmente, a reprodução da força de trabalho exige que cada um de nós tenha acesso aos resultados da produção.

Esse acesso à riqueza social tem variado no tempo e no espaço, condicionado pela natureza do modo de produção dominante na formação social.

De facto, para além das sociedades primitivas onde a prática comunitária se traduz na distribuição equitativa dos resultados da produção, a participação desigual de cada um na riqueza criada tem sido uma constante.



<sup>(4)</sup> Louis Althusser, obra citada.

Efectivamente, nas formações sociais onde os homens se situam em estratos e classes sociais que se posicionam de forma diferenciada face à propriedade dos meios de produção, a reprodução da força de trabalho tem sido assegurada pelo salário, isto é, pela remuneração devida aos trabalhadores pela sua participação na actividade produtiva e que não representa senão uma parte da riqueza por eles criada. O remanescente da produção social não entregue aos trabalhadores, por vezes a maior parte, é entregue aos donos dos meios de produção utilizados, assegurando, assim a sua reprodução.

Naturalmente o salário deverá assegurar a reprodução da força de trabalho. O salário deverá, pois, garantir a sobrevivência dos trabalhadores e ainda dos seus descendentes, pois são eles que irão garantir a continuidade do processo produtivo.

Por essa razão o salário não é uma grandeza imutável. Por um lado, as necessidades dos homens são cada vez mais diversificadas; por outro, a natureza própria da formação social tem diferentes exigências. Nos nossos dias, a divisão social do trabalho característica da sociedade industrial, ao exigir uma mão-de-obra cada dia mais especializada e melhor apetrechada física e intelectualmente, justifica que o salário se afaste, cada vez mais, do mínimo de subsistência característico das sociedades arcaicas, pré-industriais.

## texto n.º 45 ✓

### A REPRODUÇÃO DA FORÇA DE TRABALHO

"(...) A maquinaria converteu-se na mais poderosa arma do capital contra a classe operária, um meio de trabalho que arranca constantemente os meios de vida das mãos do operário, acontecendo que o produto operário passa a ser o instrumento da sua escravização. Deste modo, a economia nos meios de trabalho leva consigo, desde o primeiro momento, o mais impiedoso desperdício da força de trabalho e a espoliação das condições normais da função mesma do trabalho. E a maquinaria, o recurso mais poderoso que se pode criar para reduzir a jornada de trabalho, converte-se no mais falível recurso para converter a vida inteira do operário e da sua família numa grande jornada disponível para a valorização do capital; ocorre, assim, que o excesso de trabalho de uns é a condição determinante da carência de trabalho de outros, e que a grande indústria, lançando-se pelo mundo inteiro, em desabalada correria, à conquista de novos consumidores, reduz na sua própria casa o consumo das massas a um mínimo de fome e mina com isso o seu próprio mercado interno. 'A lei que mantém constantemente o excesso relativo de produção ou exército industrial de reserva em equilíbrio com o volume e a intensidade da acumulação do capital amarra o operário ao capital com liames mais fortes do que as cunhas com que Vulcano cravou Prometeu no rochedo. Isso dá origem a que a acumulação do capital corresponda a uma acumulação igual de miséria. A acumulação de riqueza num dos polos determina no polo oposto, no polo da classe que *produz o seu próprio produto como capital*, uma acumulação igual de miséria, de tormentos de trabalho, de escravidão, de ignorância, de embrutecimento e de degradação moral' (Marx, *O Capital*)."

F. Engels, *Do socialismo utópico ao socialismo científico*

## A REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES SOCIAIS DE PRODUÇÃO

Ao mesmo tempo que assegura a reprodução dos meios de produção e da força de trabalho, cada formação social, porque releva de um modo de produção dominante, pretenderá ver reproduzido esse modo de produção.

Em consequência, a reprodução social reproduz, também, o sistema de estratificação social que caracteriza a formação social. Classes e estratos dominantes vêm manter-se a sua situação de dominação.

A reprodução de certo sistema de hierarquias exige que se mantenham os diferentes tipos de relações que se estabelecem entre os homens, ao longo do processo produtivo. Nesse sentido, as relações de dependência e de subordinação deverão ser reproduzidas, como factor imprescindível à reprodução do modo de produção dominante.

A reprodução social exige, pois, não só a reprodução das forças produtivas, isto é, a força de trabalho e os meios de produção, mas também a reprodução as relações sociais de produção.

### 6.3. AS INSTITUIÇÕES COMO ELEMENTOS DE REPRODUÇÃO SOCIAL. OS APARELHOS IDEOLÓGICOS DO ESTADO.

#### 6.3.1. Os Aparelhos Ideológicos do Estado

Vimos, atrás, que as instituições eram, de acordo com Lapassade e Lourau, formas de produção e reprodução de uma determinada ordem económica, social e política.

Assim sendo, as instituições representam elementos de grande interesse sociológico, pois permitem-nos identificar não só os agentes sociais "encarregados" do referido processo de produção e reprodução social, como também nos possibilitam analisar o modo como eles executam a sua missão ideológica, suporte indispensável à reprodução social.

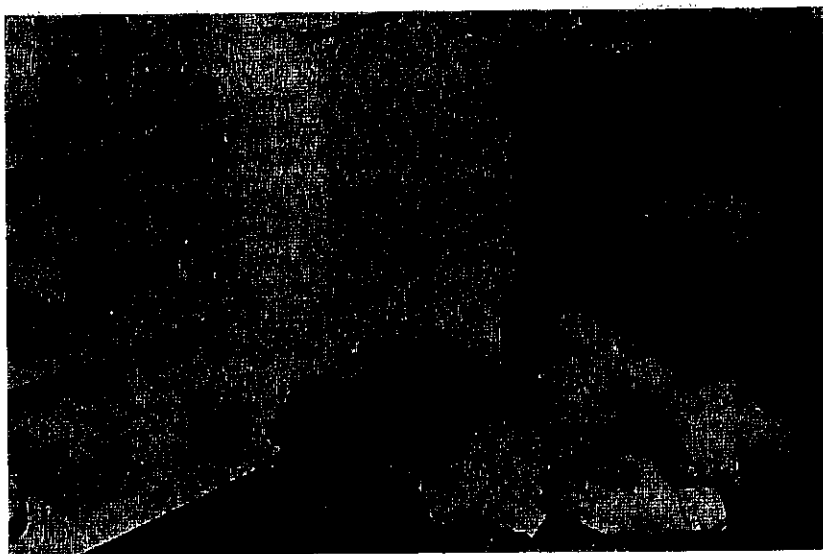
Para assegurar tal reprodução, a sociedade lança mão de estruturas várias, instituições sociais que englobam os designados Aparelhos Repressivos e Aparelhos Ideológicos.

A utilização das polícias, dos exércitos, da instituição judicial, das prisões, etc., tem sido uma constante na história dos homens. A coacção física levada a cabo por estes Aparelhos Repressivos tem sido a mais importante forma de garantir a ordem social.

Todavia, nem sempre a sua utilização tem conseguido impedir, de forma eficaz, o desvio às normas sociais. Em conformidade, os estratos e as classes sociais dominantes têm lançado mão de outras estruturas organizadas que funcionam, preferencialmente, pela via ideológica. São os chamados Aparelhos Ideológicos do Estado.

Através da ideologia, a cada um de nós é ensinado o papel e lugar respectivos no sistema de estratificação social, no sentido de assegurar a reprodução das relações de produção.

Assim, por exemplo, as brincadeiras das raparigas são orientadas para o treino da função de mãe, dona de casa, professora e enfermeira.



## texto n.º 46

### "RESPEITAI AS AUTORIDADES"

"O pai é a autoridade na família. Os filhos são obrigados a ter-lhe amor, respeito e obediência.

O professor é a autoridade na escola. Todos os meninos devem obedecer às suas ordens e estar com atenção às suas lições.

É Deus quem nos manda respeitar os superiores e obedecer às autoridades."

*De O Livro da Primeira Classe, Ensino Primário Elementar, 8.ª Edição, 1958*

## texto n.º 47

### "A DONA DE CASA"

"Emília é muito esperta e desembaraçada, e gosta de ajudar a mãe.

— Minha mãe: Já sei varrer a cozinha, arrumar as cadeiras e limpar o pó. Deixe-me pôr hoje a mesa para o jantar.

— Está bem, minha filha. Quando fores grande, hás-de ser boa dona de casa."

*De O Livro da Primeira Classe, Ensino Primário Elementar, 8.ª Edição, 1958*

## PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DOS TEXTOS

- Ser boa dona de casa;
- O pai é a autoridade na família;
- O professor é a autoridade na escola;
- É Deus que nos manda respeitar os superiores e obedecer às autoridades.

*Reflictamos no conteúdo das afirmações acima prenhes do amor, respeito e obediência característicos das virtudes sociais enaltecidas na formação social que inventou estes textos. A formação social portuguesa durante o Estado Novo.*

Na verdade, só quando cada indivíduo se convencer que o lugar que lhe foi destinado na formação social é o único e legítimo lugar que deve ocupar, é que a reprodução das relações de produção se encontra assegurada. A reprodução da força de trabalho exige, portanto, não só a sua reprodução física mas também a reprodução da sua submissão às normas e regras da ordem estabelecida, isto é, à ideologia dominante na formação social.

Tal ideologia é-nos veiculada por inúmeras instituições com personalidade jurídica própria que, não se confundindo com o Estado, contribuem para a manutenção do *statu quo*, mesmo quando se antagonizam de forma pontual. São os Aparelhos Ideológicos do Estado, onde distinguimos a família, a escola, a igreja, a imprensa, a rádio, etc.

## texto n.º 48

### OS APARELHOS IDEOLÓGICOS DO ESTADO

"(...) O que distingue os AIE do Aparelho (repressivo) de Estado, é a diferença fundamental seguinte: o Aparelho repressivo do Estado 'funciona pela violência', enquanto os Aparelhos Ideológicos de Estado *funcionam pela ideologia*'.

Podemos precisar rectificando esta distinção. Diremos de facto que qualquer Aparelho de Estado, seja ele repressivo ou ideológico, 'funciona' simultaneamente pela violência e pela ideologia, mas com uma diferença muito importante que impede a confusão dos Aparelhos Ideológicos de Estado com o Aparelho (repressivo) de Estado.

É que em si mesmo o Aparelho (repressivo) de Estado funciona de uma maneira massivamente prevalente *pela repressão* (inclusive física), embora funcione secundariamente pela ideologia. (Não há aparelho puramente repressivo). Exemplos: o Exército e a Polícia funcionam também pela ideologia, simultaneamente para assegurar a sua própria coesão e reprodução e pelos valores que projectam no exterior.

Da mesma maneira, mas inversamente, devemos dizer que, em si mesmos, os Aparelhos Ideológicos de Estado funcionam de um modo massivamente prevalente *pela ideologia*, embora funcionando secundariamente pela repressão, mesmo que no limite, mas apenas no limite, esta seja bastante atenuada, dissimulada ou até simbólica. (Não há aparelho puramente ideológico). Assim a escola e as Igrejas 'educam' por métodos apropriados de sanções, de exclusões, de selecção, etc., não só os seus oficiais, mas as suas ovelhas. Assim a Família... Assim o Aparelho IE cultural (a censura, para só mencionar esta), etc.

Será útil referir que esta determinação do duplo 'funcionamento' (de maneira prevalente, de maneira secundária) pela repressão e pela ideologia, consoante se trata do Aparelho (repressivo) de Estado ou dos Aparelhos Ideológicos de Estado, permite compreender o facto de constantemente se tecerem combinações muito subtis explícitas ou tácitas entre o jogo do Aparelho (repressivo) do Estado e o jogo dos Aparelhos Ideológicos de Estado? A vida quotidiana oferece-nos inúmeros exemplos disto que é preciso estudar em pormenor para irmos mais além da simples observação.

Esta observação abre-nos a via da compreensão do que constitui a unidade do corpo aparentemente díspar dos AIE. Se os AIE 'funcionam' de maneira massivamente prevalente pela ideologia, o que unifica a sua diversidade é precisamente este funcionamento, na medida em que a ideologia pela qual funcionam é sempre unificada apesar das suas contradições e da sua diversidade, *na ideologia dominante*, que é a da 'classe dominante' (...).

Louis Althusser, *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*

#### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

É Althusser que nos diz:

- Os Aparelhos Repressivos funcionam preferencialmente pela violência, enquanto os Aparelhos Ideológicos se socorrem da ideologia;
- Os Aparelhos Repressivos também utilizam a ideologia, ao mesmo tempo que os Aparelhos Ideológicos aproveitam, inúmeras vezes, a violência;
- Apesar da diversidade dos Aparelhos Ideológicos, eles encontram a sua unidade na utilização da ideologia dominante.

#### 6.3.2. O papel da instituição familiar e da instituição escolar na reprodução social

Se é pela repressão que as sociedades estratificadas sancionam os que se desviam ou afastam da ordem social, é através dos Aparelhos Ideológicos que ela ensina a cada indivíduo o lugar que lhe é destinado e os comportamentos que deverá realizar, se quiser ser aceite pela sociedade.

Tais aparelhos, apesar de não serem todos públicos, funcionam através da ideologia dominante. O facto de serem privados não impede que contribuam para inculcar a ideologia dominante, no sentido de assegurarem a reprodução das relações de produção.

Naturalmente, cada Aparelho Ideológico tem o seu campo de acção privilegiado, sendo que a sua importância é variada e tem vindo a diversificar-se ao longo dos anos.

Até alguns séculos atrás o mais importante destes aparelhos era o Aparelho Religioso.

Ao longo de toda a Idade Média, a Igreja acumulava muitas das funções actualmente cometidas a outras instituições. Era a Igreja que ensinava a doutrina, a cultura, as letras, as artes.

Paralelamente, a família, constituída no primeiro dos agentes de socialização, desempenhava, e desempenha, uma função complementar.

Naturalmente, ao lado destes aparelhos subsistiam outros, nomeadamente o Político (Cortes, Parlamentos, etc.) e o Laboral (Confrarias de Mercadores, Associações Mútuas, etc.).

Todavia, o Aparelho Ideológico Religioso era dominante, o que explica o carácter anti-clerical das lutas ideológicas dos séculos XVI a XVIII iniciados com o processo da Reforma.

A instituição familiar dava, no entanto, um importante contributo para a reprodução social, dado o seu papel na socialização da criança nos primeiros anos de vida, tempo durante o qual ela é mais permeável à aprendizagem. Inserida num determinado contexto ideológico-cultural, a família transmite os valores dominantes na formação social, contribuindo, assim, para nos ensinar o papel que cada um de nós deverá desempenhar futuramente, a fim de nos tornarmos 'cidadãos úteis' à sociedade.



De referir que este papel da família como reprodutora de uma situação lhe tem sido atribuído desde sempre. O mesmo não aconteceu com outras instituições, que têm tido a sua época. Assim aconteceu com o Aparelho Ideológico Religioso, assim acontece, actualmente, com a instituição escolar.

De facto, a Revolução Francesa de 1789 e a Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX vieram deslocar a predominância do Aparelho Ideológico Religioso para o Aparelho Ideológico Escolar.

Efectivamente, o desenvolvimento da sociedade industrial exige a preparação dos indivíduos para as novas funções solicitadas pela divisão social do trabalho e pela especialização constante das tarefas industriais. A burguesia apoiou-se na escola para transmitir esses conhecimentos e, concomitantemente, para garantir a reprodução do novo sistema de estratificação.

## texto n.º 49 ✓

### A REPRODUÇÃO DA IDEOLOGIA DOMINANTE

"(...) Enunciando este facto numa linguagem mais científica, diremos que a reprodução da força de trabalho exige não só uma reprodução da qualificação desta, mas, ao mesmo tempo, uma reprodução da submissão desta à ideologia dominante para os operários e uma reprodução da capacidade para manejar bem a ideologia dominante para os agentes da exploração, a fim de que possam assegurar também, 'pela palavra', a dominação da classe dominante.

Por outras palavras, a Escola (mas também outras instituições de Estado como a Igreja ou outros aparelhos como o Exército) ensinam 'saberes práticos' mas em moldes que asseguram a *sujeição à ideologia dominante* ou o manejo da 'prática' desta. Todos os agentes da produção, da exploração e da repressão, não falando dos 'profissionais da ideologia' (Marx) devem estar de uma maneira ou de outra 'penetrados' desta ideologia, para desempenharem 'conscientemente' a sua tarefa — quer de explorados (os proletários), quer de exploradores (os capitalistas), quer de auxiliares da exploração (os quadros), quer de papas da ideologia dominante (os seus 'funcionários'), etc...

A reprodução da força de trabalho tem pois como condição *sine qua non*, não só a reprodução da 'qualificação' desta força de trabalho, mas também a reprodução da sua *sujeição à ideologia dominante* ou da 'prática' desta ideologia, com tal precisão que não basta dizer: 'não só mas também', pois conclui-se que *é nas formas e sob as formas da sujeição ideológica que é assegurada a reprodução da qualificação da força de trabalho.*"

Louis Althusser, *Ideologia e Aparelhos Ideológicos do Estado*

### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

Concentremos a nossa atenção na importância da Escola na reprodução das condições sociais de produção.

A Escola é a instituição que ao ensinar-nos os "saberes práticos" necessários à vida, ensina-os em função de determinada ideologia, a dominante, no sentido de a ver reproduzida.

## texto n.º 50

### A ESCOLA REPRODUZ AS DESIGUALDADES SOCIAIS

"Embora não seja uma obra recente, o livro de P. Bourdieu e J. C. Passeron, *Les Héritiers*, permanece actual. Baseado em dois inquéritos feitos sobre a relação dos estudantes do ensino universitário com a cultura dita superior,

este livro chama a atenção para os mecanismos que, no interior da própria escola, transformam as desigualdades sociais em desigualdades escolares. Em particular, desmistifica a ideologia do dom, que olha como 'natural' o que é, afinal, herança cultural de classe. 'Os estudantes mais favorecidos', escrevem Bourdieu e Passeron, 'não só devem ao meio de origem os hábitos, o treino e as atitudes que lhes são mais úteis nas tarefas escolares, mas herdaram, também saberes e um *savoir-faire*, gostos e um bom gosto, cuja rendibilidade escolar, embora indirecta, não deixa de se verificar'. A influência do privilégio cultural no sucesso académico é claramente denunciada.

As esperanças subjectivas em relação à escola variam segundo as probabilidades objectivas de mobilidade — facto bem revelador de uma interiorização da situação e de uma congruência clara entre níveis de aspiração e possibilidades de sucesso. Além disso, para alguns ('os herdeiros') a cultura escolar é idêntica à cultura que 'respiram' na família, ao passo que, para outros, ela representa uma aculturação.

Assim, estes dois autores concluem que nem as desigualdades económicas nem a vontade política bastam para explicar a discriminação escolar — o sistema educativo contribui também, através da sua própria lógica, para assegurar a perpetuação do privilégio. (...)

(...) Todo o ensino, e mais particularmente o ensino da cultura (mesmo científica), pressupõe implicitamente um corpo de saberes, de *savoir-faire* e sobretudo de *savoir-dire* que constituem o património das classes cultivadas. Educação *ad usum delphini*, o ensino secundário clássico veicula significações de segundo grau, que supõem adquirido todo um tesouro de experiências de primeiro grau, leituras, não só autorizadas, mas também suscitadas pela biblioteca paterna, espectáculos de qualidade que nem têm de ser escolhidos, viagens sob forma de peregrinação cultural, conversas alusivas que só iluminam os já iluminados. Não resultará de tudo isto uma desigualdade fundamental diante deste jogo de privilegiados, mas onde todos têm que entrar, uma vez que ele é apresentado rodeado dos valores de universalidade?"

Maria Filomena Mónica, *Escola e Classes Sociais*

### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

Maria Filomena Mónica propõe-nos uma leitura diferente da realidade escolar, muitas vezes escondida pela demagógica ideia de que a igualdade de oportunidades de acesso à escola, para todos os grupos sociais, eliminaria as desigualdades e as barreiras sociais.

Efectivamente, será de atentar no seguinte:

- não são só razões de ordem económica ou política que determinam o sucesso escolar;
- é no interior da própria escola que as desigualdades sociais se transformam em desigualdades escolares;
- as razões do sucesso dos alunos provenientes dos grupos sociais privilegiados devem-se, embora indirectamente, ao conhecimento de determinado meio cultural que, afinal, pouco difere do seu;
- o facto dos alunos dos meios mais favorecidos encontrarem no professor o reprodutor da sua própria linguagem;
- a consequente naturalidade com que "os herdeiros" se movimentam na universidade e as suas atitudes sócio-culturais como o "*savoir-faire*" e o "*savoir-dire*", constituem elementos de grande importância, pois identificam o meio universitário como uma extensão sócio-cultural da própria família.



Ao referirmos a escola como uma instituição cuja função sociológica é a de controlar e reproduzir mecanismos que permitam aos estratos e às classes dominantes conservar o seu *statu quo*, seremos levados, então, a pensar que nos países democráticos se poderá contrariar este processo, democratizando o ensino.

A esta conclusão poderemos acrescentar a ideia de que o desenvolvimento económico-social de qualquer país está estreitamente ligado ao desenvolvimento do ensino.

Parece-nos, pois, ter descoberto a solução para dois males, conjugando o desenvolvimento económico com a democratização do ensino.

Contudo, a solução não está tão próxima nem é tão linear quanto nos poderia, em primeira análise, parecer. De facto, tem-se verificado que a democratização do ensino não desempenha o seu papel senão quando as próprias estruturas económicas, sociais e políticas o permitem.



## texto n.º 51

### O ENSINO E O DESENVOLVIMENTO SOCIAL

"O papel do ensino como agente de desenvolvimento social está limitado pelo facto de o sistema educacional ser uma organização permeável às distorções sociais. Os elementos humanos deste sistema são actores sociais que mantêm as tendências próprias da posição que ocupam na sociedade. O ensino é um meio importante para a obtenção de compensações de carácter social e económico na sociedade. É essencial para a economia e constitui uma

organização de grandes dimensões cuja presença se impõe. Por todos estes motivos, o *controle* do ensino é feito por grupos dominantes na sociedade, de forma a fazê-lo corresponder à definição que esses grupos têm das prioridades dessa mesma sociedade. (...)

(...) A relação ensino-desenvolvimento pode ser entendida das seguintes maneiras: o ensino *reflecte* a sociedade, e a uma modificação no ensino segue-se uma modificação social; o ensino *condiciona* o desenvolvimento, mas é ele próprio um produto de anteriores modificações sociais e económicas da sociedade; o ensino é um factor independente no desenvolvimento económico e social que produz resultados previstos e imprevistos, bem como conflitos de valores e de objectivos. Naturalmente que estes 'modelos' da relação ensino-desenvolvimento não se excluem mutuamente. É possível que existam características de cada um deles em diferentes períodos históricos ou em sectores diferentes do sistema educacional. (...)

(...) Podemos tirar certas conclusões do que temos vindo a dizer sobre o papel que o ensino desempenha no processo de desenvolvimento. O planeamento educacional pode ter por objectivo a transformação do social. Sabemos, por exemplo, que pela alfabetização se consegue estimular o processo de desenvolvimento económico e social, e os programas de alfabetização em grande escala são instrumentos importantes no desenvolvimento de muitos países. O ensino, porém, está sujeito aos efeitos da estrutura social existente, que limita a dimensão das modificações que estavam planeadas, produzindo muitas vezes consequências não previstas pelos planeadores do ensino. (...)

(...) O contexto social é, assim, favorável a modificações específicas. Por exemplo, é de esperar que as reformas de ensino, que visam elevar os níveis culturais entre os estratos populacionais de baixos rendimentos, obtenham melhores resultados em Cuba do que na Guatemala. No primeiro desses países, a modificação do sistema educacional vem na sequência de mudanças sociais e económicas favoráveis a uma maior participação na sociedade da população economicamente desfavorecida. No outro país, a modificação do ensino processa-se sem modificação social e económica e no seio de uma sociedade cuja estrutura não é favorável à participação dos grupos economicamente desfavorecidos."

Peter Worsley, *Introdução à Sociologia*

### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

Peter Worsley alerta-nos para o facto do sucesso escolar, entre outros factores, se encontrar dependente de um determinado contexto social favorável ou não à participação e mobilidade sociais dos grupos económica e culturalmente menos favorecidos.

Na sequência da leitura atenta do texto poderemos concluir que:

- a escola é uma instituição social de grande importância económica, social e política;
- o controlo do ensino é sempre feito pelos grupos dominantes que o orientam consoante os seus interesses;
- o ensino é indispensável ao desenvolvimento económico e social;
- a relação ensino/desenvolvimento está condicionada pelas perspectivas e possibilidades de participação social dos grupos economicamente desfavorecidos.

A importância do Aparelho Ideológico Escolar na sociedade actual como veículo de inculcação ideológica é bem visível se nos lembrarmos que ela nos transmite, ao longo de vários anos, os saberes práticos necessários a cada tarefa, preparando assim os jovens para a vida social.

## texto n.º 52

### NACIONALISMO

"Num dia de Verão, à hora do recreio, brincavam alegremente muitos dos alunos da escola, enquanto à sombra de uma árvore um grupo dos mais adiantados se mostrava bastante interessado com a leitura de um jornal, que o professor, sempre atento e vigilante, notou, mesmo de longe, não ser jornal de bonecos...

Aproximou-se o professor e quis saber que leitura era aquela. E fez bem, porque nem todas as leituras convêm às crianças.

Mas desta vez não era assim. Tratava-se de um bom jornal: e a leitura que tanto interessava os pequenos era um artigo que se intitulava *Nacionalismo*.

Aquele artigo, porém, não tinha sido escrito para crianças, e por isso não podia ser bem compreendido por elas. Foi então que o Pedro, o mais velho do grupo, aproveitou a presença do professor para perguntar:

— Mas, ó senhor professor, que vem a ser *Nacionalismo*?

— *Nacionalismo* é uma palavra derivada de *nação* e significa o culto por tudo que representa o bem da Nação — que é toda a nossa terra, a nossa gente, o nosso lindo Portugal. Amar o *Nacionalismo* é ser bom português, é ser *Nacionalista*.

— Então todos nós somos *nacionalistas*!

— Pois está claro. Todo o bom patriota só deve prezar o *Nacionalismo* da sua Terra.

— E como, sr. professor?

— Pondo sempre os interesses da Nação acima das suas conveniências pessoais, e repelindo, com indignação, toda a intervenção de estranhos na nossa vida nacional.

Portugal é nosso e só nosso, e só por bons portugueses deve ser governado: está nisso, em grande parte, o nosso *Nacionalismo*.

— Mas então também há estranhos que procuram intervir no governo desta nossa grande casa, que é a Nação?

— Infelizmente, há. Há gente boa, mas também há muita gente má noutras nações, a qual se não contenta só em ter a desordem em sua casa; procura também com habilidosas mentiras, levar essa desordem para fora do seu país.

— Parece impossível!

— Pois parece, mas é assim mesmo. Os meninos já devem saber os inconvenientes que os maus conselhos podem originar. Nada, meus amiguinhos: Portugal é nosso e só nosso.

O que de mau houver lá por fora não consintamos nunca que estranhos, dizendo-se falsamente nossos amigos, nos tragam para cá; porque tal gente é suspeita, só pensa em si, e não pode sentir o nosso *Nacionalismo*.

De entre o que em outras nações houver de bom, o governo português saberá escolher e ir buscar o que possa interessar-nos, o que possa bem servir a nossa querida Pátria.

— Está muito bem, disseram os alunos. Acima de tudo, amemos a independência do nosso Portugal.

— E os meninos já sabem, da história, o que essa independência custou no tempo de D. João I e de D. João IV.

— Sabemos, sabemos.

— Ainda bem. Procuraremos, pois, todos ser bons *Nacionalistas*, fazendo tudo pela Nação, nada contra a Nação. (...)"

Do livro *Leituras*, IV Classe, Ensino Primário Elementar, 122.ª Edição, 1961

### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

*A obediência às autoridades, a selectividade das leituras, a exaltação do nacionalismo, o isolamento político relativamente ao exterior, "o não andes com más companhias", o tudo pela Nação, nada contra a Nação, são bem alguns dos valores que o Estado Novo inculcava às crianças desde a idade escolar.*

A par da escola, também a família desempenha, ainda, importante papel de transmissão ideológica. De referir, no entanto, que nos nossos dias os meios de comunicação de massas se estão a tornar no mais poderoso meio de veiculação ideológica, dada a natureza envolvente e penetrante dos processos utilizados para chegar, em cada momento, a todos nós.



### 6.3.3. Os meios de comunicação de massa e a reprodução social

O problema da manutenção e reprodução da ordem social existente é fundamental para os indivíduos pertencentes à classe ou grupos sociais privilegiados. De facto, a preservação das suas posições sociais, com os inerentes benefícios e privilégios, é um dos objectivos por que mais se empenham e lutam os indivíduos.

Naturalmente que os indivíduos pertencentes aos estratos sociais privilegiados encontram-se representados a nível do poder político. Pelo prestígio social que detém ou pelo poder económico que possui, a classe dominante encontra-se sempre representada e defendida nas instâncias políticas. Podemos não pôr em causa a sua aptidão ou preparação para a gestão da vida nacional, ou mesmo não duvidar do seu empenho na defesa dos grandes valores e interesses do país, mas também não podemos deixar de reconhecer que o poder legislativo e executivo nas mãos da classe privilegiada permite, eficazmente, a manutenção e a criação de condições que perpetuem o seu confortável *status* social.

Assim sendo, um dos problemas fundamentais a resolver será o da manutenção da coesão e da ordem social existentes. Para tal contribui o controlo social.

Para se assegurar o controlo social todas as sociedades dispõem de processos, técnicas ou meios de garantir o respeito dos indivíduos pelos valores, normas e padrões de conduta que a sociedade em questão tem como ideais. De facto, toda a sociedade tem determinados valores e princípios que a caracterizam, que deseja preservar e que se traduzem em modelos de comportamento próprios. É isso que permite, afinal, distinguir povos e culturas diferentes ou mesmo grupos sociais diferentes. A adesão dos indivíduos aos padrões de conduta aprovados pela sociedade em que se encontram inseridos, indispensável à sua reprodução, pode ser conseguida através de diferentes processos e factores.

Entre os factores capazes de influenciar o comportamento dos indivíduos, isto é, entre os controladores sociais encontramos evidentemente a opinião pública manipulada pelos órgãos de comunicação social.

texto n.º 53 ✓

#### "A OPINIÃO PÚBLICA E O CONTROLO SOCIAL

Pela expressão "controlo social" (que traduz as palavras *social control* e que talvez devesse ser substituída por "regulação social"), designa-se o conjunto dos processos pelos quais uma sociedade impõe o seu império sobre os indivíduos e mantém a sua coesão. Todavia, o controlo social não é necessariamente conservador, porquanto ele pode preservar a unidade social na mudança, levando cada indivíduo a desempenhar o seu papel numa evolução,

ou mesmo numa revolução. Seja como for, nenhuma sociedade poderia subsistir sem controlo social, que apresenta necessariamente um aspecto constrangedor, como se apercebera acertadamente Emile Durkheim, o qual, mais tarde, insistia também no aspecto de desejabilidade do ideal social que contribui para a função de regulação. O controlo social, para o qual já em 1890 Edward Ross chamara a atenção, é geralmente sofrido ou aceite pelos indivíduos de uma maneira bastante inconsciente. P. M. Landis define o controlo social como uma "série de processos sociais que tornam o indivíduo responsável relativamente à sociedade, constroem e mantêm a organização social, formam a personalidade humana socializando o indivíduo e permitem alcançar uma ordem social melhor". Vários autores, como J. S. Roucek e Robert E. Park, colocam a teoria do controlo social no centro de todos os problemas sociológicos essenciais. Os controlos sociais podem ser positivos (sugestões, mandamentos) ou negativos (tabus, interdições), formais (leis, prescrições) ou vagos (aprovação difusa, troça). Por outro lado, no estudo do controlo social, pode-se, na esteira de Georges Gurwitsch, distinguir os focos, as formas e os meios. Os focos, donde emana o controlo, podem ser organismos estatais, grupos de pressão, indivíduos (*leaders*). Segundo Jerome Dowd, o controlo foi primeiro paternalista (emanando do *pater familias*, do sacerdote, do rei, do patrão) até se tornar cada vez mais social, colectivo. As formas, segundo Park, podem ser divididas em três categorias: formas elementares (cerimónias, prestígio, gregarismo), opinião pública, instituições (religiosas, jurídicas, políticas). Todos estes aspectos do controlo são suportados por valores, ideais, preconceitos. Os meios, enfim, podem ser implícitos ou explícitos, consistir em sugestões, sanções, actos de autoridade, efeitos de prestígio, de propaganda, de publicidade. Na sociedade moderna, as comunicações de massas podem ser meios importantes de controlo social, sob aspectos estáticos (conformismos) ou dinâmicos."

Jacques Mousseau, *Sociologia da Informação*, in Jean Cazeneuve e David Victoroff, *Dicionário de Sociologia*

#### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

Jacques Mousseau, sociólogo da informação, chama a nossa atenção para o papel da opinião pública como forma de controlo social.

No seu texto dever-se-á sublinhar as seguintes ideias:

- todas as sociedades têm os seus mecanismos de controlo;
- nenhuma sociedade ou grupo sobrevive sem controlo ou regulação social visto que estes permitem a coesão entre os indivíduos;
- o controlo social não é necessariamente conservador embora seja sempre constrangedor;
- a socialização funciona como instrumento de controlo social tornando o indivíduo responsável relativamente à sociedade em que se integra;
- os controlos sociais podem assumir aspectos vários: leis, tabus culturais, sanções sociais como a troça, etc.;
- a primeira forma de controlo foi paternalista. Hoje, ela é cada vez mais social;
- a opinião pública e os meios de comunicação de massa são hoje, importantes formas de controlo social.

#### 6.4. AS CONTRA-INSTITUIÇÕES

Quando um conjunto de práticas sociais se generaliza passando a constituir um modo de alcançar um determinado objectivo, dizemos que se institucionalizou.

Aquilo que, de início, não era mais que um conjunto de actos indefinidos e inconsequentes que permitia resolver problemas pontuais passou, com a sua institucionalização, a uma rede de papéis sociais cujos comportamentos se encontram perfeitamente identificados e cuja acção conjunta permite alcançar determinado objectivo de interesse social.

Os indivíduos que no dia-a-dia apontam deficiências à actuação do Governo ou não concordam com a sua orientação ideológica dão origem a actuações sem qualquer interesse institucional, mas, quando se organizam em partido político, os seus objectivos já poderão mais facilmente ser alcançados, pois cada um dos seus membros terá uma actuação bem definida, formando-se, assim, um conjunto de papéis e de estatutos sociais.

No entanto, este processo de institucionalização apresenta alguns inconvenientes. De facto, o movimento institucionalizado ou instituído perde o seu dinamismo, a sua naturalidade, a força da sua "juventude", acabando por se deixar burocratizar e dominar pela ordem social existente.

As contra-instituições vão surgir, pois, como alternativas à ordem social instituída. De facto, toda a sociedade é caracterizada por um conjunto de instituições que, obedecendo a determinados códigos comportamentais, respeitando determinados valores sociais e perseguindo certos objectivos claramente identificados com a reprodução de ideologias, simbolizam a ordem social estabelecida.

É contra esta ordem vigente que grupos e movimentos se vão formando com a finalidade de não contestar apenas ao nível do imaginário ou do sonho, mas apresentando outras formas sociais alternativas.

A todos os movimentos revolucionários segue-se, portanto, um movimento de contra-institucionalização legitimando e justificando, assim, a mudança que pretendiam operar.

### texto n.º 54

#### AS CONTRA-INSTITUIÇÕES E O PROCESSO REVOLUCIONÁRIO

"(...) A revolução produz contra-instituições ou actualiza-se por intermédio de contra-instituições de luta que tendem a produzir o enfraquecimento do 'velho' mundo. (...)

(...) Numa dada época compreende-se que as instituições do passado tenham de desaparecer. Mas tem-se dificuldade em considerá-las como passíveis de degradação. Apesar de tudo, crê-se que sejam eternas, indispensáveis, racionais. Ora a história das transformações sociais mostra que não é assim. As instituições não estão garantidas até à eternidade. Em 1789, quem ousaria pensar que a Igreja ia ser privada do seu poderio temporal, que deixaria de conduzir, no conjunto da sociedade, a totalidade da vida humana? Dois anos mais tarde, a Igreja havia perdido uma hegemonia velha de mil e quinhentos anos.

Voltemos à revolução francesa. A vida da sociedade, durante esse período, gira à volta das contra-instituições. As instituições abolidas, ou em vias de decadência, não deixam um vazio.

Os dirigentes do movimento revolucionário devem prestar contas da sua acção junto das massas. Nos clubes revolucionários "todos são oradores". As "tricoteuses" (1), confinadas pela estrutura dos lugares e pelo peso da ideologia dominante, aos bancos reservados aos espectadores, simbolizam, apesar de tudo, a tímida entrada das mulheres na política. O "discurso" social é libertado. Os 'loucos' pululam. A distinção entre governantes e governados, especialistas da política e produtores, extingue-se temporariamente. Os clubes têm a vida curta. Actua, no momento, na aceleração da história, no efémero.

Essas instituições, que procuram abolir as separações e que constituem a crítica do conjunto das instituições existentes (incluindo as novas instituições do regime revolucionário), são contra-instituições.

O declínio do processo revolucionário é legível através do seu próprio desaparecimento. Constatamo-lo tanto entre 1789 e 1799 como entre Fevereiro de 1848 e o dia 2 de Dezembro de 1851. Toda a legislação sobre os clubes revolucionários segue o itinerário do retorno à ordem, da repressão, da consolidação da nova classe dominante apoiada numa atemorizada classe média.

Deixemos a palavra ao ministro do Interior da II República, em Junho de 1849: 'Quase todos os clubes foram frequentados por espíritos ardentes e apaixonados, animados pelas próprias reuniões, desejando inventar, a todo o custo, qualquer coisa que estivesse para além das instituições, tão liberais, que a França havia adoptado a partir da revolução de Fevereiro; e, sentindo que as instituições políticas podiam resistir aos seus ataques, o seu alvo passou a ser as próprias bases da sociedade...'

'Animados pelas próprias reuniões...' 'inventar qualquer coisa que estivesse para além das instituições, tão liberais...' Bastaria juntar a inevitável alusão aos 'líders' pagos pelo estrangeiro ou pelas 'direitas', para encontrar a resposta dada por todos os regimes instalados na sua boa consciência 'revolucionária' ou 'democrática', aos que não querem que a história se interrompa. A níveis diferentes de compromisso no processo revolucionário, somos levados a pensar na 'Comuna' de 1871, nos 'soviets' de Cronstadt em 1921, em Maio-68, em França."

(1) "Tricoteuses": "mulheres que, durante a Revolução, assistiam às deliberações da 'Convenção' enquanto faziam tricot". (N. do T.).

Lapassade e Lourau, Para um conhecimento da Sociologia

#### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

O papel das contra-instituições é analisado neste texto por Lapassade e Lourau. Após uma leitura e análise do texto poderemos concluir que:

- as contra-instituições são produzidas pelas revoluções para enfraquecer o "velho mundo";
- as instituições não são eternas, antes correspondem a uma determinada época e a um certo espaço, isto é, servem certos interesses historicamente determinados;
- todo o processo revolucionário é um processo de institucionalização de contra-instituições;
- o declínio de todo o processo revolucionário consiste num retorno às antigas instituições.

## texto n.º 55

### AS CONTRA-INSTITUIÇÕES COMO ALTERNATIVA

"(...) 'Contra' não significa negação pura e simples das instituições, nem recusa em aceitar a ideia que toda a sociedade funciona como formas institucionalizadas. A *negação simples* exprimir-se-ia antes por intermédio da *acção anti-institucional*: através de 'comportamentos desviados' (*déviance*) ou críticos de natureza ideológica, pela alternativa 'grupista' ou 'comunitarista', ficando-se ao nível do sonho, pela rejeição dos aparelhos considerados como 'traidores' em relação à base, etc. A luta anti-institucional, primeiro e indispensável momento da acção revolucionária, é a resposta imediata à *acção institucional*, ou seja, à acção reformadora (ou conservadora) nas instituições existentes e por seu intermédio.

A *acção contra-institucional* é a *negação absoluta* das instituições que constituem a singularidade do modo de produção actual, isto é, das instituições entendidas como forma assumida pela produção e reprodução das relações sociais no modo de produção capitalista (forma predominantemente política, ou predominantemente económica ou predominantemente ideológica). A negação absoluta tem por conteúdo a negação da negação simples. Consiste em agir pela construção de novas formas sociais (experimentais e/ou de luta), em vez de se contentar na negação das formas sociais existentes, e de todas as formas possíveis, num cepticismo liquidatário ou num nihilismo sem conteúdo de classe. (...)

(...) Um critério de contra-instituição — e que a faz actuante — é o facto da posição contra-institucional ser sempre *activa* (acto real ou simbólico), enquanto, do ponto de vista crítico, os outros dois modos se podem muito bem reduzir a um conteúdo imaginário, seja através da identificação às instituições existentes (posição institucional), seja através da rejeição imaginária dessas instituições (posição anti-institucional)."

Lapassade e Lourau, *Para um conhecimento da Sociologia*

### PISTAS PARA EXPLORAÇÃO DO TEXTO

Neste texto, Lapassade e Lourau distinguem as contra-instituições das anti-instituições.

De facto:

- a *acção institucional* não é mais do que a reprodução da ordem social instituída;
- a *acção anti-institucional*, embora indispensável aos primeiros momentos da revolução, situa-se ao nível da contestação, do "sonho", sem passar à acção;
- a *contra-instituição* é uma alternativa e resulta da acção pela construção de novas formas sociais.

### VERIFICACÃO DA APRENDIZAGEM

1. Leia atentamente o texto e responda às questões propostas pelo professor.

1.1. No texto, o autor utiliza a expressão "modo de produção". Qual o significado desta expressão? O autor utiliza a expressão "modo de produção" para se referir ao conjunto de relações sociais que se estabelecem no processo de produção e reprodução da vida social. Segundo o autor, o modo de produção é a base da sociedade e determina a superestrutura social.

1.2. Explique o papel da família como reprodução da ordem social vigente.

1.3. Analise de um exemplo, justificando a função da reprodução social exercida pelos meios de comunicação de massa.

1.4. Identifique algumas das funções das outras instituições referidas no texto.

1.5. Por que razão o autor exclui a acção dos indivíduos revolucionários do conjunto das instituições acima referidas?

1.6. Discuta no seu grupo de trabalho a inclusão dos partidos políticos na lista das instituições vigentes.

1.7. Comente a seguinte afirmação:

"Para alguns ('os hereditários') a revolução é o fim da cultura que 'reproduz' na família, ao passo que, para outros, ela representa uma aculturação."

2. Naturalmente a manutenção da produção exige a reprodução da força de trabalho. Tal exige, por sua vez, que também os trabalhadores tenham acesso aos bens produzidos pela colectividade. Tal acesso tem variado, em termos qualitativos e quantitativos, ao longo da história dos homens. Explique porque.

3. "(...) Para que nossa boa e linda terra portuguesa continue a reinar a paz, a alegria, a felicidade, basta que também continuemos a amar, e cada vez mais a nossa casa, a nossa família, a nossa terra e ajudemos os nossos governos a bem servir-nos."

Há um mandamento da lei de Deus que nos manda amar a Deus sobre todas as coisas; pois também se pode dizer que há um mandamento na Religião da Pátria que nos manda amar a nossa Pátria acima de todas as